



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE - FURG**  
**INSTITUTO DE EDUCAÇÃO**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

**AS PRÁTICAS DE ATENDIMENTO À INFÂNCIA NO MUNICÍPIO DO RIO  
GRANDE: UM RECUO AO PASSADO PARA PROBLEMATIZAR O  
PRESENTE**

Juliana Diniz Gutierrez Borges

Profa. Dra. Maria Renata Alonso Mota

JULIANA DINIZ GUTIERRES BORGES

**AS PRÁTICAS DE ATENDIMENTO À INFÂNCIA NO  
MUNICÍPIO DO RIO GRANDE: UM RECUO AO PASSADO  
PARA PROBLEMATIZAR O PRESENTE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação do Instituto de Educação da Universidade Federal do Rio Grande, como requisito à obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Renata Alonso Mota

Linha de Pesquisa: Espaços e Tempos Educativos

Rio Grande

2015

JULIANA DINIZ GUTIERRES BORGES

**AS PRÁTICAS DE ATENDIMENTO À INFÂNCIA NO  
MUNICÍPIO DO RIO GRANDE: UM RECUO AO PASSADO  
PARA PROBLEMATIZAR O PRESENTE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação do Instituto de Educação da Universidade Federal do Rio Grande, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Educação.

Aprovada em 15 Set. 2015

BANCA EXAMINADORA

---

Profa. Dra. Maria Renata Alonso Mota – Orientadora

---

Profa. Dra. Kamila Lockmann –FURG

---

Profa. Dra. Iolanda Montano dos Santos – São Judas Tadeu.

Aos meus pais, Rosi Mary e Airton, pela educação e pelo amor imensurável. A dedicação, o incentivo e a força de vocês tornaram esse trabalho possível.

## AGRADECIMENTOS

À Deus, em quem confio e creio como o Autor da vida, agradeço por todos os momentos que vivi até hoje. Todas as vivências que tive, inclusive as permeadas por adversidades, me fortaleceram e me fizeram compreender o sentido da vida e da minha existência.

À professora Renata, minha orientadora, e às colegas do grupo de orientação Lorena, Eduarda e Aline. Agradeço imensamente as contribuições e problematizações sempre tão pertinentes sobre meu trabalho.

Às professoras Kamila Lockmann e Iolanda Montano dos Santos que, prontamente, aceitaram compor a Banca de Qualificação e Defesa deste trabalho, trazendo significativas contribuições para a versão final da Dissertação.

À FURG, ao Instituto de Educação e ao Programa de Pós-Graduação em Educação por terem me oportunizado a realização do Mestrado. E, à CAPES por ter financiado a realização desta pesquisa.

Ao NEPE que, desde 2009, me oportuniza significativas aprendizagens em grupos de estudo, pesquisa e extensão no campo da Infância e seus processos educativos

Ao meu esposo, Adilson, pelo amor, compreensão e apoio em todos os momentos. Pelas palavras acalentadoras nas fases difíceis e pela disposição em me ajudarem até mesmo na coleta dos materiais durante a pesquisa. Teu companheirismo é imprescindível em cada instante.

À minha irmã Évilin e a todos os meus amigos e amigas, agradeço o carinho, o apoio e a “torcida” que tiveram no período de escrita e finalização desta Dissertação.

A todos vocês, meu muito obrigada!

## Resumo

Esta Dissertação tem por objetivo analisar como as práticas de atendimento às crianças de zero a três anos que se desenvolveram ao longo do tempo e foram, pouco a pouco, constituindo possibilidades para a emergência da creche no Município do Rio Grande – RS. O estudo é desenvolvido a partir de aproximações com autores do campo pós-estruturalista que têm por bases os estudos foucaultianos e procura lançar um olhar genealógico sobre a constituição das práticas de atendimento aos bebês e às crianças pequenas, na cidade do Rio Grande. Ao olhar para o passado, essa pesquisa procura historicizar determinadas práticas que se materializam em documentos e registros locais, procurando elencar novas problematizações para o presente. Para tanto, consiste em uma pesquisa documental, que teve como fonte primária a análise de jornais e documentos institucionais localizados em acervos do Município. O período histórico escolhido compreende acontecimentos a partir do século XIX, devido aos indícios de que as primeiras formas de atendimento à infância rio-grandina começaram a se delinear nessa época. O estudo está composto por três eixos temáticos de análise, são eles: o atendimento à infância rio-grandina como prática de caridade e meio para a salvação das almas; o atendimento à infância rio-grandina como medida de segurança à população; e o atendimento à infância rio-grandina como direito das crianças e dever do Estado. Ao descrever as categorias de análise, a pesquisa demonstra que uma primeira forma de proveniência das práticas de atendimento à pequena infância em Rio Grande apresenta-se atrelada à caridade e a doutrinas religiosas, que fundamentadas em dogmas espirituais e transcendentais, pretendem conduzir a conduta dos homens. Uma segunda forma de proveniência, apontada neste estudo, caracteriza-se como uma medida de intervenção para minimizar os riscos da população por meio de uma filantropia racional e científica. Ao discorrer sobre isso, a pesquisa aponta que tais fios de proveniência se configuraram como condições de possibilidade para a emergência das creches em Rio Grande, enquanto espaços pedagógicos, educadores, formadores de condutas e subjetividades infantis.

Palavras-chave: História. Atendimento. Pequena Infância. Rio Grande.

## **Abstract**

This dissertation aims to analyze how the practices of care for children from birth to three years that have developed over time were, little by little, constituting possibilities for the emergence of the nursery in Rio Grande - RS. The study is developed from approaches with authors of poststructuralist field whose basis the studies and Foucault seeks to launch a genealogical look at the constitution of care practices / education to babies and small children in the city of Rio Grande. By looking at the past, this research seeks to historicize certain practices that materialize in documents and local records, looking to list new problematizations to the present. For this purpose, it consists of desk research, which had the primary source analysis of newspapers and institutional documents located in the Municipality of collections. The selected historical period includes events from the nineteenth century, due to evidence that the first forms of care for rio-grandina childhood began to take shape at that time. The study is composed of three main themes of analysis, they are: the service to the rio-grandina childhood as a practice of charity and means for the salvation of souls; compliance with the rio-grandina childhood as a security measure to the population; and the service to the rio-grandina childhood as children's rights and duty of the State. In describing the categories of analysis, research shows that an early form from which the small child-care practices in Rio Grande presents tied to charity and religious doctrines, which founded on spiritual and transcendent dogmas, intended to lead the conduct of men. A second form of provenance, pointed in this study, is characterized as an intervention measure to minimize the risk of the population through a rational and scientific philanthropy. To discuss this, the research shows that such provenance thread is configured as a possible conditions for the emergence of daycare centers in Rio Grande, while teaching spaces, educators, trainers and conduct of children's subjectivities.

Keywords: History. Attendance. Little Children. Rio Grande.

## **Lista de Figuras**

<b>Figura 1: Dispensário Infantil Dr. Augusto Duprat - Vista exterior .....</b>	<b>95</b>
<b>Figura 2: O preparo da Sopa Infantil .....</b>	<b>98</b>
<b>Figura 3: Espera Geral e Distribuição de sopa .....</b>	<b>99</b>



## Lista de Quadros

<b>Quadro 1: Fontes primárias.....</b>	<b>33</b>
<b>Quadro 2: Organização da Educação Infantil no Município.....</b>	<b>54</b>
<b>Quadro 3: Oferta de creches e pré-escolas na rede Municipal de Rio Grande.....</b>	<b>54</b>
<b>Quadro 4: Cronologia da Cidade do Rio Grande .....</b>	<b>59</b>
<b>Quadro 5: Estatística de 1945.....</b>	<b>97</b>

# Sumário

<b>PRIMEIRAS PALAVRAS...</b>	<b>11</b>
<b>1. CONSTRUINDO O REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO.....</b>	<b>17</b>
1.1 Em Foucault: outras possibilidades de pensar história.....	21
1.2 Caminhos da pesquisa .....	25
<b>1.2.1 A escolha dos materiais .....</b>	<b>30</b>
<b>2. A CONSTITUIÇÃO HISTÓRICA DO ATENDIMENTO À INFÂNCIA NO BRASIL.....</b>	<b>35</b>
2.1 Um mapeamento de pesquisas acadêmicas sobre o tema .....	35
2.2 Um pouco de história da Educação Infantil .....	43
2.3. A Educação Infantil no Município do Rio Grande .....	53
<b>3. SITUANDO O MUNICÍPIO DO RIO GRANDE: ALGUNS ACONTECIMENTOS .....</b>	<b>57</b>
3.1 Contextualização histórica da pequena infância em Rio Grande.....	62
<b>3.1.1 O atendimento à infância rio-grandina como prática de caridade e meio para a salvação das almas .....</b>	<b>68</b>
3.1.1.1 <i>Roda dos Expostos (1843– 1897)</i> .....	68
3.1.1.2 <i>Asilo de Órfãs Coração de Maria (1861)</i> .....	80
<b>3.1.2 O atendimento à infância rio-grandina como medida de segurança à população da cidade.....</b>	<b>86</b>
3.1.2.1 <i>Casa das Órfãs e desvalidas São Benedito (1900)</i> .....	87
3.1.2.2 <i>Dispensário infantil Augusto Duprat (1932)</i> .....	94
3.1.2.3 <i>Creche da Rheingantz (1940)</i> .....	101
3.1.2.4 <i>Centro Educacional Fraternidade (1962) e outras creches no Município (1980)</i> .....	105
<b>3.1.3 O atendimento à infância rio-grandina como direito das crianças e dever do Estado .....</b>	<b>110</b>
<b>4. PARA PROBLEMATIZAR O PRESENTE, MAS NÃO COMO ÚLTIMAS PALAVRAS...</b>	<b>119</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>126</b>

## PRIMEIRAS PALAVRAS...

*De que valeria a obstinação do saber se ele assegurasse apenas a aquisição dos conhecimentos e não, de certa maneira, e tanto quanto possível, o descaminho daquele que conhece?*  
(FOUCAULT, 1984, p.13)

O tema da minha pesquisa está entrelaçado com a trajetória que venho percorrendo desde a graduação. Foi na minha própria caminhada que os caminhos foram surgindo, ganhando forma, por vezes, alguns desapareceram, enquanto outros reapareceram, levando-me a buscar uma nova direção. Por esse motivo, inicio com esse fragmento de Michel Foucault, porque esta pesquisa vem de um redirecionamento de rota. Minha intenção inicial era compreender os discursos que aparecem nas propostas pedagógicas das Escolas Municipais de Educação Infantil do Rio Grande e analisar os efeitos que tais discursos produzem sobre a prática pedagógica na Educação Infantil. Por ser uma pesquisa localizada, senti a necessidade de estudar a história da Educação Infantil no município. O propósito era de apenas realizar uma breve contextualização. Contudo, deparei-me com interesse de adentrar mais a fundo neste estudo, principalmente pela falta de material agrupado que narre essa história.

Assim, nesse descaminho que o conhecer me possibilitou, senti-me movida a aprofundar-me na história do atendimento à infância no Município do Rio Grande, debruçando-me sobre o estudo acerca das condições históricas que produziram deslocamentos nas formas de atendimento às crianças de zero a três anos, visto que ainda não se tem um estudo deste tema a partir dessa abordagem.

Nesse sentido, compreendo que refletir sobre os aspectos mais significativos da minha história de vida me ajuda na elaboração do meu tema de estudo e reelaboração de mim mesma, enquanto pessoa e profissional. Por isso, considero relevante começar contando um pouco do meu processo de formação docente de forma a apresentar alguns acontecimentos que foram possibilitando que a história das práticas das instituições de atendimento aos bebês e às crianças bem pequenas<sup>1</sup> no Município do Rio Grande se tornasse o tema da minha Dissertação de Mestrado.

---

<sup>1</sup> Adoto a nomenclatura divulgada pelo MEC, que compreende bebês como crianças de 0 a 18 meses e crianças bem pequenas como crianças entre 19 meses e 3 anos e 11 meses.

Estudar a educação das crianças pequenas e, principalmente, o atendimento às crianças de zero a três anos têm se constituído foco de investigação em minha formação acadêmica e profissional. Desde 2009, quando iniciei minha trajetória como estudante do Ensino Superior<sup>2</sup>, tenho estado envolvida com essa temática.

No primeiro ano de graduação, despertada pela concepção de que a Educação Infantil é um direito da criança, opção da família e dever do Estado, passei a atuar como bolsista do Núcleo de Estudo e Pesquisa em Educação da Infância (NEPE/FURG)<sup>3</sup>, que desenvolve projetos de pesquisa, ensino e extensão nessa área. Desde então, venho discutindo e aprofundando o estudo de referenciais acerca das infâncias e seus processos educativos. Participar de um núcleo que estuda, entre outros temas, a educação das crianças pequenas foi primordial para minha formação. Pude discutir e refletir, entre outras questões, sobre a qualidade do atendimento às crianças de zero a três anos.

No decorrer do curso de graduação, as discussões sobre as instituições de Educação Infantil foram se tornando ainda mais relevantes e ampliaram o meu conhecimento acerca da educação da pequena infância. As discussões promovidas, principalmente nas disciplinas de Fundamentos e Metodologia da Educação Infantil I e II, enriqueceram o meu conhecimento acerca da infância e seus processos de institucionalização, ao me proporcionarem reflexões sobre a história da Educação Infantil no Brasil e das diversas formas de atendimento à infância, no mundo.

No terceiro ano do curso, tive a disciplina de Estágio. A primeira proposta desta disciplina foi investigar dados preliminares do histórico de surgimento da escola onde realizaria o estágio curricular obrigatório. Para tanto, era necessário relacionar o tempo histórico de sua criação com o pensamento pedagógico da época e relatar as transformações ocorridas no pensamento pedagógico da escola. Lembro-me do quanto a busca por aquelas informações foi empolgante para mim. Contudo, foi uma pesquisa sucinta, pois não tínhamos o acesso a uma fonte teórica e sistemática sobre a história das práticas de atendimento aos bebês e às crianças

---

<sup>2</sup> Cursei Pedagogia na Universidade Federal do Rio Grande – FURG.

<sup>3</sup> O Núcleo de Estudo e Pesquisa em Educação da Infância – NEPE, cadastrado no CNPQ desde 1996, congrega profissionais e acadêmicos do campo da educação. Foi pioneiro na FURG no que se refere ao desenvolvimento de projetos de pesquisa e extensão na área da infância, da Educação Infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental. Desde então, tem buscado o intercâmbio não só com outras Instituições de Ensino Superior, como também com as unidades educativas, além de profissionais que atuam com esta faixa etária e estudantes do curso de Pedagogia e do Programa de Pós-graduação em Educação da FURG, para desenvolver e aprofundar os estudos nesse campo.

bem pequenas no Município do Rio Grande, e faltava-nos tempo para realizar um levantamento de dados mais minucioso e aprofundado.

Desde esse momento, passei a compreender a importância de conhecer a história da escola onde realizaria o estágio. Esta caracterização foi fundamental para a estruturação de uma proposta articulada com o contexto no qual ela está inserida. Segundo Delgado (2006), a história é uma ciência que carrega marcas do tempo, e sua conceituação está intrinsecamente ligada às características da fase na qual o conhecimento histórico foi ou é produzido. Partindo dessa perspectiva, compreendi a relevância do estudo sobre a história das primeiras instituições de atendimento à infância, tendo em vista a relevância de sua contribuição para a sociedade rio-grandina. Começava-se aí a delinear-se o meu interesse por realizar uma pesquisa que contribuísse para a produção científica sobre a educação das crianças menores de três anos em nosso município.

No final da graduação, meu Trabalho de Conclusão de Curso teve por título “A prática pedagógica na creche: cuidar e educar em discussão”<sup>4</sup>. Nesse estudo busquei analisar a compreensão que as professoras que atuam com as crianças de zero a três anos têm sobre o cuidado. Em linhas gerais, os dados dessa pesquisa apontaram que, ainda que as professoras entrevistadas em alguns momentos demonstrassem contradições nas formas de perceber e conceber o cuidado e a educação na creche, evidenciavam uma disposição no sentido de efetivar em suas práticas a indissociabilidade entre cuidar/educar. Além disso, algumas entrevistadas traziam concepções que apontavam para uma compreensão mais ampla do significado do cuidado. Tais dados demonstram a complexidade desse conceito e o quanto ele se configura como um desafio para a prática pedagógica das professoras que atuam com bebês e crianças bem pequenas:

Durante a realização dessa pesquisa, percebi o quanto aspectos históricos da Educação Infantil influenciaram o entendimento dessas professoras acerca do cuidado. Ao realizar uma retrospectiva histórica sobre o cuidado/educação na Educação Infantil, percebi que a dicotomia entre cuidar e educar esteve muito presente nas práticas pedagógicas das instituições. No contexto contemporâneo, porém, apesar de se estar caminhando no sentido de superá-la, essa dissociação

---

<sup>4</sup> GUTIERRES, Juliana Diniz. *A prática pedagógica na creche: cuidar e educar em discussão*. 26 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Universidade Federal do Rio Grande – FURG, Rio Grande, 2013. [Orientadora: Profa. Dra. Maria Renata Alonso Mota].

ainda é visível em práticas desenvolvidas no cotidiano das instituições, principalmente devido a um pensamento recorrente que vincula o cuidado ao atendimento assistencial. Esse dado reafirma a importância de realizar um estudo que ponha em ênfase a emergência das instituições de atendimento à infância rio-grandina.

Considerando isso, nesta pesquisa me aproximei mais da genealogia ou do domínio ser-poder<sup>5</sup>. De acordo com Veiga-Neto (2003, p. 71), a genealogia se propõe a fazer “uma descrição da história das muitas interpretações que nos são contadas e que nos têm sido impostas. Com isso, ela consegue desnaturalizar, dessencializar enunciados que são repetidos como se tivessem sido descobertas e não invenções”. Assim, o que pretendi foi lançar um olhar genealógico sobre a constituição das práticas de atendimento aos bebês e às crianças pequenas, no Município do Rio Grande.

Ao me propor lançar um olhar genealógico no sentido de Foucault não significa que fiz um estudo genealógico, afinal, isso demandaria um tempo que excederia os dois anos do Mestrado. Portanto, o meu objetivo foi analisar a constituição histórica das práticas de atendimento às crianças de zero a três anos e compreender a forma como estas possibilitaram a emergência das creches na cidade do Rio Grande.

Considero importante ressaltar que escolhi iniciar essa Dissertação trazendo alguns elementos da minha trajetória para situar de onde venho, falo e o motivo que me leva a realizar esta pesquisa. Com isso, evidencio que a constituição desse problema de pesquisa não foi algo “dado”. Como diz Larrosa (2000, p.330):

[...] a desconstrução histórica daquilo que somos e já estamos deixando de ser, tem a ver com a problematização das evidências e universalidades que nos configuram em nossas formas de conhecimento, em nossas práticas punitivas, em nossas formas de relação com os demais e conosco. Trata-se de mostrar que aquilo que somos é arbitrário, específico e contingente; de colocar em questão o habitual, aquilo que é o mais difícil de ver como problemático porque se converteu em hábito para nós, em costume, em identidade. É preciso converter aquilo que somos em problema, o habitual em insuportável, o conhecido em desconhecido, o próprio em estranho, o familiar em inquietante. E não lamentar-se pela perda daquilo que somos e já estamos deixando de ser, pela crise de nossos saberes, de nossas práticas ou de nossos valores, mas interrogar-se por que necessitamos conhecer dessa maneira, atuar dessa maneira, acreditar em tudo isso.

---

<sup>5</sup> Para maiores explicações, leia “Foucault e Educação”, de Alfredo Veiga-Neto (2003).

É nesse sentido que a delimitação do meu problema de pesquisa não foi algo dado, natural e definitivo. Ao contrário, sua constituição foi sendo tecida, (re)criada e (re)pensada no decorrer da minha trajetória.

É importante destacar, também, que na perspectiva teórica em que me movimento – a pós-estruturalista – o caminho a ser percorrido não está pré-definido ou pronto. No decorrer da pesquisa, a partir das teorizações e da produção do material empírico que foram, prioritariamente, jornais locais e documentos das instituições, novos caminhos foram surgindo, de modo que a constituição desta pesquisa foi tendo outros redirecionamentos que não haviam sido previstos *a priori*. Utilizando as palavras de Bujes (2007, p. 14), “é deste processo de *desencaminhamento*, mas também de trilhas seguidas”, que passo a apresentar nos próximos parágrafos.

No Capítulo 1, *Construindo o Referencial Teórico-Metodológico*, inicio situando o leitor sobre como me aproximei dos estudos foucaultianos e por que escolhi esse campo teórico para fundamentar a pesquisa. Esse capítulo está composto por duas seções. Na primeira, *Em Foucault: outras possibilidades de pensar história*, abordo sobre a perspectiva de história da qual me aproximo para pensar sobre o meu problema de pesquisa. Trata-se aqui de uma história que não se volta para a origem dos acontecimentos, mas para as condições que tornaram possível o seu aparecimento. Disto, pontuo a relevância dos termos *proveniência* e *emergência* para este estudo acerca das condições históricas do atendimento às crianças de zero a três anos, no Município do Rio Grande. Na segunda seção desse primeiro capítulo, são apresentados os *Caminhos da pesquisa*. Inicio destacando algumas ferramentas operadas por Foucault que contribuíram com o estudo. E, logo após, em *A escolha dos materiais*, descrevo os caminhos percorridos durante a escolha dos materiais que constituíram o *corpus* de análise.

Depois de descrever a construção do referencial teórico-metodológico que norteou a pesquisa, parto então para o Capítulo 2. Esse capítulo denomina-se de *A constituição histórica do atendimento à infância no Brasil*, e três seções o integram. A primeira, *Um mapeamento de pesquisas acadêmicas sobre o tema*, consiste em um levantamento de teses e dissertações que tematizam a história da Educação Infantil em municípios brasileiros. Realizando o agrupamento dessas publicações, escolhi separá-las por regiões, visto que as pesquisas realizadas abrangiam a

história do atendimento às crianças em diferentes cidades, que contemplaram as cinco regiões brasileiras<sup>6</sup>. A seção seguinte, por sua vez intitulada de *Um pouco de história da Educação Infantil*, traz a análise do mapeamento, realizando um recorrido histórico que considere importante para a compreensão de como a Educação Infantil foi se configurando no Brasil. Já a terceira seção, *A Educação Infantil no Município do Rio Grande*, traz uma caracterização de como a Educação Infantil está configurada neste Município atualmente.

Feito esta caracterização, parto para o Capítulo 3, *Situando o Município do Rio Grande: alguns acontecimentos*. Este contextualiza a cidade do Rio Grande, buscando elencar acontecimentos que, de alguma maneira, se configuraram em condições para que a creche fosse criada e se fortalecesse no Município. Esse capítulo é composto por uma seção intitulada de *Contextualização histórica da pequena infância em Rio Grande* e traz elementos que nos ajudam a pensar sobre os significados que a infância foi adquirindo no decorrer do tempo, tomando como base excertos de documentos e de jornais encontrados durante a pesquisa. Essa seção, subdivide-se em três categorias, que foram os eixos de análise: *O atendimento à infância rio-grandina como prática de caridade e meio para a salvação das almas; O atendimento à infância rio-grandina como medida de segurança à população; e O atendimento à infância rio-grandina como direito das crianças e dever do Estado*.

Por fim, a última parte dessa dissertação recebe o título de *Para problematizar o presente, mas não como últimas palavras...* O propósito dessa escrita é retomar aspectos analisados no decorrer do estudo, destacando aqueles que nos possibilitam compreender de que forma as práticas de atendimento à pequena infância que se desenvolveram ao longo do tempo foram, pouco a pouco, constituindo possibilidades para a emergência da creche em Rio Grande. Ao mesmo tempo, essa escrita elenca questões para a problematização do presente. Portanto, não se tratam de últimas palavras, visto que a discussão não se encerra por aqui.

---

<sup>6</sup> Trata-se da divisão regional, estabelecida pelo IBGE, que divide o território brasileiro em: Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sul e Sudeste



## 1. CONSTRUINDO O REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO

Durante a graduação, muitos foram os estudos fundamentados em perspectivas críticas, que me direcionavam a diagnosticar problemas e propor soluções para o sistema educacional. Contudo, ainda nessa época, minhas inquietações de certo modo caminhavam em outra direção: mais do que saber o que acontece me inquietava saber por que as coisas acontecem de uma determinada maneira e não de outra. Começavam-se aí meus primeiros questionamentos acerca dos efeitos que o discurso pedagógico institui sobre a educação e sobre a infância.

É pertinente refletir que, naquele momento, essa percepção não estava tão clara para mim. E, hoje, refletindo sobre o referencial teórico do qual me aproximo para tecer essa escrita, compreendo que não foi fácil abrir mão de determinadas certezas, ideias e posicionamentos. Contudo, quando compreendi essa possibilidade, percebi que há outras formas de pensar e de fazer pesquisa.

Como bem menciona Foucault (1984, p. 13): “Existem momentos na vida onde a questão de saber se se pode pensar diferentemente do que se pensa, e perceber diferentemente do que se vê, é indispensável para continuar a olhar ou refletir”. É por isso que, para escolhermos os autores que irão caminhar conosco na trajetória da pesquisa, procuramos aqueles que nos oferecerão subsídios para aprofundar nossos olhares sobre o material coletado, aqueles que problematizarão conosco e nos desafiarão a pensar de modo diferente o que já está posto como *verdade*. Nesse sentido é que durante esse percurso procurarei me aproximar de autores do campo pós-estruturalista que têm por base os estudos foucaultianos.

Minha escolha por esse referencial se consolidou, principalmente, a partir do meu envolvimento na Leitura Dirigida intitulada “Estudos em Michel Foucault: interlocuções com o campo da educação”, ministrada pelas professoras Maria Renata Alonso Mota e Kamila Lockmam. Esses estudos contribuíram para a minha aproximação com a perspectiva pós-estruturalista e para que eu compreendesse a possibilidade de analisar os aspectos relativos à infância e sua educação de uma outra forma.

Desse modo, considerando que minha inserção nos estudos acerca dessa perspectiva é muito recente, sinto a necessidade de discorrer um pouco sobre o pós-estruturalismo como uma forma de ajudar a mim mesma na compreensão do que procurei me afastar e do que pretendi me aproximar no decorrer desta pesquisa.

Assim, a partir das contribuições de autores como Peters (2000), Silva (1999 e 2005) e Veiga-Neto (1995 e 2002), começo a tecer minhas primeiras reflexões acerca do que estou compreendendo por pós-estruturalismo.

Peters (2000, p.28), ao traçar a gênese e a trajetória do pós-estruturalismo, aborda que tal movimento tem como objeto teórico o estruturalismo, embora se distancie “de qualquer ideia de homogeneidade, singularidade ou unidade”. Conforme o autor, o estruturalismo teve sua origem na linguística estrutural. Tratava-se de uma abordagem estruturo-funcional de investigação científica dos fenômenos linguísticos, que pretendia revelar as leis internas do sistema de linguagem. O pós-estruturalismo, por sua vez, não deve ser percebido como um movimento de negação ao estruturalismo, mas como “uma continuidade e, ao mesmo tempo, como uma transformação relativamente ao estruturalismo”. (SILVA, 2005, p. 118).

Pensando sobre as continuidades, Peters (2000) aponta que o pós-estruturalismo também enfatiza o processo de descentralização do sujeito, critica a concepção de consciência humana autônoma e os pressupostos universalistas da racionalidade, individualidade e autonomia. Além disso, assim como o estruturalismo, rejeita o representacionalismo das perspectivas mais tradicionais, ou seja, nega a ideia de que um discurso tenha a capacidade de representar o mundo como de fato é.

Apesar dessas afinidades, o pós-estruturalismo traz uma concepção que modifica e rompe com aspectos do estruturalismo. Conforme Silva (1999, p.247), podemos distingui-lo “como um conjunto de desenvolvimentos teóricos vinculados a uma determinada concepção do papel e da natureza da linguagem”. Peters (2000) amplia essa compreensão, ao mencionar que o movimento pós-estruturalista distanciou-se de todas as formas de fundacionalismo<sup>7</sup>, tão presentes no estruturalismo. Segundo o autor:

O pós-estruturalismo questionou as pretensões científicas e a tendência totalizante do estruturalismo, o qual tinha sido elevado ao *status* de uma teoria universalmente válida para compreender a linguagem, o pensamento, a sociedade, a cultura e a economia e, na verdade, todos os aspectos da atividade humana. (PETERS, 2000, p. 45 e 46).

---

<sup>7</sup> Trata-se de uma teoria epistemológica que vê o conhecimento como algo que deve ter uma base totalmente segura. Na visão iluminista, por exemplo, o conhecimento é exato e universal quando balizado em nossas capacidades racionais humanas.

Desse modo, posso compreender que o pós-estruturalismo configura-se como um pensamento filosófico que problematiza a abordagem cientificista do estruturalismo de estabelecer um paradigma universal para as ciências sociais. Assim, esse movimento “buscou descentrar as ‘estruturas’, a sistematicidade e a pretensão científica do estruturalismo, criticando a metafísica que lhe estava subjacente e estendendo-o em uma série de diferentes direções”. (PETERS, 2000, p.10).

Nesse contexto compreendo que, embora o pós-estruturalismo sustente que a literatura fornece categorias que nos auxiliam a organizar e a compreender nossa experiência da realidade, ele desconstrói a concepção de que todas as sociedades e culturas possuam uma estrutura comum e invariável, como preconizada pelo estruturalismo.

Rejeitando este princípio, o movimento pós-estruturalista defende que o significado de um texto, por exemplo, não é inerente a si. Pelo contrário, depende da perspectiva de quem o lê. Desse modo, muitos significados podem emergir de um mesmo texto, a partir da interpretação dos leitores que dialogam com ele.

Veiga-Neto (2002), pesquisador brasileiro que se dedica a analisar os pensamentos do filósofo francês Michel Foucault e suas contribuições para a educação, complementa essa compreensão, ao abordar sobre elementos que compõem a vertente pós-estruturalista e ao apontar algumas outras possibilidades analíticas que essa perspectiva coloca para a nossa compreensão sobre a educação.

Ao problematizar as noções de realidade, de sujeito e de verdade, o autor desconstrói a ideia de que há uma perspectiva correta, uma forma de olhar privilegiada, levando-nos a compreender a existência de *olhares*, olhares que produzem, e dos quais não temos como nos distanciar, pois somos parte deles. Nesse sentido, para o pensamento pós-estruturalista “não há uma perspectiva privilegiada a partir da qual possamos ver e entender melhor a nossa realidade social, cultural, econômica, educacional, etc”. (VEIGA-NETO, 2002, p.36). Assim, podemos perceber que, para o pós-estruturalismo, um significado é cultural e socialmente produzido, e não pré-existente, como previam os estruturalistas. Em outras palavras, não há uma única interpretação possível, não há uma verdade imutável, que não possa ser discutível.

Conforme Peters (2000, p.32), os pensadores pós-estruturalistas “ênfatizam que o significado é uma construção ativa, radicalmente dependente da pragmática do contexto, questionando, portanto, a suposta universalidade das chamadas ‘asserções de verdade’”. Foucault é um desses pensadores que nos ajudam a olhar para verdade não como “aquilo que permanece inalterável a quaisquer contingências”. (CANDIOTTO, 2007, p. 204), mas como resultado de regimes discursivos que possuem seu próprio conjunto de regras para elaborar proposições bem formadas, a ponto de serem tidas como naturais.

Candiotto (2007) complementa que para Foucault, a verdade, que é descontínua, não-universal e dispersa, é indissociável da singularidade do acontecimento. Conforme o autor, na perspectiva do filósofo, a história é o lugar do acontecimento da verdade e “não passa da imposição de uma interpretação sobre outras interpretações, porquanto inexistente qualquer fato a ser interpretado”. (CANDIOTTO, 2007, p. 2006)<sup>8</sup>. Desse modo, podemos compreender que todo conhecimento é histórico. De acordo com Peters (2000, p.38):

Enquanto o estruturalismo buscava apagar a história por meio da análise sincrônica das estruturas, o pós-estruturalismo mostra um renovado interesse por uma história cultural crítica, ao se concentrar na análise diacrônica, na mutação, na transformação e na descontinuidade das estruturas; na serialização; na repetição; na arqueologia.

Seguindo essa perspectiva, considero importante mencionar que nesse estudo não me proponho a buscar *a verdade* sobre a história do atendimento à infância rio-grandina, mas ao lançar outros olhares para essa história, busco as distintas condições que possibilitaram sua constituição no Município do Rio Grande. Desse modo, compreendo que um olhar foucaultiano sobre essa história “poderá nos ajudar a compreendê-la de outras formas, alimentando outras esperanças, moderando ou mesmo dissolvendo nossos sonhos utópicos e, talvez, até mesmo reorientando nossas práticas diárias”. (VEIGA-NETO, 1995, p.14).

Aliado a isso, a perspectiva da qual me aproximo considera que “tudo aquilo que pensamos sobre nossas ações e tudo aquilo que fazemos tem de ser contínua e permanentemente questionado, revisado e criticado”. (VEIGA-NETO, 2002, p. 34). Nesse sentido, compreendo que as problematizações que tecerei sobre a história

---

<sup>8</sup> Essa ideia será desenvolvida na próxima seção, onde abordo sobre minha compreensão de história a partir do referencial teórico que subsidia este estudo.

podem nos auxiliar na ampliação dos horizontes para (re)elaboração de nossas práticas do presente.

A partir dessas reflexões, compreendo que o pós-estruturalismo pode nos oferecer cenários de múltiplos propósitos e razões, muito mais inquietantes e desafiadores para pensarmos no contexto atual das creches rio-grandinas, uma vez que nos instiga a olhar o pedagógico de forma a estranhar questões que estão naturalizadas.

Abordo a seguir sobre a compreensão de história da qual me aproximei para a realização deste estudo.

### **1.1 Em Foucault: outras possibilidades de pensar história**

Considerando que o objetivo deste estudo foi compreender como as práticas de atendimento às crianças de zero a três anos que se desenvolveram ao longo do tempo foram, pouco a pouco, constituindo possibilidades para a emergência da creche em Rio Grande, é pertinente destacar de que perspectiva de história me aproximei para pensar sobre esse problema de pesquisa.

Por esse motivo, passo a tecer alguns apontamentos acerca do entendimento de história para Foucault e, assim, ao repensar esse campo do saber, provooco meu próprio pensamento a elaborar outras possibilidades de pensar sobre a história da Educação Infantil.

O modo de Foucault fazer história se distingue da maioria dos historiadores. Enquanto estes buscam a gênese de um determinado fato, Foucault se distancia desse propósito. Ele é um pesquisador que não se ocupa em buscar a origem fundadora de um acontecimento. Em suas palavras, uma pesquisa da origem:

se esforça para recolher nela a essência exata da coisa, sua mais pura possibilidade, sua identidade cuidadosamente recolhida em si mesma, sua forma imóvel e anterior a tudo o que é externo, acidental, sucessivo. Procurar uma tal origem é tentar reencontrar “o que era imediatamente”, o “aquilo mesmo” de uma imagem exatamente adequada a si; é tornar por acidental todas as peripécias que puderam ter acontecido, todas as astúcias, todos os disfarces; é querer tirar todas as máscaras para desvelar enfim uma identidade primeira (FOUCAULT, 1979, p. 17)

Com estas considerações, parece-nos claro que fazer história, para Foucault, não significa revelar um ponto inicial de onde tudo decorre, nem mesmo buscar no passado a sua essência. Ao contrário disso, Foucault constrói outros caminhos de

se fazer história dando ouvidos aos seus acasos, suas contradições e suas dispersões.

Afastando-se de uma história das origens, Foucault propõe uma história do presente, uma história que podemos chamar de genealógica. Para Foucault,

[...] a genealogia não pretende recuar no tempo para restabelecer uma grande continuidade para além da dispersão do esquecimento; sua tarefa não é a de mostrar que o passado ainda está lá, bem vivo no presente, animando-o ainda em segredo, depois de ter imposto a todos os obstáculos do percurso uma forma delineada desde o início. Nada que se assemelhasse à evolução de uma espécie, ao destino de um povo. (FOUCAULT, 1979, p. 21).

Como podemos observar, não existe pesquisa em Foucault que se preocupe em olhar a história simplesmente pela história, pelo passado, mas em olhar para coisas que inquietam o nosso presente. Cabe dizer que Foucault é um pesquisador que se preocupa com a atualidade. Conforme Rago (2005, p.263), a relação de Foucault com a história é “estabelecida a partir de um problema que se coloca no presente e, para a resolução, necessita voltar-se ao passado”. Passado este, que também não é visto como embrionário, mas como “lugar do acontecimento, da emergência em uma singularidade, a partir da disputa de forças em conflito”. (RAGO, 2005, p. 263).

Nesse sentido, com a genealogia aprendemos “que atrás das coisas há ‘algo inteiramente diferente’: não seu segredo essencial e sem data, mas o segredo que elas são sem essência, ou que sua essência foi construída peça por peça a partir de figuras que lhe eram estranhas”. (FOUCAULT, 1979, p. 18). É nesse sentido que, segundo Foucault, o objeto próprio da genealogia é marcado melhor por termos como *proveniência* e *emergência* do que *origem*.

De acordo com Foucault (1979, p. 20), a proveniência permite “reencontrar sob o aspecto único de um caráter ou de um conceito a proliferação dos acontecimentos através dos quais (graças aos quais, contra os quais) eles se formaram”. Além disso,

Seguir o filão complexo da proveniência é [...] manter o que se passou na dispersão que lhe é própria: é demarcar os acidentes, os ínfimos desvios – ou ao contrário as inversões completas – os erros, as falhas na apreciação, os maus cálculos que deram nascimento ao que existe e tem valor para nós; é descobrir que na raiz daquilo que nós conhecemos e daquilo que nós somos – não existe a verdade e o ser, mas a exterioridade do acidente (FOUCAULT, 1979, p. 21).

Desse modo, a genealogia, como análise da proveniência, está no ponto de articulação da superfície de inscrição dos acontecimentos com a história (FOUCAULT, 1979). Por isso, ela busca, na difusão dos acontecimentos, as diversas possibilidades de começo. Isso significa que esse tipo de pesquisa não procura desvelar o ponto originário que marca o único começo possível, mas busca as diversas condições que possibilitaram sua existência em um determinado contexto histórico-social. Tem-se, então, um entrecruzar de fatos, práticas, discursos, descontinuidades e dispersões. Em outras palavras, significa observar as heterogeneidades da história, e não a sua origem.

Aliada a essa compreensão está o entendimento de emergência. Para Foucault (1979, p. 24), a emergência é:

[...] a entrada em cena das forças; é sua irrupção, o salto pelo qual elas passam dos bastidores para o teatro, cada uma com o vigor e a sua própria juventude. [...] Ninguém é, portanto, responsável por uma emergência; ninguém pode se autoglorificar por ela; ela sempre se produz no interstício.

Pode-se dizer então que a genealogia, como análise da emergência, em lugar de marcar o ponto exato do surgimento de um objeto pesquisado, ocupa-se com os estados de forças que sinalizam o seu aparecimento. Segundo Lockmann (2013, p. 177), a emergência “designa o momento em que, em um jogo complexo de forças, esse objeto vem à tona, surge, irrompe. Ela marca, portanto, o lugar de luta, de disputa entre as forças, que tencionadas, produzem o aparecimento do objeto em estudo”.

Com isso, Foucault nos conduz a pensar que fazer uma história do presente não significa estudar as instituições atuais em função de uma época passada nem mesmo buscar desvendar em épocas passadas práticas semelhantes a situações do presente. Diferente disso, Foucault nos leva a perguntar: Como chegamos aqui? E, é nesse sentido que eu me coloco a pensar sobre a história da Educação Infantil: Como eram as práticas de atendimento à infância nos períodos mais antigos e como chegaram a ser o que são na Contemporaneidade?

Conforme destaca Veyne (2008, p. 208):

A história-genealogia a Foucault preenche, pois, completamente o programa da história tradicional; não deixa de lado a sociedade, a economia, etc., mas estrutura essa matéria de outra maneira: não os séculos, os povos nem as civilizações, mas as práticas; as tramas que ela narra são a história das práticas em que homens enxergaram verdades e das suas lutas em torno dessas verdades.

Assim, tomando a genealogia como uma forma de olhar para o presente, Foucault inspirou-me a buscar na história da creche, não sua origem, mas suas condições de possibilidade. Com isso, percebo a utilidade dos termos *proveniência* e *emergência* para a pesquisa que me propus a desenvolver. A proveniência me ofereceu elementos para buscar os diferentes começos das práticas de cuidado e educação da infância rio-grandina, e a emergência, sua "entrada em cena".

Lançar um olhar genealógico para o atendimento à infância no Rio Grande pressupõe considerar acontecimentos diversos cujas convergências e divergências possibilitaram a emergência das práticas e formas de racionalização que configuram as creches no contexto contemporâneo. Como mencionam Henning e Lockmann (2010, p. 115):

Isso pressupõe tomar a história como um a priori, como único a priori possível e despedir-se de todos os demais. Ou seja, é entender que não há algo a ser desvendado ou descoberto como a sua essência, sua origem ou a sua natureza. O que há é uma história que possibilitou sua emergência.

Outra questão importante no entendimento de história para Foucault, é que ele “questiona a concepção de uma história linear e contínua”. (FISCHER, 1996, p. 56). Ele “trabalha com uma perspectiva de história que não é linear nem cíclica, pois ela congrega o antigo para fomentar não necessariamente o novo, mas, sobretudo, o impensado”. (SANT’ANNA, 2008, p. 86).

Nesse sentido, em lugar de buscar uma história totalitária, cronológica e linear de todos os fatos que se referem à constituição das práticas de atendimento à infância no Município do Rio Grande, minha intenção foi realizar recortes de alguns acontecimentos, o que equivale dizer que alguns tiveram destaques enquanto outros se quer foram mencionados, tal como nos lembra Bauman (2005, p. 26):

Histórias são como holofotes e refletores – iluminam partes do palco enquanto deixam o resto na escuridão. Se iluminassem igualmente o palco todo, de fato não teriam utilidade. [...] É missão das histórias selecionar, e é de sua natureza incluir excluindo e iluminar lançando sombras. É um grave equívoco, além de uma injustiça, culpar as histórias por favorecerem uma parte do palco e negligenciarem outra.

Seguindo essa perspectiva, quando questiono sobre a história do atendimento às crianças de zero a três anos no Município do Rio Grande, não tenciono localizar a gênese e a verdade que delimita seu único início possível. Ao contrário disso, minha



intenção está em buscar na história as distintas condições que possibilitaram a constituição das instituições de cuidado/educação às crianças de zero a três anos. Na seção seguinte, abordarei um pouco mais sobre esse entendimento, ao descrever os caminhos percorridos durante o desenvolvimento deste estudo.

## 1.2 Caminhos da pesquisa

*[...] um método é o caminho que podemos/devemos seguir se quisermos ir para algum lugar.*  
(VEIGA-NETO, LOPES, 2010, p.2)

Para alguns pesquisadores seria incabível utilizar a palavra “método” a estudos foucaultianos. Contudo, trazendo as contribuições teóricas de Veiga-Neto (2009 e 2010), sustento que há sentido na expressão métodos foucaultianos, dependendo da concepção de método que se tem. Conforme o autor:

Para Foucault, o método não é o caminho seguro como queriam Descartes e Ramus, até porque nada mais é seguro, previsível: nem os pontos de saída, nem o percurso, nem os pontos de chegada. E mais: não há um solo-base externo por onde caminhar, senão que, mais do que o caminho, é o próprio solo sobre o qual repousa esse caminho é que é construído durante o ato de caminhar (VEIGA-NETO, 2009, p.88 e 89).

Como podemos observar, Foucault rompe com o sentido de método rígido, constituído na Modernidade. Porém, existe sim um método em sua teoria, desde que não se entenda método como padrões fixos e estabelecidos.

Entretanto, “é preciso não confundir abertura e flexibilização com ‘vale tudo’, com a negação a quaisquer formalismos ou com a ausência de rigor”. (VEIGA-NETO, 2009, p.87). Além disso, “em qualquer atividade, sempre é preciso seguir alguns preceitos, normas ou regras previamente estabelecidas por uma cultura que nos precedeu e na qual estamos mergulhados”. (VEIGA-NETO, 2009, p.87).

Foi partindo dessa compreensão de que “pesquisa é uma atividade que exige reflexão, rigor, método e ousadia”. (COSTA, 2007, p. 150), é que procurei inventar o meu próprio caminho. Antes de descrever os movimentos da pesquisa e as escolhas que possibilitaram a produção dos materiais de análise, farei uma breve abordagem acerca de outros conceitos trabalhados por Foucault, que ainda não foram

abordados neste capítulo, mas que são igualmente importantes para situar as compreensões das quais esta pesquisa partiu.

É importante lembrar que o eixo central das pesquisas de Foucault é a constituição do sujeito moderno, ou seja, como ele se constitui o que é. Para Foucault, o sujeito constituído de uma identidade única, estável e permanente é uma invenção do iluminismo. Através de suas obras, o autor nos leva a compreender que, muito antes de uma identidade que nos fixa em um determinado lugar, existem diferentes posições de sujeitos: o sujeito mãe/pai, o sujeito profissional, o sujeito professora/professor, o sujeito homem/mulher.

Na perspectiva teórica de Foucault, o termo sujeito é utilizado porque este está sempre assujeitado aos discursos e práticas instituídas na sociedade. Nas palavras do autor: “há dois significados para a palavra sujeito: sujeito a alguém pelo controle e dependência, e preso à sua própria identidade por uma consciência ou autoconhecimento. Ambos sugerem uma forma de poder que subjuga e torna sujeito a”. (FOUCAULT, 1995, p. 235). Assim, podemos dizer que nos constituímos a partir de regras estabelecidas na sociedade que são instauradas por discursos de verdade.

Para Foucault, discurso é um grande conjunto de verdades que habitam em um determinado tempo e lugar. E, são estes discursos que constituem a sociedade ocidental.

Essas formas prévias de continuidade, todas essas sínteses que não problematizamos e que deixamos valer de pleno direito, é preciso, pois, mantê-las em suspenso. Não se trata, é claro, de recusá-las definitivamente, mas sacudir a quietude com a qual as aceitamos; mostrar que elas não se justificam por si mesmas, que são sempre o efeito de uma construção cujas regras devem ser conhecidas e cujas justificativas devem ser controladas; definir em que condições e em vista de que análises, algumas são legítimas; indicar as que, de qualquer forma, não podem mais ser admitidas (FOUCAULT, 2002, p. 29).

Com essa citação, Foucault evidencia o quanto lhe interessa entender os discursos que são tomados como verdade e nos fabricam enquanto sujeitos, e que tomamos de uma forma tão tranquila e nem problematizamos mais o que dizem. Assim, ele analisa os discursos que estão presentes na sociedade e problematiza como nos tornamos sujeitos a partir desses discursos estabelecidos. Para ele, “um discurso é um conjunto de enunciados que se apoia em um mesmo sistema de formação”. (FOUCAULT, 2002, p.124). Nesse contexto, Foucault percebe que esse

conjunto de discursos é possível de se tornar um campo legítimo de saber porque existe outro elemento que é tramado nele: as relações de poder.

Poder, na perspectiva de Foucault, se difere da vertente crítica, que o entende como algo que reprime. Para ele, o poder é produtivo, ou seja, produz coisas e não está localizado em um determinado espaço (como no Estado ou em uma instituição específica) nem num sujeito (como no diretor da escola, por exemplo). Assim, ele critica esse entendimento e problematiza que o poder é muito mais da ordem da produtividade do que da negação. Para ele, “o poder não é uma instituição nem uma estrutura nem uma certa potência da qual alguns seriam dotados, é o nome que damos a uma situação estratégica complexa numa sociedade determinada”. (FOUCAULT, 1988, p. 103). Nesse sentido, podemos dizer que o poder não está localizado em um único ponto. Ao contrário disso, ele está disseminado nas relações humanas.

Desse modo, para Foucault, o poder só pode acontecer entre pessoas livres. Trata-se, portanto, de relação, pois somente numa continuidade de ação é que o poder pode se colocar. Afinal, conforme Foucault (1995), o poder só pode ser efetivado se tivermos a possibilidade de aceitá-lo ou negá-lo. Quando alguém não tem a possibilidade de resistir a ele não é poder, é violência.

Cabe estabelecer aqui, ainda que brevemente, a diferenciação entre poder e violência. Conforme Foucault (1995), uma relação de violência é aquela que age sobre o corpo, pela submissão de uns pelos outros. Já uma relação de poder diz respeito às ações que se exercem sobre as ações do outro. Assim, segundo o autor, enquanto a violência força, quebra, destrói e fecha todas as possibilidades, uma relação de poder reconhece e mantém aquele sobre o qual ela se exerce como o sujeito de ação, abrindo possibilidades para reações, efeitos e invenções possíveis. É por isso que uma relação de poder exige uma negociação e, na maioria das vezes, se dá com o consentimento do outro, enquanto que a relação de violência se estabelece por si mesma e implica o cerceamento do corpo.

Nas palavras de Veiga-Neto (2006, p. 17), “relações de violência e relações de poder podem ser compreendidas como modalidades de relações de dominação e tais modalidades são qualitativamente – e não quantitativamente – diferentes uma da outra”. Seguindo essa perspectiva, podemos dizer que ambas se constituem em uma relação de dominação. Porém, o que diferencia uma da outra é a forma como ela se estabelece: ou é violenta ou é poderosa.

Conforme menciona o autor, o poder não visa a repressão, mas a produção de uma positividade nos indivíduos através dos quais ele passa. Já a dominação por meio da violência, ao contrário, se dá como uma ação repressiva, muitas vezes sufocante e imobilizante (VEIGA-NETO, 2006).

Tomando como referência esse entendimento de poder, é possível estabelecer uma relação com a história das práticas de atendimento à infância, que esteve muito atrelada à assistência. Trata-se de compreender que, no decorrer da história da Educação Infantil tanto no âmbito nacional quanto local<sup>9</sup>, o atendimento às crianças, principalmente na faixa etária de zero a três anos, objetivou minimizar os riscos produzidos por determinados grupos da população, devido às suas condições de vida.

Nesse contexto, podemos perceber o aparecimento de outra forma de poder, um poder exercido sobre a vida, um biopoder, conforme Foucault. Esse tipo de poder funciona como um mecanismo de controle da população e do indivíduo. Concernente a isso, Foucault (1999, p. 293) menciona que:

Aquém, portanto, do grande poder absoluto, dramático, sombrio que era o poder da soberania, e que consistia em poder fazer morrer, eis que aparece agora, com essa tecnologia do poder sobre a "população" enquanto tal, sobre o homem enquanto ser vivo, um poder contínuo, científico, que é o poder de "fazer viver". A soberania fazia morrer e deixava viver. E eis que agora aparece um poder que eu chamaria de regulamentação e que consiste, ao contrário, em fazer viver e em deixar morrer.

Esse aspecto do poder focaliza não só a vida do indivíduo, mas também a vida da população em conjunto, elaborando estratégias de gerenciamento, para potenciá-la e defendê-la dos perigos produzidos pela coletividade. Seguindo essa perspectiva, parece-me que as práticas de atendimento à infância constituíram-se visando o controle de doenças e mortalidades de uma população: a infantil.

Os conceitos desenvolvidos até aqui foram fundamentais para a escolha dos caminhos que constituíram essa pesquisa. Isto porque, nesse percurso, teoria e prática andaram juntas. Trazendo as contribuições de Fisher (1996) para pensar sobre a trajetória da pesquisa com Foucault, isto equivale dizer que o tema deste estudo foi tratado, teórica e praticamente, a partir da mesma fonte: dos estudos foucaultianos. Tal perspectiva levou-me:

---

<sup>9</sup> A história da Educação Infantil no Brasil e no Município do Rio Grande será abordada nos capítulos 2 e 3, respectivamente.

[...] a olhar o *corpus* de análise como um conjunto de textos associados a inúmeras práticas sociais, a analisa-los igualmente como práticas que são, como constituidores de sujeitos e corpos, de modos de existência não só de pessoas como de instituições e inclusive de formações sociais mais amplas. (FISCHER, 1996, p. 41 e 42)

Para proceder a descrição dos caminhos trilhados durante essa investigação, reitero o problema de pesquisa: *De que forma as práticas de atendimento à pequena infância que se desenvolveram ao longo do tempo foram, pouco a pouco, constituindo possibilidades para a emergência da creche em Rio Grande?*

Considerando esta intenção de pesquisa, senti a necessidade de olhar para a história das práticas de atendimento à infância no Município do Rio Grande com a finalidade de entender como chegamos a pensar e a agir de determinado modo nos dias de hoje. Ao olhar para o passado, tencionei historicizar determinadas práticas atuais. Como menciona Foucault (1984, p. 449, apud RAGO, 2005):

a história tem por função mostrar que aquilo que é nem sempre foi, isto é, que é sempre na confluência de encontros, acasos, ao longo de uma história frágil, precária, que se formaram as coisas que nos dão a impressão de serem as mais evidentes. Aquilo que a razão experimenta como sendo sua necessidade, ou aquilo que antes as diferentes formas de racionalidade dão como sendo necessária, podem ser historicizadas e mostradas as redes de contingência que as fizeram emergir.

Assim, minha intenção não foi narrar a história da Educação Infantil apoiada em grandes acontecimentos, tidos como universais. Ao contrário disso, o que pretendi foi historicizar determinadas práticas que se materializam em documentos e registros locais e que me permitiram construir novas problematizações para o presente. Para isso, escolhi mapear algumas práticas ocorridas nas instituições de atendimento à infância do Município do Rio Grande, em cada época histórica, evidenciando a operação de uma determinada racionalidade política.

Nos cursos *Segurança, Território, População* (1977-1978) e *Nascimento da Biopolítica* (1978-1979), Foucault realiza uma análise detalhada acerca da criação de uma racionalidade política. Segundo o autor, ela incide não mais tanto sobre o território, mas principalmente sobre a população, visando o estabelecimento da segurança, do bem-estar social, da higiene, isto é, da promoção da vida. Neste contexto, Foucault passa a estudar acerca das artes de governar e da governamentalidade – conceitos que serão abordados no capítulo 2 desta Dissertação.

De acordo com os estudos de Foucault, a racionalidade política pode ser entendida como aquela que está numa relação de imanência com a forma de condução das condutas dos indivíduos de uma sociedade. Ela foi se desenvolvendo e se estabelecendo no decorrer da história das sociedades ocidentais. “Inicialmente, ela se enraizou na ideia do poder pastoral, depois, na da razão de Estado. A individualização e a totalização são seus efeitos inevitáveis. A liberação só pode vir do ataque não a um ou outros desses efeitos, mas às próprias raízes da racionalidade política”. (FOUCAULT, 2006, p. 385).

Tendo descrito esses conceitos, a partir de algumas aproximações com o pensamento de Michel Foucault, na próxima subseção, passo a descrever os caminhos da pesquisa que possibilitaram a escolha dos materiais para compor o *corpus* de análise.

#### 1.2.1 A escolha dos materiais

O processo de busca de materiais não foi tarefa fácil. Pelo contrário, posso caracterizá-lo como uma atividade complexa e marcada por muitas limitações. Dificuldades e percalços permearam essa fase da pesquisa, tanto pela falta de conservação em acervos que poderiam oferecer informações significativas, quanto pela dispersão dos materiais, que se encontram como peças espalhadas de um grande quebra-cabeça. Quando comecei a encontrar fragmentos de jornais que me remetiam a alguns acontecimentos, tive a sensação de estar com algumas peças em mãos, mas percebia que havia outras tantas lacunas para serem preenchidas. É sobre esse processo de escolha das peças que compuseram o *corpus* de análise que passo a descrever a seguir.

Iniciei essa fase da pesquisa realizando os primeiros contatos com a Secretaria de Município da Educação (SMEd) e a Secretaria de Município da Cidadania e Assistência Social (SMCAS). Na SMCAS, não tive acesso a documentos, pois não possui mais o acervo, devido a um incêndio ocasionado no Prédio da Prefeitura. Na SMEd, o Núcleo de Educação Infantil possibilitou-me o acesso ao levantamento de matrículas ofertadas na rede municipal, segundo dados

do Boletim Informativo Escolar, de maio de 2014<sup>10</sup>. Neste boletim constam o número de crianças matriculadas em creches e em pré-escolas das Escolas Municipais de Educação Infantil (EMEI's), de Ensino Fundamental (EMEF's) e escolas conveniadas ao Município. Além disso, tive acesso ao histórico das EMEI's contidos nos Projetos Político-Pedagógicos. Boa parte destes documentos trazem informações sobre a mudança de nome das instituições (em sua maioria, quando passaram de Escola Infantil para Escola Municipal de Educação Infantil). Escolas que datam anteriormente ao ano de 2000, fazem referência ao caráter filantrópico de seu surgimento. Tais informações contribuíram para reafirmar que a constituição da Educação Infantil na cidade do Rio Grande, acompanhou a história em âmbito nacional, que foi marcada pela filantropia caritativa<sup>11</sup>.

Aliado a isso, considerando que a intenção dessa pesquisa foi discutir a constituição das práticas de atendimento às crianças de zero a três em Rio Grande, percebi a necessidade de buscar dados que fossem anteriores à constituição das creches. Por esse motivo, busquei nos acervos do Hospital Santa Casa e da Câmara Municipal dos Vereadores, dados referentes à Casa dos Expostos instalada no Município, como uma das primeiras formas de atendimento extradomiciliar à infância rio-grandina. Contudo, nestes dois acervos não consegui obter os materiais para a análise. Por isso, direcionei-me para outros locais de busca como a Biblioteca Rio-grandense, o Arquivo Municipal e o Centro de Documentação Histórica Professor Hugo Alberto (CDHI/FURG).

Na Biblioteca Rio-grandense, inicialmente busquei documentos sobre a Roda dos Expostos. Consultei o *Relatório da Santa Casa de Misericórdia do Rio Grande*. Trata-se de diversas publicações anuais que abrangem os anos de 1861 a 1968. Um destes traz dados específicos sobre a repartição dos expostos (1886 a 1887). Com auxílio da bibliotecária, localizei três publicações semanais do Jornal Agora, de 2003, que traziam matérias sobre a história da Roda dos Expostos no mundo, no Brasil e em Rio Grande, de autoria do professor e historiador Luiz Henrique Torres. A partir dessas publicações fui buscando referências históricas que subsidiassem o meu estudo.

---

<sup>10</sup> No início de 2015, a SMEd substituiu o Boletim Informativo pelo SISMED – Sistema Unificado e Virtual, cujos dados farei menção na seção 2.3 do segundo capítulo, como uma das principais fontes para contextualizar a configuração atual da Educação Infantil no Município do Rio Grande.

<sup>11</sup> Esse tema será apresentado no Capítulo 2 desta Dissertação, ao tratar-se da história da Educação Infantil no Brasil, e será aprofundado na subseção 3.1.1 do terceiro capítulo.

Continuei o processo de busca pelo catálogo de jornais, do qual destaquei as edições cujos anos interessavam para o meu estudo. Procurei jornais da época em que a Roda dos Expostos estava à cargo da Câmara dos Vereadores e quando houve a passagem para a Santa Casa. Contudo, as primeiras edições dos jornais locais que constam na Biblioteca datam a partir de 1845, não contemplando os anos anteriores a 1842.

Escolhi, então, iniciar pelas edições do jornal *Diário do Rio Grande*, de 1873 e 1874 – buscando recolher informações sobre a creche da Rheingantz, pois estes foram os dois primeiros anos em que a fábrica foi instalada na cidade. Contudo, em todas as publicações revisitadas não foi feita referência à fábrica. Nessas edições, tornou-me saliente, porém, as notas de falecimento, que diariamente faziam menção a crianças recém-nascidas ou menores de dois anos, e que algumas delas haviam sido expostas na Roda. Essas informações foram importantes para tecer reflexões sobre como a infância foi ganhando visibilidade no decorrer da história em Rio Grande.

Para obter informações mais precisas sobre a Rheingantz e o ano de fundação da creche, consultei o “Relatório da Diretoria da Companhia União Fabril Sucessora de Rheingantz e CIA”. Este relatório consiste em publicações anuais. As edições disponíveis na Biblioteca compreendem os anos de 1884-1937, 1939-1951, 1955. Em cada edição busquei informações sobre a creche, mas somente uma fez referência à verba utilizada para a sua criação. Este relatório compreendia do segundo semestre de 1944 ao primeiro semestre de 1945.

Por sugestão do jornalista Willy Cesar Rodrigues Ferreira, que diariamente encontrava na biblioteca, direcionei minha busca à coletânea “Fatos e Coisas de Antanho”, escrita por Manoel Pinto Ferreira Junior. Esta coletânea consiste em oito vastos volumes, que agrupam colunas de jornais antigos da cidade sobre assuntos variados. A partir da leitura dos quatro primeiros volumes foi que consegui chegar aos jornais com mais precisão. Durante as leituras, encontrei dados sobre outra instituição que eu não havia previsto no início deste estudo, e que passou a compor o *corpus* de análise: o Asilo de Órfãos Coração de Maria.

Concomitantemente a essa busca na Biblioteca dirigi-me ao Centro de Documentação Histórica Professor Hugo Alberto (CDHI/FURG), onde tive acesso a outras edições de jornais que não havia encontrado na Biblioteca Rio-grandense.



Também localizei o Regimento da Roda dos Expostos (1950), que foi um dos documentos que eu já havia procurado no acervo da Santa Casa.

Além disso, tive acesso a diversas atas da Câmara Municipal de Vereadores, anteriores ao ano de 1842. Contudo, não foi possível utilizá-las neste estudo, pois o conteúdo está praticamente ilegível. Nesse acervo também tive acesso a monografias, datadas desde 1978, escritas por acadêmicos dos cursos de História e Biblioteconomia da FURG. Busquei aquelas que apresentavam temáticas que pudessem contribuir com a minha pesquisa. Dessas, o estudo de Oliveira (2000) suscitou um dado importante para a pesquisa, o qual não havia sido previsto no início do estudo: o Centro Educacional Fraternidade, fundado em 1862. A partir disso, busquei documentos que fizessem referência à creche vinculada a essa instituição.

Dando continuidade à produção dos dados referentes à Roda dos Expostos, dirigi-me ao Arquivo Municipal da Prefeitura do Rio Grande, por indicação do professor Luiz Henrique Torres, com quem fiz contato por e-mail buscando informações sobre os locais de pesquisa que ele utilizou para a escrita da matéria sobre a Roda, publicada no Jornal Agora, em 2003. Ali encontrei outros documentos que foram fundamentais para o estudo. Neste percurso, tive conhecimento de outra instituição que também atendeu à faixa etária de zero a três anos: a Casa de Órfãos e Desvalidas São Benedito. Além disso, localizei documentos sobre o Dispensário Infantil Dr. Augusto Duprat.

Nesse sentido, para facilitar a visualização das fontes primárias da pesquisa, apresento o quadro a seguir:

Quadro 1 - Fontes primárias

<b>JORNAIS</b>	<b>DOCUMENTOS</b>
Diário do Rio Grande (1859, 1861, 1866, 1874)	Regimento da Roda dos Expostos da Santa Casa do Rio Grande (1850)
O Noticiador (1832)	Relatório da Diretoria da Casa das Orphãs e Desvalidas de S. Benedito (1901) Relatório da Gestão do Dispensário Infantil Dr. Augusto Duprat (1945)
A Imprensa (1858, 1866)	Certidão nº3/1946 Departamento Estadual de Saúde (1946)
Rio Grande (1874, 1900)	Relatório da Companhia União Fabril (1940)
Echo do Sul (1904).	Relatório da Diretoria do Centro Educacional Fraternidade (1970) Estatuto do Centro Educacional Fraternidade (1979)
	Históricos das Propostas Pedagógicas das EMEIs do Rio Grande (2014)

Fonte: Elaborado pela autora.

O período histórico escolhido abarcou acontecimentos a partir do século XIX até a Contemporaneidade. O que me levou a estabelecer esse século como ponto de partida foram os indícios de que as primeiras formas de atendimento à infância rio-grandina começaram a se delinear nessa época. Uma estratégia que considero ter me ajudado muito para a delimitação do recorte histórico e até mesmo para a busca dos materiais foi o quadro que construí no início da pesquisa e que apresento no capítulo 3 desta dissertação. Esse quadro resultou de uma pesquisa bibliográfica sobre acontecimentos ocorridos na história da cidade do Rio Grande, dos quais elenquei aqueles que, na minha percepção, poderiam ter contribuído para o desenvolvimento de diferentes práticas de atendimento à infância. Foi partindo desses acontecimentos, que pude encaminhar os primeiros direcionamentos para a pesquisa dos materiais. A partir disso, outros caminhos foram surgindo, como mencionei acima, trazendo outros direcionamentos para o percurso de busca e escolha dos materiais.

Assim, nessas idas e vindas, consegui agrupar os jornais e os documentos que compuseram o *corpus* de análise. Desse modo, durante a pesquisa, mudanças foram ocorrendo, provocando outros caminhos não traçados no início deste estudo. Por isso, posso dizer que o próprio percurso é que delineou os caminhos metodológicos da investigação.

Sendo assim, depois do percurso trilhado neste capítulo, que visou descrever a construção do referencial teórico-metodológico no decorrer desta pesquisa, direciono meu olhar para as discussões que têm sido feitas em torno da história da Educação Infantil em municípios brasileiros. Ao fazer isso, discorro acerca do que tem sido tematizado em pesquisas nacionais, buscando estabelecer relações com a história das práticas de cuidado e educação à infância, especialmente, com a sua expansão aqui no Brasil. Eis aí o propósito do próximo capítulo.

## 2. A CONSTITUIÇÃO HISTÓRICA DO ATENDIMENTO À INFÂNCIA NO BRASIL

*Temos que conhecer as condições históricas que motivam nossa conceituação. Precisamos de uma consciência histórica da situação presente.*  
(Foucault, 2002, p.232)

Escolhi iniciar esse capítulo trazendo as palavras de Foucault sobre a necessidade de conhecermos as condições históricas que motivaram a constituição de uma determinada situação no presente, porque procuro discorrer acerca de alguns acontecimentos da história da Educação Infantil no Brasil, a fim de estabelecer conexões com a história das práticas de atendimento à infância no Município do Rio Grande.

Para tanto, inicio esse capítulo com um mapeamento de pesquisas acadêmicas que tematizaram a história do atendimento à infância em diferentes regiões brasileiras. Em seguida, objetivando proceder à análise do mapeamento, procuro estabelecer um diálogo entre as pesquisas encontradas e a história da Educação Infantil, de modo a impulsionar algumas compreensões sobre o presente.

### 2.1 Um mapeamento de pesquisas acadêmicas sobre o tema

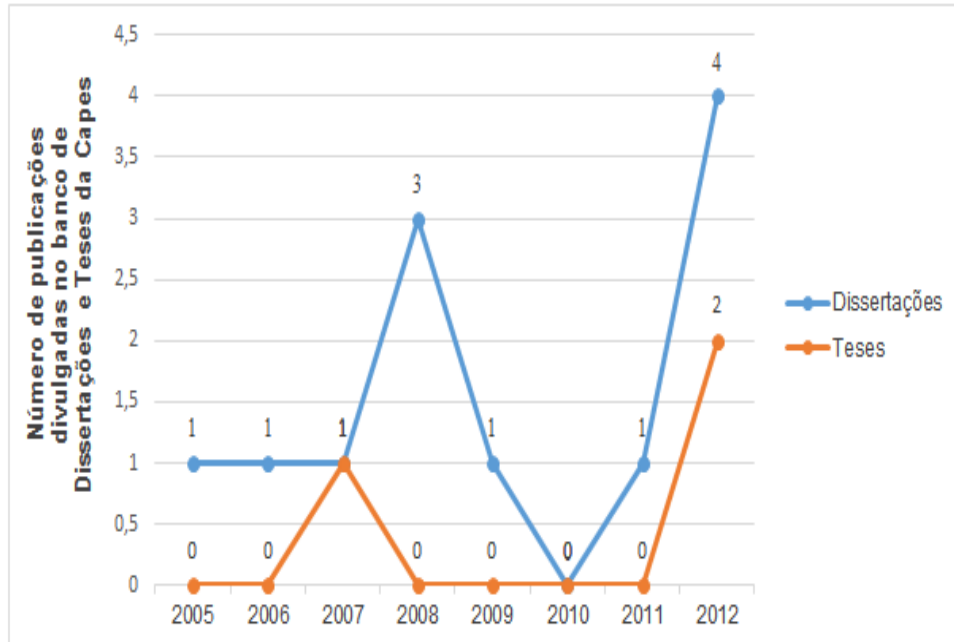
Com o intuito de discorrer um pouco sobre o tema desta Proposta de Dissertação, realizei um levantamento da produção acadêmica, tomando como base dissertações e teses defendidas nos Programas de Pós-Graduação em Educação sobre a história da Educação Infantil em municípios brasileiros. Considero esse mapeamento como uma fase importante da pesquisa, pois ao realizá-lo vou compreendendo o direcionamento teórico e metodológico que as produções acadêmicas de mestrado e doutorado têm construído sobre essa temática. A seguir, apresento a justificativa da escolha pela base digital da Capes, a metodologia utilizada e uma síntese dos aspectos abordados nas pesquisas.

Realizei o levantamento no Banco de Teses e Dissertações do portal de periódicos da Capes pelas características peculiares dessa ferramenta de busca. Seus recursos possibilitam que os dados sejam selecionados por ano, nível de titulação e pelo cruzamento de mais de uma palavra-chave.

O critério utilizado para a seleção das dissertações e teses foi a relação com a temática desse estudo, expressada pelas seguintes palavras-chaves: creche, Educação Infantil e atendimento à infância. A fim de refinar os resultados, optei por cruzá-las com outros termos como: história, trajetória, município e cidade. A partir

disso foram levantadas teses e dissertações registradas entre os anos de 2005 e 2012, conforme está registrado no gráfico a seguir:

Gráfico 1 - Mapeamento de Dissertações e Teses



Fonte: Elaborado pela autora.

Esse levantamento possibilitou encontrar 12 dissertações e três teses, totalizando 15 produções acadêmicas sobre a temática. Como podemos observar houve um aumento significativo dessas produções no ano de 2012, concentrando 40% das publicações.

O mapeamento contemplou dissertações e teses que tematizam a história da Educação Infantil nas cinco regiões brasileiras. Uma cidade da Região Norte é tematizada por Guimarães (2012). Municípios do Nordeste são focos nos trabalhos de Rodrigues (2008), Silva (2008) e Menezes (2012). Xavier (2012) aborda sobre um município do Centro-Oeste. Já a Região do Sudeste, que concentra o maior número das publicações, é tematizada por Borges (2006), Barucc (2007), Reis (2007), Vinagre (2009), Scavone (2011), Lages (2012) e Schifino (2012). E, a história da Educação Infantil em municípios da Região Sul é abordada por Susin (2005), Soares (2008) e Silva (2012).

Passo, agora, a abordar sobre cada uma dessas publicações. Para tanto, elaboro uma síntese de cada trabalho, destacando o objetivo, o lócus da pesquisa e a metodologia utilizada.

A dissertação de Eriane de Souza Guimarães (2012), intitulada como *A Casa da Criança da cidade de Manaus: história de uma instituição educativa*, tematiza a história de uma instituição filantrópica que atende crianças com idades entre dois e cinco anos na capital do estado do Amazonas. A autora inicia com uma contextualização sócio geográfica do local onde a pesquisa foi desenvolvida, situando o Estado do Amazonas e a cidade de Manaus, bem como sua economia e desenvolvimento. Em seguida, a autora focaliza o objeto de estudo, a “Casa da Criança”, apresentando sua estrutura de funcionamento, funções, espaço físico, regimentos, estatutos e legalidades, enfatizando também as atividades educativas desenvolvidas ao longo do tempo. Trata-se, assim, de uma pesquisa bibliográfica e documental, que reúne a análise de materiais iconográficos, documentos institucionais e municipais, além de entrevistas com funcionários e ex-funcionários da instituição.

No que tange à Região Nordeste, a pesquisa *Conceitos e práticas educativas nos Regimentos escolares no Rio Grande do Norte*, de Marta Bezerra Rodrigues (2008), analisa o discurso educacional brasileiro presente nas décadas de 1910 a 1930, em Natal, estendendo-se por todo o Estado do Rio Grande do Norte. A autora tece algumas reflexões sobre o surgimento da Educação Infantil no Brasil. Em seguida tematiza a concepção de infância no período republicano, realizando uma análise sobre o significado social e histórico da infância bem como a inserção das crianças nas instituições escolares. Logo após, centraliza sua análise nos Regimentos Escolares buscando compreender as práticas desenvolvidas no cotidiano das instituições infantis nesse período histórico. Nesse contexto, a autora analisa a concepção de Educação Infantil que aparece nesse documento como “espaços pedagógicos, formadores, disciplinadores e educadores, implicados no 'sequestro' dos corpos, dos tempos, e espaço dos indivíduos”. (RODRIGUES, 2008, p.75). Desse modo, a pesquisa foi desenvolvida através da análise histórica de fontes documentais, tais como: leis, regimentos e regulamentos institucionais.

Ainda em 2008, a história da Educação Infantil no Nordeste também foi tema de outra pesquisa realizada em nível de Mestrado: *História e Memória da Educação Infantil em Teresina*, de Zélia Maria Carvalho e Silva (2008). Nesse estudo, a autora

realizou um resgate histórico da Educação Infantil piauiense, centralizando sua análise na cidade de Teresina, dentro do recorte temporal compreendido entre 1968 e 1996. A pesquisadora retoma alguns pontos da História da Educação no Brasil e no Piauí, mostrando as diferentes concepções de criança nos períodos colonial, imperial e republicano. Logo após, concentra sua atenção no tema central da pesquisa, discorrendo sobre a história da Educação Infantil em Teresina. Nessa seção, a autora destaca alguns aspectos dessa etapa da Educação, tomando como fonte principal a memória de sujeitos que vivenciaram este processo. Como procedimentos metodológicos, a autora adotou a pesquisa documental, recorrendo ao Arquivo Público do Piauí e do Instituto de Educação Antonino Freire. Além disso, realizou a pesquisa bibliográfica em livros e periódicos das bibliotecas públicas e particulares da cidade, bem como atentou para as narrativas de sujeitos que fizeram parte dos jardins de infância na referida época.

A tese de Cláudia Celeste Menezes (2012), intitulada como *Educação Infantil: a interseção entre as políticas públicas, a gestão educacional e a prática pedagógica*, tematiza as políticas públicas para a Educação Infantil no Município de Itabuna – BA. Na primeira parte do estudo, a autora faz um recorte da legislação brasileira, a partir de 1988, e tematiza o processo histórico da gestão democrática da Educação Infantil no município pesquisado. Para pensar sobre as políticas públicas na Contemporaneidade, a autora realizou um estudo de caso em duas instituições de Educação Infantil de Itabuna, uma situada na zona urbana e outra na zona rural. Como recursos metodológicos foram realizadas observação sistemática, entrevista semiestruturada e grupo focal com as professoras, as diretoras e as coordenadoras pedagógicas das escolas. Já para a análise histórica, primeira parte do estudo, foi realizado o estudo bibliográfico e documental.

Na Região Centro-Oeste, a tese de doutorado *Processos Educativos da Infância em Cuiabá*, publicada por Ana Paula da Silva Xavier (2012), centraliza o estudo do tema na capital mato-grossense no período compreendido entre 1870 e 1890. Nessa pesquisa, a autora realiza três estudos de casos que servem de base para pensar sobre o processo de institucionalização da educação da infância no século XIX. Conforme a autora, “as três trajetórias indicadas na investigação ajudaram a pensar a configuração de diferentes espaços e estratégias educacionais vivenciados em Mato Grosso, nesse período histórico, assim como entender os múltiplos deslocamentos dos sujeitos na sociedade da época”. (XAVIER, 2012, p.

24). Para a realização dessa pesquisa, a autora buscou fontes censitárias, mapas escolares e documentos produzidos pelos poderes públicos, tais como: legislações e relatórios de governantes. Além disso, analisou relatos de viagens, memórias e fontes depositadas nos acervos pessoais de alguns sujeitos que vivenciaram o cotidiano de Cuiabá naquele momento histórico.

Sobre a história da Educação Infantil na Região Sudeste, seis produções acadêmicas tematizam cidades do Estado de São Paulo: Borges (2006), Barucci (2007), Reis (2007), Vinagre (2009), Scavone (2011) e Schifino (2012).

Maria do Carmo Gonzalez Borges (2006), na pesquisa intitulada *A prática educativa e a proposta de formação acadêmica para as educadoras que trabalham diretamente com crianças em Creches*, realiza um estudo sobre a relação cuidar/educar na cidade de Santos – SP, ao analisar as práticas cotidianas e a formação em serviço das profissionais que atuam com os bebês e as crianças bem pequenas. Para a realização de tal propósito, a autora inicia a dissertação com o percurso histórico da Educação Infantil no Brasil, enfatizando as modificações ocorridas no interior da creche e na formação do profissional que nela atua, após as determinações da LDB de 1996. Contudo, conforme menciona a autora, tais dados foram importantes para um panorama geral da história do atendimento à infância no país, mas não foram suficientes “para iniciar a complexa reflexão sobre a instituição Creche e seus profissionais”. (BORGES, 2006, p.27). Por esse motivo, o segundo capítulo da dissertação é destinado à realização desse panorama, adentrando no contexto das Creches santistas. Para tanto, a autora traz elementos resgatados a partir da aplicação de questionários, observações e entrevistas semiestruturadas. Com estes dados, ela analisa a configuração das creches municipais de Santos, desde sua implementação até os dias atuais.

A pesquisa *Políticas de atendimento à infância nas creches municipais de São Paulo*, de Elizabeth Barucci (2007), analisa as políticas de atendimento realizadas nas creches da capital paulista, do final da década de 1980 até o início dos anos 1990. Essa dissertação inicia com uma abordagem sobre as concepções de infância. Logo após, apresenta um breve histórico sobre as políticas públicas de creches no Brasil. E, por fim, no terceiro e último capítulo, tematiza a história da creche na cidade de São Paulo. Para chegar ao recorte temporal de 1989 a 1992, a autora inicia com um breve histórico do surgimento e expansão da rede de creches no município, apresenta o contexto político e social do período no qual o trabalho

está circunscrito, bem como as políticas de creche no governo da época. Os dados dessa pesquisa foram coletados no acervo da Secretaria de Assistência Social do município, na qual as creches estavam situadas. Trata-se, portanto, de uma pesquisa documental.

Já a pesquisa *A gestão das creches municipais de São Carlos na visão das diretoras: da assistência à educação*, de Maria das Graças dos Reis (2007), estabelece um recorte temporal mais recente. A tese analisa o histórico das modificações ocorridas na Educação Infantil na cidade de São Carlos – SP, no período compreendido entre 1999 e 2004. Tomando como foco as creches, a autora discorre sobre as políticas nacionais de Educação Infantil e analisa suas relações com as ações empreendidas pelo município em questão. O estudo consiste em uma pesquisa bibliográfica sobre aspectos da Educação Infantil e da administração das creches. Consiste, também, em uma pesquisa documental, com a análise de leis, planos e outros documentos orientadores para o trabalho nas creches. Além disso, a investigação abrange um estudo de campo, no qual a pesquisadora realizou entrevistas com as diretoras das creches municipais de São Carlos, a fim de analisar a configuração da gestão na creche após sua passagem do âmbito da Assistência para o da Educação.

A pesquisa *Instituições para a Educação da Infância em Jundiaí*, de Elizabeth da Silva Galastri Vinagre (2009), aprofunda as reflexões sobre a história da Educação Infantil em Jundiaí – SP. Estabelecendo como marco temporal o período compreendido entre 1880 e 1984, a autora busca identificar e analisar as iniciativas públicas e privadas relacionadas à educação das crianças pequenas no município. Para tanto, a pesquisadora discorre sobre aspectos do contexto histórico da cidade, buscando delinear alguns caminhos percorridos na história da Educação Infantil nesse município. Na dissertação, a história da educação da infância em Jundiaí é abordada em duas partes: a primeira trata sobre as instituições criadas para o atendimento de crianças pequenas por iniciativas privadas; e a segunda tematiza os Parques Infantis, que foi a primeira instituição de Educação Infantil criada no município por iniciativa pública. Como recursos metodológicos, a pesquisa utilizou materiais veiculados pela imprensa local, iconografia, depoimentos orais, manuais e relatórios institucionais.

A dissertação *Marcas da História da Creche na cidade de São Paulo: as lutas no cotidiano*, de Darci Terezinha de Luca Scavone (2011,) focaliza a análise do



processo de expansão das creches na capital do Estado de São Paulo, no período compreendido entre 1976 e 1984. Trata-se de uma investigação histórica sobre os grupos sociais e pessoas que protagonizaram essa expansão. No primeiro momento, a autora aborda sobre os trabalhadores, as mulheres e crianças da periferia, como os protagonistas dessa história, bem como menciona os movimentos feministas e a Igreja, como propulsores secundários da expansão das creches paulistanas. No segundo momento da pesquisa, a autora analisa a entrada da creche como política pública na Prefeitura de São Paulo. De acordo com a autora, o estudo realizado aponta que “foram muitas as dificuldades na consolidação da Educação Infantil na cidade de São Paulo, como uma política pública decorrente do direito básico da criança”. (SCAVONE, 2008, p.8). Em termos metodológicos, a pesquisa realizou revisão bibliográfica e análise de documentos oficiais e normativos, e de matérias divulgadas pela imprensa jornalística e pela imprensa popular, em especial das feministas, e de folhetos veiculados pelos movimentos sociais.

O enfoque trazido na dissertação *Direito à Creche: Um estudo das lutas das mulheres operárias no município de Santo André*, de Reny Schifino (2012) muito se aproxima do estudo mencionado no parágrafo anterior. Essa pesquisa investiga a luta de mães operárias por vagas nas creches públicas de Santo André – SP. Para pensar sobre o contexto contemporâneo, a autora retoma a trajetória da Educação Infantil, enfatizando o processo de expansão das creches no Brasil, nas décadas de 1970 e 1980, motivado pela demanda das famílias e dos movimentos sociais e sindicais. Para o desenvolvimento da pesquisa, a autora realizou levantamento bibliográfico, análise documental e entrevistas com mulheres operárias que têm filhos matriculados em creches públicas do referido município.

Tratando-se ainda da Região Sudeste, a dissertação de Ilma Lemos Pinheiro Lages (2012), intitulada *A Educação Infantil em Montes Claros: Transformações Institucionais e Processos Identitários*, aborda sobre a história da Educação Infantil na cidade mineira. Essa pesquisa apresenta uma dimensão de análise que não havia aparecido nas pesquisas anteriores. Além de realizar uma retomada histórica da Educação Infantil no município, a pesquisa investiga a relação dessa história e das ações públicas atuais com a construção das identidades profissionais das educadoras e monitoras/atendentes que atuam nas creches do município. Para o

desenvolvimento da investigação, a pesquisadora realizou análise documental e um estudo de campo em três instituições municipais da cidade.

Parto, agora, para os últimos três trabalhos, os quais tematizam a história da Educação Infantil em cidades da Região Sul do país. Soares (2008) aborda essa história em um município paranaense, enquanto que Susin (2005) e Silva (2012) tematizam a trajetória histórica da Educação Infantil em duas cidades gaúchas.

O estudo de Terezinha Maria Quintela Soares (2008), denominado de *A História das Políticas Públicas de Educação Infantil no Município de Sarandi*, traz um enfoque semelhante ao das pesquisas de Menezes (2012) e Barucci (2007). Tomando como lócus da pesquisa o Município de Sarandi – PR, Soares (2008) também tematiza as Políticas Públicas de Educação Infantil. Estabelecendo como marco temporal o período de 1978 a 2006, a dissertação apresenta, inicialmente, um resgate histórico da Educação Infantil nacional, e um apanhado sobre essa etapa da Educação na legislação brasileira. Logo após, discorre sobre a trajetória da Educação Infantil no Município de Sarandi, bem como os avanços e os desafios das políticas implementadas. Essa pesquisa foi realizada a partir da análise documental e bibliográfica.

A pesquisa *Educação Infantil em Porto Alegre: um estudo das creches comunitárias*, de Maria Otilia Kroeff Susin (2005), aborda sobre as creches comunitárias da capital gaúcha. Para realizar a análise das práticas educativas contemporâneas, a autora inicia sua escrita contextualizando que essas instituições surgiram como uma alternativa do município devido à pressão social. Assim, o primeiro capítulo da dissertação é destinado à trajetória da Educação Infantil em Porto Alegre. Conforme a autora, a Educação Infantil na capital gaúcha “teve início por volta de 1920 atendendo a crianças pequenas, com monitores da Secretaria Municipal da Saúde e Serviço Social que desenvolviam atividades recreativas com as crianças, nas praças da cidade”. (SUSIN, 2005, p. 34). Para elaborar esse breve histórico, a autora realizou a análise de documentos e de legislações municipais.

Por fim, a pesquisa de Vânia Maria Almeida Silva (2012), *A Trajetória do Núcleo de Educação Infantil Ipê Amarelo na UFSM: 22 anos de história*, se aproxima do primeiro estudo mencionado nessa seção<sup>12</sup>, por focalizar a trajetória de uma instituição de Educação Infantil específica. Com este estudo, a autora buscou

---

<sup>12</sup> Retomando ao leitor, o primeiro estudo que abordei foi a dissertação de Guimarães (2012), que tematiza a história da Casa da Criança de Manaus – AM.

compreender a história de surgimento e desenvolvimento do Núcleo de Educação Infantil Ipê Amarelo, situado na Universidade Federal de Santa Maria – UFSM. Para tanto, a pesquisadora estabelece como recorte temporal o período de 1990 a 2012, contemplando os 22 anos de criação do referido Núcleo. Inicialmente, o estudo contextualiza a história da Infância, da criança e da Educação Infantil mundial. Logo após analisa as contribuições das Políticas Públicas e da legislação nacional para a expansão da Educação Infantil no Brasil. Em seguida, tematiza o percurso das Creches Universitárias nas Instituições Federais de Ensino Superior. Por fim, analisa o papel e a identidade acadêmica do Núcleo de Educação Infantil Ipê Amarelo bem como as perspectivas de manutenção deste espaço na UFSM. Assim como as outras pesquisas mapeadas, essa investigação também agregou estudos bibliográficos e análises documentais.

Para encerrar essa seção, considero importante pontuar a relevância desse mapeamento para a minha pesquisa. Os estudos ora apresentados me proporcionaram uma compreensão sobre a história da Educação Infantil de cada cidade ou instituição pesquisadas. Mostraram-me as diversas possibilidades de se narrar essa história, a partir da dimensão pretendida: ou com o enfoque em uma instituição específica, ou dando ênfase à trajetória das políticas públicas ou às lutas pela expansão das creches ou, ainda, enfatizando as transformações das práticas de gestão e das identidades das profissionais ao longo do tempo.

É perceptível, portanto, a contribuição que cada uma dessas pesquisas tem para a compreensão da história da Educação Infantil brasileira. Considerando isso, sinto-me motivada a dar continuidade aos estudos no campo da Educação Infantil, ainda pouco explorados no país. Pensando sobre isso, na seção seguinte, procederei à análise do mapeamento, procurando estabelecer um entrecruzar de histórias, mostrando alguns acontecimentos que evidenciam a operação de uma determinada racionalidade política, de modo a impulsionar o desenvolvimento do meu estudo. Assim, tematizar como os aspectos abordados se articulam com a história a Educação Infantil no Brasil passa a ser o meu enfoque na próxima seção.

## **2.2 Um pouco de história da Educação Infantil**

O que pretendo nessa seção é mostrar as transformações ocorridas nas práticas de atendimento à infância no decorrer da história, tomando como base as pesquisas apresentadas no mapeamento da seção anterior. Não pretendo fazer uma

história totalitária da Educação Infantil, apenas destacar cenas que me oportunizam compreender a forma como as creches foram, pouco a pouco, consolidando-se no Brasil.

Observando o recorte temporal de cada pesquisa, percebo que as teses e dissertações mapeadas possibilitam-me visualizar o cenário da Educação Infantil a partir da década de 1870. Por esse motivo, considero importante fazer menção a outros estudos, como os de Kuhlmann Jr. (1991, 2000, 2000a e 2011), que mencionam aspectos da história da Educação Infantil que são anteriores a essa data.

Sem seguir uma linearidade temporal, Kuhlmann Jr. (2011) faz uma análise do processo histórico das instituições de atendimento à infância, trazendo significativas contribuições para a análise que pretendo realizar nesse momento. Conforme aponta o autor, as primeiras instituições de atendimento à infância no Brasil inspiraram-se nos abrigos e asilos que, desde o período Medieval, recolhiam as crianças abandonadas. Nesse contexto, o surgimento dessas instituições foi fortemente marcado pelo propósito de conceder “assistência” e “amparo” aos desvalidos.

Uma dessas primeiras iniciativas de atendimento aos bebês e às crianças bem pequenas foram as Rodas dos Expostos. Instaladas nos hospitais das Santas Casas de Misericórdia, essas instituições serviram como uma alternativa para diminuir o número de crianças abandonadas pelas ruas. Conforme Marcilio (2006, p. 57),

O nome da roda provém do dispositivo onde se colocavam os bebês que se queriam abandonar. Sua forma cilíndrica, dividida ao meio por uma divisória, era fixada no muro ou na janela da instituição. No tabuleiro inferior e em sua abertura externa, o expositor depositava a criancinha que enjeitava. A seguir, ele girava a roda e a criança já estava do outro lado do muro. Puxava-se uma cordinha com uma sineta, para avisar a vigilante ou rodeira que um bebê acabava de ser abandonado e o expositor furtivamente retirava-se do local, sem ser identificado.

Essa tradição, recorrente na Europa Medieval, instalou-se no Brasil pela primeira vez na cidade de Salvador (1726). Expandiu-se por outras cidades, como no Rio de Janeiro (1738) e em Recife (1789), chegando inclusive à Região Sul, como no município de Rio Grande (1843). Existindo por mais de dois séculos, no período compreendido entre 1726 a 1950, a Roda dos Expostos foi uma das

instituições de atendimento mais duradouras no Brasil (MARCILIO, 2006). Cabe salientar que a principal preocupação desta instituição, ao acolher a criança deixada nela, era providenciar o batismo, pois acreditava-se que somente por meio deste a criança receberia a salvação da alma<sup>13</sup>.

Essas práticas de atendimento, baseadas nas instituições asilares, que também estiveram presentes na Europa, logo foram questionadas e repensadas, abrindo caminho para a configuração de outras práticas. Conforme menciona Kishimoto (1988, p.12), aqueles estabelecimentos motivaram o aparecimento de outras experiências como as do Padre Frédéric Óberlin, na região francesa. Segundo a autora,

[...] ao verificar a situação das crianças menores que ficam abandonadas em virtude da ausência da mãe, requisitada no trabalho do campo, Óberlin cria, com o auxílio de Sara Benzet, exímia na arte de tricotar, uma escola para as crianças menores de sete anos. A partir daí surge a primeira instituição francesa que pleiteia, além da função social de proteger as crianças, a seleção de educadoras meigas e delicadas para desenvolver atividades educativas, com o uso de estampas de histórias sagradas e História Natural, trabalhos manuais, Ciências e Geografia, canto e desenho. Conhecida como “escola para tricotar”, a instituição de Óberlin, divulgada em 1794, pela Convenção Nacional de França, chama a atenção do público, propiciando a criação de novos estabelecimentos.

Kuhlmann Jr. (2011) aponta que as Escolas de tricotar, ao lado das Salles d’Asile, foram as precursoras da Educação Infantil. Os programas de educação difundidos nas Escolas de tricotar previam que ali as crianças pequenas deveriam: “perder os maus hábitos; adquirir hábitos de obediência, sinceridade, bondade, ordem, etc; conhecer letras maiúsculas; soletrar; [...] e adquirir as primeiras noções de moral e religião”. (KUHLMANN JR., 2011, p.169). Com as Salas de Asilo, a intenção era isolar as crianças de eventuais perigos exteriores [...], além de cultivar a inteligência e as boas virtudes (KUHLMANN JR., 2011). Ambas as instituições desempenhavam uma função de guarda das crianças e, ao mesmo tempo, começavam a esboçar algumas preocupações educativas com relação à primeira infância.

A partir das práticas que eram realizadas no interior dessas instituições, outros estabelecimentos de atendimento à infância começaram a se configurar na

---

<sup>13</sup> Essa discussão será aprofundada na seção 3.1.1.

Europa, após a Revolução Industrial. A creche foi uma dessas instituições que surgiu como uma medida para diminuir os altos índices de mortalidade infantil e, ao mesmo tempo, possibilitar a inserção da mulher no mercado de trabalho.

Fazendo relação com a perspectiva foucaultiana, nota-se aqui um deslocamento na forma de governar. Trata-se de uma preocupação com o corpo das populações e não mais tanto com a salvação das almas. Foucault (2008) traz explicações acerca desse assunto. Segundo o autor, o final do século XVI e início do século XVII é marcado pela passagem de uma arte de governar<sup>14</sup> trazida da Idade Média, cujos princípios baseavam-se na sabedoria, justiça e respeito a Deus, para uma arte de governar, cujo o princípio opera na racionalidade do Estado: a "governamentalidade".

A citação a seguir descreve a compreensão de Foucault sobre esse termo:

Por esta palavra, “governamentalidade”, entendo o conjunto constituído pelas instituições, procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e as táticas que permitem exercer essa forma bastante específica, embora muito complexa, de poder que tem por alvo principal a população, por principal forma de saber a economia política e por instrumento técnico essencial os dispositivos de segurança. Em segundo lugar, por ‘governamentalidade’ entendo a tendência, a linha de força que, em todo o Ocidente, não parou de conduzir, e desde há muito, para a preeminência desse tipo de poder que podemos chamar de ‘governo’ sobre todos os outros – soberania, disciplina – e que trouxe, por um lado, [e, por outro lado], o desenvolvimento de toda uma série de saberes. Enfim, por “governamentalidade”, creio que se deveria entender o processo, ou antes, o resultado do processo pelo qual o Estado de justiça da Idade Média, que nos séculos XV e XVI se tornou o Estado administrativo, viu-se pouco a pouco” governamentalizado”. (FOUCAULT, 2008, p.143-144).

Assim, na perspectiva foucaultiana, é na Modernidade que podemos visualizar a emergência de uma governamentalidade. Foucault olha para o governo não pelo viés executivo e legislativo do Estado, mas a partir de sua relação imanente com uma razão política. Desse modo, baseada no autor, posso dizer que o governo se refere às formas de exercício de poder sobre as condutas dos indivíduos e das populações. Inclusive, na Modernidade, a população infantil passa a ser vista como produtiva para as estratégias de intervenção social. Isto explica o surgimento das

---

<sup>14</sup> Nas palavras de Foucault (2008a. p.4), a arte de governar é “a maneira pensada de governar o melhor possível e também, ao mesmo tempo, a reflexão sobre a melhor maneira possível de governar”. Com isso, ele procurou “apreender a instancia da reflexão na prática de governo e sobre a prática de governo”.

instituições de Educação Infantil como efeito dessa nova racionalidade. E, a creche é um exemplo disso.

De acordo com Kuhlmann Jr (2000, p. 7), a creche foi criada na França em 1844, mas “é na década de 1870 – com as descobertas no campo da microbiologia, que viabilizaram a amamentação artificial – que ela encontra condições mais efetivas para se difundir interna e internacionalmente, chegando também ao Brasil”.

Lockmann e Mota (2013, p. 99) pontuam que:

Um deslocamento importante ocorre nas práticas de assistência à infância desenvolvidas nesse período: passou-se de uma filantropia caritativa, na qual a preocupação com a salvação das almas era prioritária, para uma filantropia higiênica, para a qual a preocupação central se direciona à vida biológica e aos efeitos que ela pode causar à sociedade.

É possível considerar que essa iniciativa funcionasse como uma estratégia para o exercício do biopoder, pois passou-se a investir sobre a vida das crianças, através dos seus corpos, como uma condição de possibilidade para promover a vida. Segundo Veiga-Neto (2003, p.87), o biopoder, “se aplica à vida dos indivíduos; mesmo que se fale nos corpos dos indivíduos, o que importa é que tais corpos são tomados naquilo que eles têm em comum: a vida, o pertencimento a uma espécie”.

Podemos evidenciar esse deslocamento na pesquisa realizada por Xavier (2012)<sup>15</sup> que, ao focalizar a educação da infância no final do século XIX, discute, entre outros aspectos, sobre o processo de institucionalização da infância como um mecanismo para a “civilização” das crianças. É possível estabelecer uma articulação dessa pesquisa com um fator que tem sido muito associado ao aparecimento das creches: o desenvolvimento de teorias que se ocupavam em descrever a natureza moral das crianças (BUJES, 2001). Seguindo essa perspectiva, as crianças (especialmente as dos meios pobres) eram compreendidas pelas suas carências, pela sua insuficiência em relação ao adulto e, assim, a educação era entendida como o único meio que poderia suprir suas necessidades e torná-las completas para o convívio social.

Conforme Bujes (2002), a partir do projeto pensado pelo Iluminismo, a criança passa a ser não só objeto do olhar religioso, como também de um olhar científico,

---

<sup>15</sup> Tendo feito essa breve retomada sobre o atendimento à infância no Brasil antes de 1870, parto, pois, agora, para as interlocuções com as pesquisas apresentadas no mapeamento da seção anterior, visando dar continuidade a essa história até a contemporaneidade.

moral e até estatal. A autora salienta que, nesse contexto, a criança passa a ser compreendida como:

[...] um ser em falta – imaturo, débil, desprotegido, em alguns casos necessitando de correção, em outros, de proteção – que vai justificar a necessidade de intervenção e de governo da infância. A criança por ser maleável, pode ser modelada; por ser frágil, necessita de tutela; por ser rude, deve ser encaminhada à civilização; pela sua fraqueza de juízo, precisará desenvolver a razão (BUJES, 2002, p. 38 e 39).

Mota (2010), ao realizar um estudo sobre infâncias e processos de institucionalização, traz uma contribuição importante para pensarmos acerca desse aspecto. Segundo ela, as formas de pensar a infância e a escola estiveram implicadas no processo de constituição da Modernidade. Nesse contexto, “a criança é percebida pela sua inocência e, também, por ser desprovida de razão. É, então, percebida a partir do que lhe falta, daí a necessidade de espaços específicos que a torne sujeito de razão”. (MOTA, 2010, p. 55). Nesse sentido, conforme a autora, “podemos afirmar que o projeto educacional firmado na Modernidade é um projeto civilizador, um projeto que estabelece novas condutas para os sujeitos e novas maneiras de os sujeitos se organizarem socialmente”. (MOTA, 2010, p. 56).

Temos aqui o aparecimento de um conceito importante: o de risco. Foucault (2008), evidencia que o biopoder é uma forma de governo, que se utiliza de mecanismos de segurança, pelo gerenciamento dos riscos, atuando sobre o indivíduo e a população como um todo. Nesse sentido, a noção de risco opera preventivamente pois, a partir dela, “pode-se, então, para cada indivíduo, dada a sua idade, dado o lugar em que mora, pode-se igualmente para cada faixa etária, para cada cidade, para cada profissão, determinar qual é o risco de mortalidade”. (FOUCAULT, 2008, p. 79).

Outro fator que está diretamente ligado ao surgimento das creches é o ingresso da mulher no mercado de trabalho, a partir da Revolução Industrial. É o que nos mostra as pesquisas de Vinagre (2005), Susin (2005), Soares (2008) e Lages (2012). Esses estudos, ao oferecerem um panorama das primeiras creches brasileiras no início do século XX, evidenciam como o desenvolvimento industrial no Brasil e a imigração de trabalhadores para as fábricas desencadearam o movimento de reivindicações por creches, como um direito social. Por outro lado, evidenciam



também que, apesar desse cenário possibilitar algumas conquistas, estas não eram vistas como direito, mas como uma boa ação dos empresários.

Kuhlmann Jr.(2000a, p.476) traz uma síntese sobre as primeiras creches no Brasil pontuando que:

Somente no período republicano é que encontramos referências à criação de creches no país. A primeira delas, vinculada à Fábrica de Tecidos Corcovado no Rio de Janeiro, é inaugurada em 1899, mesmo ano da fundação do “Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Rio de Janeiro”. (IPAI-RJ) que posteriormente abrirá filiais em todo o país. Em São Paulo em 1901, a espírita Anália Franco cria a “Associação Feminina Beneficente e Instructiva”, que tinha entre seus objetivos organizar escolas maternas e creches, que funcionaram agregadas a asilos para órfãos, atingindo, em 1910, 18 escolas maternas e 17 creches-asilos em todo o estado. O IPAI-RJ inaugura a creche Sra. Alfredo Pinto em 1908. Também em 1908, no Rio de Janeiro, surge a “Creche Central” do Patronato de Menores, entidade criada pela iniciativa de juristas e senhoras da sociedade fluminense, a qual, com seu regulamento “baseado na suavidade e carinho ao serviço das regras científicas”, funciona provisoriamente em salas do Asilo de Menores Desamparados.

É pertinente discorrer um pouco mais sobre esse contexto que possibilitou a entrada em cena das creches aqui no Brasil. Conforme destaca Kuhlmann Jr. (1991), a difusão dessas instituições ocorreu devido à grande influência da medicina, da puericultura e da psicologia. Desse modo, a elaboração das políticas para assistência à infância deveu-se, basicamente, às influências médico-higienista, jurídico-policial e religiosa.

Nesse contexto, podemos perceber a relação entre os saberes produzidos e as práticas de governo. De acordo com Foucault (1995, p.244), governo não se refere “apenas às estruturas políticas e à gestão dos Estados, mas a maneira de dirigir a conduta dos indivíduos ou dos grupos: governo das crianças, das almas, das comunidades, das famílias, dos doentes”. Ele é considerado, portanto, como “o conjunto de modos de ação mais ou menos refletidos e calculados, porém todos destinados a agir sobre as possibilidades de ação dos indivíduos”. (FOUCAULT, 1995, p. 244). Desse modo, para melhor governar é necessário conhecer a população com que se lida.

O [governo] depende do conhecimento. Para se governar uma população é necessário isolá-la como um setor da realidade, identificar certas características e processos próprios dela, fazer com que seus traços se tornem observáveis, dizíveis, escrevíveis, explicáveis de acordo com certos esquemas explicativos. O governo depende, pois, de verdades que encarnam aquilo que deve ser

governado, que o tornam pensável, calculável e praticável. (ROSE, 1988, p. 37)

Isto justifica a difusão de campos de saberes específicos debruçados sobre a infância. Em função disso,

As crianças, como parte da população, passaram a ser medidas, calculadas, categorizadas, descritas, ordenadas e organizadas não só do ponto de vista estatístico, mas também pela produção crescente de conhecimento sobre elas e sobre os fenômenos de sua vida, o que é revelador de um fato: elas se tornaram, assim, alvo de determinadas instituições e objetos de saber (BUJES, 2003, p. 10).

Os médicos-higienistas, por exemplo, desenvolveram estudos acerca da epidemiologia e indicavam o que deveria ser feito, em termos de higiene, para combater o proliferamento das doenças na infância. Nesse contexto, a creche era percebida como um “mal necessário”. (VIEIRA, 1986, apud KUHLMANN JR., 1991, p. 20) para combater a mortalidade infantil. Além disso, a puericultura era considerada como uma forma privilegiada de divulgação de normas racionais de cuidados à infância. (KUHLMANN JR., 2011).

A influência jurídico-policial também foi notória nesse momento. As “preocupações com as legislações trabalhista e criminal apontavam o tema da chamada ‘infância moralmente abandonada’”. (KUHLMANN JR., 1991, p.22). Diante disso, normas de atenção à infância passaram a ser elaboradas, com a finalidade de evitar a criminalidade, cujas causas se dividiam em: fatores biológicos, ligados à hereditariedade, e fatores sociais, ligados à má influência do meio familiar (KUHLMANN JR., 2011). Nessa conjuntura, as creches não eram tidas como um direito das famílias, mas como uma dádiva dos filantropos, que estariam livrando os filhos dos operários de se tornarem delinquentes.

Assim, aliada a essas concepções, a difusão das instituições de atendimento à criança pequena e de assistência à infância associava-se à ideia de sociedade moderna, civilizada, vinculada à noção de progresso. Tratava-se do que Moysés Kuhlmann Jr. costuma denominar de assistência científica, “por se sustentar na fé no progresso e na ciência daquela época”. (KUHLMANN JR., 2011, p. 56). Essa concepção influenciou as instituições de atendimento à criança pequena ainda nas últimas décadas do século XX, principalmente, no que tange às concepções de cuidado atrelado exclusivamente às questões de saúde e higiene.

Seguindo essa perspectiva, as creches estiveram vinculadas às Secretarias de Saúde e Assistência, pois a concepção que se tinha era a de que elas não fariam parte do sistema pré-escolar, por não terem preocupações educativas. Disso naturalizou-se um discurso que situa as creches, exclusivamente, como instituições de cuidado/assistenciais, voltadas para o atendimento às crianças pequenas pobres, que precisariam de cuidados com a saúde, higiene e alimentação.

Entretanto, Kuhlmann Jr (1991) ajuda-nos a problematizar essa dicotomia entre assistência e educação, colocando em evidência as práticas desenvolvidas no interior da creche. Um dos aspectos que o autor aponta para ressaltar a proposta educativa dessas instituições é que o principal objetivo delas era prevenir a criminalidade. Além disso, a baixa qualidade também é outro aspecto, apontado pelo autor, que fazia parte dessa proposta educacional, na medida em que previa uma educação preparando as crianças pobres para o futuro. “Por isso se previa uma educação mais moral do que intelectual, voltada para a profissionalização”. (KUHLMANN JR., 1991, p. 25). Assim, podemos problematizar o discurso de que essas primeiras formas de atendimento não tinham um caráter educativo. Ainda que fosse uma proposta de educação assistencial voltada para a educação das crianças pobres, aproximando-se do modelo hospitalar/familiar, as práticas das creches não deixavam, assim, de ser educativas (CERISARA, 1999).

Em linhas gerais, a fim de pontuar a contextualização do surgimento das creches de uma forma mais sintética, podemos dizer que essas instituições de atendimento à infância:

[...] surgiram a partir de mudanças econômicas, políticas e sociais que ocorreram na sociedade: pela incorporação das mulheres à força de trabalho assalariado, na nova organização das famílias, num novo papel da mulher, numa nova relação entre os sexos, para citar apenas as mais evidentes. Mas, também por razões que se identificam com um conjunto de ideias novas sobre a infância, sobre o papel da criança na sociedade e de como torná-la, através da educação, um indivíduo produtivo e ajustado às exigências desse conjunto social (BUJES, 2001, p.15).

O processo de expansão das creches, no Brasil, ocorreu na década de 1970, motivado pela luta das famílias e dos movimentos sociais. Nesse outro cenário, a demanda por creches passou a ser vista da perspectiva do direito da mãe trabalhadora (CAMPOS, FULLGRAF e WIGGERS, 2006). É sobre esse enfoque que Silva (2008), Scavone (2011) e Schifino (2012) debruçaram suas pesquisas. Esses

estudos demonstram que as reivindicações suscitadas pelos movimentos feminista e sindical coincidiram com o aumento significativo do número de berçários e maternais instalados nas empresas do país.

Até o início da década de 1990, as instituições de Educação Infantil, principalmente as creches, ainda eram vistas como espaço de cuidado para filhos de mães trabalhadoras – o que ocorre ainda hoje em algumas comunidades. Contudo, a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, lei nº 9.394/96, em 20 de dezembro de 1996, trouxe novos horizontes para as instituições de Educação Infantil. Esta LDB, seguindo as determinações da Constituição de 1988, reconheceu que as crianças, vistas como cidadãs, têm o direito de serem educadas em creches e pré-escolas.

É considerando esse contexto pós Constituição de 1988 e pós LDB de 1996, que Menezes (2012), Borges (2006), Barucci (2007), Reis (2007) e Silva (2012) direcionam seus olhares para as creches como um direito da criança. Essas pesquisas mostram como os novos marcos legais trouxeram outras implicações para o atendimento à infância, ao conceberem a criança como sujeito de direitos e a Educação Infantil não como um favor, uma dádiva (OLIVEIRA, 2002), mas como direito das crianças, opção das famílias e dever do Estado. Além disso, a partir da LDB, a Educação Infantil passou a ser considerada como a primeira etapa da Educação Básica, não estando mais ligada às secretarias de saúde e assistência social, mas ao lado do Ensino Fundamental e Ensino Médio.

Nesse contexto, a lei nº 9.394/96 definiu que a finalidade da Educação Infantil é “o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade”. (Art. 29). Dessa forma, o planejamento, as metodologias, a avaliação, o currículo e a rotina diária são organizados de modo que priorizem a “educação e o cuidado como aspectos indissociáveis das ações dirigidas às crianças”. (BRASIL, 2005, p.10).

Nesse sentido, a Educação Infantil possui especificidades que a difere das outras etapas da Educação Básica. Isso porque, os bebês e as crianças bem pequenas necessitam que alguém as alimente, troque suas fraldas, lhes dê banho, e, simultaneamente, necessitam de experiências diversas, decorrentes de relações com outras pessoas e com o espaço, para que conheçam o mundo que as cerca. Por esses motivos, entendemos que, na Educação Infantil, educar e cuidar devem

ser trabalhados como ações indissociáveis e, ao mesmo tempo, complementares à educação e ao cuidado que as crianças pequenas recebem na família.

Sendo assim, muitos outros aspectos poderiam ter sido abordados no decorrer dessa seção, inclusive outras relações entre os estudos mapeados com a história da creche poderiam ter sido estabelecidas. No entanto, minha intenção aqui foi apresentar somente o que me pareceu mais pertinente para esse momento da investigação.

Dando essa parada estratégica na história Educação Infantil no Brasil, direciono o meu olhar para o modo como ela está organizada na cidade do Rio Grande. Este é o propósito da próxima seção: discorrer acerca da Educação Infantil no Município do Rio Grande, na atualidade.

### **2.3. A Educação Infantil no Município do Rio Grande**

Considerando que o ponto de partida dessa pesquisa é uma situação colocada no presente, nas problemáticas acerca das práticas de cuidado/educação desenvolvidas na atualidade, escolhi trazer nesta seção um panorama da Educação Infantil no Município do Rio Grande no contexto contemporâneo. É válido salientar que a história da Educação Infantil em Rio Grande acompanhou, assim como vimos em outros municípios do país, um movimento nacional de reordenamento e reestruturação no atendimento às crianças de zero a três anos, demandados pela inserção das creches no campo da educação, como primeira etapa da Educação Básica<sup>16</sup>.

A história da Educação Infantil aqui no município sofreu uma mudança radical no final da década de 1990. Com a implementação da LDB/96, a Educação Infantil passou a ser considerada como primeira etapa da Educação Básica e, com isso, estabeleceu um prazo de três anos para que as creches e pré-escolas fossem integradas aos Sistemas Municipais de Educação.

Em nosso município, o processo de transição das escolas infantis para Escolas Municipais de Educação Infantil (EMEI) se iniciou a partir do decreto nº 7.355, de 30 de dezembro de 1999. Nesse cenário, o atendimento nas instituições de Educação Infantil foi separado em turnos para atender um número maior de crianças. Esse fato acarretou modificações significativas em termos de oferta. Um

---

<sup>16</sup> Detalharei mais esse aspecto na terceira seção do capítulo 3, ao tematizar sobre o atendimento à infância rio-grandina como direito das crianças e dever do Estado.

exemplo disso foi a redução do atendimento de turno integral para parcial e o fechamento de muitas turmas de berçário e maternal.<sup>17</sup> É necessário atentar para essa questão, visto que teve efeitos no atendimento à faixa etária de zero a seis anos e, em especial, para as crianças de zero a três. A medida tomada objetivou criar novas vagas para atender um número maior de famílias. Posso dizer que essa estratégia se insere na lógica governamental do nosso tempo, a qual “põe em ação novas técnicas de governo, mais sutis, que atuam tanto direta quanto indiretamente”. (BUJES, 2002, p. 262) na condução da conduta de todos os sujeitos. A intenção, então, foi assegurar a entrada de mais crianças, mesmo que implicasse na redução do tempo de permanência delas na instituição.

Atualmente, o atendimento nas Escolas Municipais de Educação Infantil de Rio Grande está organizado da seguinte maneira:

Quadro 2 - Organização da Educação Infantil no Município

CRECHE		PRÉ-ESCOLA
<i>Turno integral</i>	<i>Turno parcial</i>	<i>Turno parcial</i>
Berçário (0 a 2 anos)	Maternal II (3 anos completos até 31/03)	Nível I (4 anos completos até 31/03)
Maternal I (2 anos completos até 31/03)		Nível II (5 anos completos até 31/03)

Fonte: Elaborado pela autora.

Tomando como base os dados do SISMED – Sistema Unificado e Virtual, utilizado pela SMEd a partir deste ano, o quadro, a seguir, evidencia a oferta de creches e pré-escolas na Rede Municipal.

Quadro 3 - Oferta de creches e pré-escolas na rede Municipal de Rio Grande

EMEIs	Nº de crianças na Creche	Nº de crianças Pré-Escola
EMEI Castelo Branco	70	133
EMEI Dayse Guma Pagel	84	104
EMEI Eva Mann	38	171
EMEI Lyons Club	0	124
EMEI Maria da Glória	51	54
EMEI Oscar Moraes	72	50
EMEI Querência	31	104
EMEI Tia Luizinha	10	122
EMEI Vila da Quinta	13	124
EMEI Vovó Zoquinha	20	114
	Total: 389	Total: 1100

<sup>17</sup> Dados oferecidos pela Secretaria Municipal de Educação/SMEd.

<b>EMEFs</b>	<b>Creche</b>	<b>Pré-Escola</b>
EMEF Admar Corrêa	45	40
EMEF Alcides Maia	0	57
EMEF Altamir de Lacerda	0	27
EMEF Apolinário Porto Alegre	0	27
EMEF Ana Néri	0	15
EMEF Anselmo Dias Lopes	0	16
EMEF Antônio Carlos Lopes	0	20
EMEF Cidade do Rio Grande	29	64
EMEF Cipriano Porto Alegre	0	30
EMEF Clemente Pinto	0	38
EMEF Cristóvão Pereira	0	7
EMEF Dolores Garcia	0	32
EMEF Dom Pedro II	0	39
EMEF França Pinto	0	58
EMEF Frederico E. Buchholz	47	115
EMEF Helena Small	0	74
EMEF Jayme G. Monteiro	0	19
EMEF Manoel Martins Mano	0	39
EMEF Maria da Graça Reyes	0	106
EMEF Marília R. dos Santos	0	36
EMEF Mate Amargo	0	34
EMEF Navegantes	0	38
EMEF Olavo Bilac	0	24
EMEF Ramiz Galvão	0	45
EMEF Rio Branco	0	77
EMEF Renascer	0	3
EMEF Roque Aíta Jr.	0	18
EMEF Rui Poester Peixoto	0	37
EMEF Sant'Ana	0	37
EMEF Viriato Corrêa	0	40
EMEF Zelly P. Esmeraldo	52	34
EMEF Zenir de Souza Braga	10	37
	Total: 183	Total: 1283
<b>TOTAL</b>	<b>Creche: 572</b>	<b>Pré-escola: 2383</b>

Fonte: Núcleo de Educação Infantil/SMEd (2015)

Baseado nos dados do último censo do IBGE<sup>18</sup>, estima-se que haja 10.134 crianças com a faixa etária entre zero e três anos residentes em Rio Grande. Cruzando este dado com as informações da tabela acima, percebemos que, no total das 14 escolas municipais que ofertam turmas de creches, aproximadamente 5,64% de crianças estão sendo atendidas.

Tal percentual é bastante significativo, se comparado à realidade do atendimento a essa faixa etária, neste município, há 15 anos. A pesquisa de Sayão e Mota (2000) traz uma boa ilustração disso. Ao realizarem uma caracterização da

<sup>18</sup> Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Educação Infantil no município do Rio Grande, elas constataram a carência de políticas públicas para a educação da infância e um dado alarmante daquela época era a inexistência de atendimento público para as crianças de zero a três anos aqui no município. Com essa pesquisa, as autoras demonstraram que, embora a Constituição Brasileira garantisse o direito de oferta da Educação Infantil e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96) o ratificasse, este direito não vinha sendo cumprido.

No contexto contemporâneo, porém, é possível visualizar possibilidades de avanços na oferta de vagas a essa faixa etária. Em 2012, por exemplo, a Prefeitura Municipal do Rio Grande deu início à construção de oito unidades de creches do PROINFÂNCIA<sup>19</sup>. Tais construções abrangem os seguintes bairros: Quinta, Nova Quinta, Santa Rosa, Bolaxa, Camping, ABC IX, Humaitá e Jardim América.

Embora as obras tenham sido paralisadas por quase um ano e meio, em 2014 foram reativadas. Além das oito unidades, são previstas mais três novas creches, que começarão a ser construídas no Povo Novo, no Parque Marinha e no Parque São Pedro.

De acordo com o secretário de Município de Educação, André Lemes, em entrevista publicada pelo Jornal Agora<sup>20</sup>, com a conclusão destas onze novas unidades de educação, direcionadas ao projeto PROINFÂNCIA, para crianças de zero a cinco anos, cerca de 2.640 crianças nessa faixa etária passarão a ser atendidas. Segundo o secretário, “teremos mais 80% de vagas além das ofertadas hoje. Ainda estaremos em uma posição indesejável, mas já é um grande passo”.

O propósito dessa seção foi situar a configuração atual da Educação Infantil no Município do Rio Grande. Minha intenção não foi inferir análises nesse momento, apenas caracterizar. No capítulo seguinte, busco contextualizar o lócus da pesquisa, e então empreender as análises dos materiais pesquisados. É neste terceiro capítulo que procuro olhar para o passado e historicizar práticas de cuidado/educação do presente.

---

<sup>19</sup> Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil – PROINFÂNCIA. Segundo o portal do MEC, trata-se de “um programa de assistência financeira ao Distrito Federal e aos municípios para a construção, reforma e aquisição de equipamentos e mobiliário para creches e pré-escolas públicas da educação infantil. O objetivo é garantir o acesso de crianças a creches e escolas de educação infantil públicas, especialmente em regiões metropolitanas, onde são registrados os maiores índices de população nesta faixa etária.”

<sup>20</sup> Rio Grande, 24 de abril de 2014.



### 3. SITUANDO O MUNICÍPIO DO RIO GRANDE: ALGUNS ACONTECIMENTOS

Minha intenção neste capítulo é discorrer sobre alguns acontecimentos que estão ligados à história da cidade do Rio Grande e que me permitem situar algumas práticas de atendimento à infância que se desenvolveram ao longo do tempo e compreender como estas foram, pouco a pouco, constituindo as possibilidades para a emergência das creches em Rio Grande. Para tanto, busquei subsídio em fontes locais, que registram o processo histórico da cidade.

Rio Grande é um município do extremo sul do Rio Grande do Sul, situado entre a Lagoa Mirim, a Laguna dos Patos e o Oceano Atlântico. Possui área geográfica de 2.709,522 km<sup>2</sup> e estima-se uma população de 207.036 habitantes.<sup>21</sup>

A cidade é conhecida como a sede da maior praia do mundo em extensão e do maior complexo portuário do Sul do Brasil.<sup>22</sup> Segundo Torres (2013), o porto marítimo é o referencial fundamental para explicar a história da cidade. Ele foi um dos principais fatores que, em 1737, motivou a ocupação luso-brasileira no Estado do Rio Grande do Sul.

Sua localização possibilita o acesso a todas as regiões do Estado, desde Laguna, em Santa Catarina, até o Rio da Prata, na República Oriental do Uruguai.<sup>23</sup> Essa posição estratégica motivou a luta entre portugueses e espanhóis pela conquista do território. Este fato fez com que uma expedição militar, ordenada pela Coroa Portuguesa, atracasse na Barra do Rio Grande de São Pedro<sup>24</sup>, em 19 de fevereiro de 1737, e fundasse a fortaleza militar Jesus Maria José. “Dava-se início então à instalação de contingentes militares sucessivos, como forma de assegurar a defesa do território e o domínio português na região”. (ALTMAYER e CARNEIRO, 2007, p.4).

Assim, em seu processo histórico, Rio Grande foi colonizado pelos portugueses açorianos, no século XVIII, sendo inicialmente chamado de Vila do Rio Grande de São Pedro. Somente no século seguinte que recebeu a denominação de

---

<sup>21</sup> Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais. NOTA 1: Estimativas da população residente com data de referência 1º de julho de 2014 publicadas no *Diário Oficial da União* em 28/08/2014.

<sup>22</sup> **Município do Rio Grande**. Disponível em: <http://www.portoriogrande.com.br/>. Acesso em julho de 2014.

<sup>23</sup> **Localização e acessos**. Disponível em: <http://www.portoriogrande.com.br/>. Acesso em julho de 2014.

<sup>24</sup> Uma das primeiras referências a Rio Grande é a carta do Governador Gomes Freire de Andrade. Essa carta foi escrita em 1736, e documenta a fundação de um presídio militar no contexto de luta entre portugueses e espanhóis pela posse da Colônia do Sacramento (ALVES e TORRES, 1995).

Cidade do Rio Grande, momento em que passou a ser também o foco de outras imigrações, que viram na localidade um potencial para desenvolverem suas atividades econômicas. Como um exemplo disso, Torres (2013) cita o complexo Rheingantz, criado pelo grupo alemão, que instalou a primeira indústria têxtil gaúcha. Este complexo abrangia uma Vila Operária, com escola, creche e casas para funcionários.

A partir do século XIX, então, a industrialização da cidade começou a se desenvolver. Empresas pesqueiras foram instaladas no Município, tornando-se uma potente fonte econômica. Na década de 1970, a cidade passou por outro crescimento marcante, em decorrência do projeto “corredor de exportações” do Governo Federal e a construção do Superporto, que gerou elevados índices de empregos na edificação dos terminais de grãos e fertilizantes. Outro fato que ocasionou o crescimento na cidade esteve relacionado à construção do Porto Novo e dos Molhes da Barra. E, atualmente, vive-se outro movimento na economia do Município com a indústria naval e o investimento nas construções das Plataformas de Petróleo (TORRES, 2013).

Torres (2013), pontua que a história da cidade do Rio Grande é marcada por experiências de grande dimensão, porém com durações limitadas. Deste fato, segundo o autor, deriva certa instabilidade social, visto que há momentos em que contingentes populacionais são atraídos em busca de empregos, mas há outros em que esta contingência alimenta “uma periferia precária de uma urbanidade básica”.

A fim de evidenciar alguns desses eventos ocorridos na história do Rio Grande, apresento a seguir um quadro que organizei no momento inicial da pesquisa a partir dos livros e artigos agrupados, que tematizam a história local. Considero essa sistematização importante, uma vez que me possibilitou evidenciar alguns acontecimentos no amplo universo da história rio-grandina.

Embora o quadro a seguir apresente certa cronologia, não é tanto a sequência que interessa para a minha investigação, mas o modo como foram ocorrendo deslocamentos na história do Rio Grande, e como esses deslocamentos contribuíram para o desenvolvimento de diferentes práticas de atendimento à infância. Com isso, não compreendo o tempo cronológico naturalizado, mas o entendo como uma construção cultural em permanente reconstrução e ressignificação. Por esse motivo, faço esse recuo temporal necessário, indagando-

me sobre algumas práticas que tornaram possível a emergência das creches em Rio Grande.

Quadro 4 - Cronologia da Cidade do Rio Grande

<b>ANO</b>	<b>ACONTECIMENTO</b>	<b>OBSERVAÇÕES</b>
1737	Fundação oficial da atual cidade do Rio Grande	Em 19 de fevereiro de 1737, a esquadra de guerra comandada pelo Brigadeiro José da Silva Paes, chegou à Província. O interesse dos navegadores era o porto marítimo que, sendo o único do Estado, além de motivar a ocupação luso-brasileira também motivou o desenvolvimento da economia rio-grandense no início do século XIX (Alves e Torres, 1995).
1751	Câmara de Vereadores da Vila do Rio Grande	De 1751 a 1763, Rio Grande foi a capital administrativa do estado (Fontoura, 1985).
1835	Hospital Santa Casa da Misericórdia do Rio Grande	Esboçam-se as primeiras iniciativas de construção do hospital da Santa Casa (Rodrigues, 1985).
1843	Roda dos expostos da Santa Casa	Após uma determinação da Câmara Municipal do Rio Grande, em 22 de dezembro de 1842, inaugurou-se no ano seguinte a Roda dos Expostos, como uma medida de assistência à criança abandonada (Torres, 2006).
1855	Epidemia da cólera	A epidemia da cólera durou de novembro de 1855 a março do ano seguinte. O número de mortes foi tão elevado que o espaço do cemitério do Bom Fim, criado em 1843, ficou esgotado (Rodrigues, 1985).
1873	Fábrica Rheingantz	A cidade do Rio Grande foi pioneira no processo industrial do Estado do Rio Grande do Sul. A Fábrica Rheingantz foi a primeira indústria a ser instalada na região (1873-1968). Suas atividades perduraram por quase cem anos (Paulitsch, 2008).
1882	Epidemia da Varíola	Com esse acontecimento, a mortalidade infantil foi de 13,4% (Rodrigues, 1985).
1890 a 1900	Campanhas de higienização da cidade	A ação sanitária do Estado mobiliza-se a combater as epidemias na cidade do Rio Grande. Sendo um dos principais núcleos urbanos do Estado que recebia um número elevado de imigrantes, o Município encontrava-se vulnerável a uma série de doenças, pestes e epidemias. Em decorrência disso, médicos sanitaristas, influenciados pelos conhecimentos da bacteriologia e da teoria miasmática, desenvolvem campanhas de higienização da cidade. Dentre as ações empreendidas estavam: o isolamento hospitalar dos doentes e as desinfecções; e ações de melhoria da

		salubridade do município (Cruz, 2001).
1897	Extinção da Casa dos Expostos	Durante os 54 anos de sua existência, a Roda dos Expostos recebeu centenas de crianças. Contudo, mais da metade dos enjeitados morria dias após serem postos na roda. As condições que conduziram a esse elevado índice de mortalidade eram: o estado de saúde debilitado com que a maioria chegava à roda; a falta de cuidado de algumas amas-de-leite; e a terrível epidemia da cólera, que também não poupava os pequenos. Os que sobreviviam a esse quadro eram criados na própria Santa Casa até chegarem à maioridade ou serem abrigados em casas de famílias (Rodrigues, 1985).
1918	A mortalidade supera a natalidade no Município	Próximo ao início da epidemia da Gripe Espanhola, o estado sanitário da cidade era considerado satisfatório, não sendo registrando nenhuma moléstia infectocontagiosa com caráter epidêmico. No entanto, já se registrava “a altíssima mortalidade infantil: 670 foi o número de crianças mortas abaixo de 2 anos, ou seja, 48,24% dos nascimentos”. (Torres, 2009, p. 85). No período da epidemia da gripe, a partir de outubro de 1918, “o índice de mortalidade infantil era dos mais altos do mundo para aquele período, pois cerca de 50% das crianças que nasciam acabavam falecendo até os dois anos de idade, em consequência das precárias condições de higiene e da desnutrição. Alimentos impróprios para o consumo, como o leite deteriorado em virtude da falta de refrigeração ou mesmo adulterado, agravavam o problema. Daí que a maior causa de morte infantil era o aparelho digestivo. As precárias condições de informação e escolaridade da população adulta favoreciam as péssimas condições higiênicas nos cuidados das crianças”. (Torres, 2009, p. 80).
1919	Representativa presença feminina no operariado local	“Para um período tão recuado no tempo em que o espaço da rua no Brasil ainda é majoritário para os homens, em Rio Grande enquanto cidade em expansão industrial, constata-se uma significativa presença do gênero feminino na classe operária. A indústria de tecelagem é o grande fator desta significativa participação. Os dados para o ano de 1919 trazem os seguintes indicadores: na Companhia União Fabril havia 1.024 operários, sendo 370 homens e 71 meninos, com idade entre 12 a 70 anos, e 444 mulheres e 139 meninas, com idade entre 12 a

		60 anos; Fábrica de Tecelagem Ítalo-Brasileira, com 600 operários, sendo 150 homens entre 20 e 50 anos e 450 mulheres entre 15 e 40 anos (salários <i>Diários</i> em média dos homens 6\$500 e das mulheres 5\$000)". (Torres, 2009, p. 82).
1940	Criação da Creche da Rheingantz	A Creche situava-se na Vila Operária e estava a cargo das Irmãs de São José, que prestavam assistência alimentar, higiênica, médica e educacional às crianças pequenas, filhas dos operários da fábrica (Silva, 2012a).
Décadas de 1950/70	Fechamento de muitas empresas como as do grupo Luiz Loréa, do Frigorífico Swift e da Fábrica Rheingantz	Embora o crescimento industrial tenha atraído muitos trabalhadores para Rio Grande, foi também motivador para uma série de problemas sociais, quando as indústrias faliram. Em contrapartida, nesse contexto, surgiram investimentos na área da pesca, dando início à instalação de empresas pesqueiras que, de 1960 a 1980 empregou cerca de 20 mil trabalhadores (Martins, 2006).
1969	Secretaria de Município da Educação (SMEd)	Em 6 de novembro de 1969 foi criada a Secretaria de Município da Educação (SMEd). Anteriormente a essa data, os assuntos relacionados à Educação no Município estavam a cargo do Departamento de Educação e Saúde, que se encarregava pela administração e manutenção das escolas municipais. Os aspectos pedagógicos, porém, estavam sob a responsabilidade da Secretaria de Estado da Educação e Cultura (SMEd, 2014).
Décadas de 1980 e 1990	Passagem das instituições de atendimento às crianças pequenas para a Secretaria Municipal de Educação	Nas duas últimas décadas do século XX, inaugurou-se o processo de transição das creches que deram origem às Escolas Infantis do Município do Rio Grande. Esse processo ocorreu de modo individual, sendo a maioria na década de 1990, após a LDB (SMEd, 2014).
1999	Sistema Municipal de Ensino	Em 8 de setembro de 1999 foi criado o Sistema Municipal de Ensino. Desde então, a SMEd passa a desempenhar a função de órgão gestor; o Conselho Municipal de Educação a função de órgão normativo e fiscalizador; e as escolas tornam-se as responsáveis pelas atividades pedagógicas (SMEd, 2014).

Fonte: Elaborado pela autora.

É pertinente ressaltar que a elaboração do quadro que acabo de apresentar serviu de porta de entrada para a definição das categorias que delimitarei para análise da constituição histórica do atendimento à pequena infância em Rio Grande. Através dele, pude visualizar que as práticas realizadas no interior das primeiras instituições

estavam ligadas à assistência e à filantropia, acompanhando, portanto, a história da Educação Infantil no cenário nacional, sobre a qual discorri no capítulo anterior.

Assim, depois de apontar alguns acontecimentos através dos quais é possível situar o surgimento das práticas de atendimento às crianças pequenas em Rio Grande, nas seções seguintes, procuro proceder à análise de alguns acontecimentos mencionados no quadro. Para tanto, agrupo algumas práticas de atendimento que apareceram nos materiais pesquisados, em três eixos: o atendimento à infância rio-grandina como prática de caridade e meio para a salvação das almas; como medida de segurança à população; e como direito das crianças e dever do Estado. Antes, porém de adentrar nos eixos de análise, farei uma breve contextualização histórica da infância no Município do Rio Grande, tomando como base excertos de documentos e de jornais localizados no decorrer da pesquisa.

### 3.1 Contextualização histórica da pequena infância em Rio Grande

Para analisar as práticas de atendimento à infância em Rio Grande, é importante perceber as representações que a criança e os modos de viver a infância foram sendo configurados no decorrer dos tempos. Para isso, além de recorrer a documentos locais, faço menção à clássica obra “História Social da Criança e da Família”, de Philippe Ariès.

Apesar das críticas que se pode tecer a essa obra<sup>25</sup>, não podemos desconsiderar a sua relevância para os estudos acerca da infância. No decorrer do livro, Ariès (1981) delinea as transformações dos sentimentos e atitudes em relação à criança ao longo da história, na família e na sociedade. Partindo da Idade Média, o autor menciona que não havia uma concepção particularizada de infância. A criança era tida como um adulto em miniatura. Ariès (1981) argumenta que, nessa época, a única diferença entre a criança e o adulto era o tamanho. Não havia um sentimento ou consciência de infância quanto a sua especificidade. Para exemplificar essa concepção, o autor analisa o traje das crianças representados na iconografia da época e pontua que em nada se diferenciavam do traje dos adultos. Analisa também que os jogos e as brincadeiras que as crianças praticavam eram os mesmos dos adultos, não havendo separação. Inclusive, não havia um sentimento de pudor com relação à criança no que diz respeito aos assuntos e condutas sexuais.

---

<sup>25</sup> Para uma revisão com relação às críticas aos estudos de Ariès (1981), ver Kuhlmann Jr. (2011).

Contudo, de acordo com Ariès (1981), a concepção de infância presente na Idade Média em muito se diferencia da concepção de infância que se passou a construir na Modernidade. No decorrer do estudo, o autor ressalta que a descoberta da infância foi se iniciando no século XIII com as representações do anjo, do menino Jesus e da criança nua. Mas, o sentimento da infância que separa a criança do adulto, segundo o autor, surgiu no século XVII.

Conforme Ariès (1981, p.54), devido às condições de vida precárias na Idade Média, o índice de mortalidade era muito elevado. Disso se propagava a ideia de que “as pessoas não podiam se apegar muito a algo que era considerado uma perda eventual”. Daí o sentimento de indiferença com relação à infância. Por isso, as crianças sempre apareciam misturadas com os adultos, nas reuniões de trabalho, passeios ou jogos.

Em contrapartida, segundo o autor, a partir dos séculos XV e XVI, os pintores passam a representar a criança por sua inocência, gentileza e graça, o que coincide com o sentimento da infância “engraçadinha”. Começa-se a anunciar aí um sentimento moderno de infância.

É importante salientar que a visão medieval sobre a infância se perpetuou por muito tempo. Principalmente, porque encontrava sustentação na própria definição do termo. Conforme Cordeiro e Coelho (2007, p 884):

A definição da palavra infância, oriunda do latim *infantia*, significa “incapacidade de falar”. Considerava-se que a criança, antes dos 7 anos de idade, não teria condições de falar, de expressar seus pensamentos, seus sentimentos. Desde a sua gênese, a palavra infância carrega consigo o estigma da incapacidade, da incompletude perante os mais experientes, relegando-lhes uma condição subalterna diante dos membros adultos. Era um ser anônimo, sem um espaço determinado socialmente.

Pude perceber essa concepção acerca da infância ao ler jornais antigos da cidade do Rio Grande. A maioria deles se quer faz menção à criança e à infância. Quando mencionam trata-se de relatos sobre mortes. Tal como está expresso nos excertos abaixo, extraídos do jornal *Diário do Rio Grande* de 1874:

Obtuario – sepultaram-se no cemitério d’esta cidade: Dia 4/2. Manuel 14 mezes, branco, natural d’esta cidade, filho de Sebastiana Eulália de Lima. Diarréia.

Dia 17/3. Maria Francisca, 1 anno, branca natural d’esta cidade, exposta da Misericórdia. Dsynteria.

Dia 17/6. Rita, 1 ½ mez, branca, natural d'esta cidade, exposta da Santa Casa. Affecção cerebral.

Dia 18/6. Maria, branca, natural d'esta provincia, filha de Ignez da Costa Freire. Ao nascer.

Dia 26/6. Manuel, 5 meses, pardo, filho da parda Joaquina, liberta. Ataque de congestão.

Para compor os excertos acima, selecionei aqueles que fazem referência às crianças de zero a três anos. Foi possível perceber que a maior incidência de notas sobre os obituários compreendia essa faixa etária. As causas da morte iam desde diarreia até inanição, *brochite capillar*, ataque de congestão, *entero-colite agudo* e disenteria.

Como é possível observar, os registros encontrados são fundamentalmente sobre as mortes das crianças e certamente estiveram associados à invisibilidade política e econômica da criança como parte da população. Nesse sentido é pertinente realizar alguns apontamentos sobre como a infância foi pouco a pouco recebendo novas significações. Bujes (2002) contribui com essas reflexões ao evidenciar que o conceito de infância não é atemporal. Segundo ela, as configurações histórica-sociais que caracterizam “o início dos tempos modernos no Ocidente” contribuíram para a construção de uma nova forma de significar as crianças. Desse modo, a autora compreende que as “mudanças que ocorrem na organização social, política e econômica correspondem sutis transformações na maneira como os sujeitos [infantis] são percebidos, categorizados, diferenciados e (con)formados”. (BUJES, 2002, p.32).

Bujes (2002) analisa essa concepção moderna de infância e problematiza como os discursos acerca desse conceito são elaborados a partir da visão que o adulto tem da criança. Segundo a autora:

A perspectiva adultocêntrica tem orientado os discursos que sobre ela se enunciam. Portanto, as identidades infantis descritas nas práticas, nos discursos, nas categorias que servem para circunscrevê-las, nascem entre os adultos e têm sempre uma referência que é neles centrada (BUJES, 2002, p. 23).

Assim, considerando a infância nesse projeto traçado na Modernidade, ela se torna “objeto do olhar do Estado e de um olhar científico, moral, religioso e até familiar”. (BUJES, 2002, p. 38). A criança, por sua vez, passa a ser diferenciada do adulto, mas é ele quem tem o poder de descrê-la e interpretá-la, analisando suas



necessidades, capacidades cognitivas, habilidades e limites. As crianças, portanto, “continuam sem voz, mas suas identidades são configuradas a partir de perspectivas e de interesses que espelham a vontade de poder de setores específicos da sociedade e de grupos particulares de adultos”. (BUJES, 2002, p. 38).

Seguindo a mesma direção, Foucault parte da ideia de infância como uma construção histórica, fortemente influenciada pela psiquiatria e pela pedagogia dos séculos XVIII e XIX. Segundo o autor, esses dois campos de saber atuariam como disciplinadores, modeladores e normatizadores da infância.

Foucault [...] mostra algumas outras repercussões da invenção da infância durante os séculos XVIII e XIX. As relações entre adultos e crianças reorganizam-se em todas as instituições: na família, nas escolas e nas instâncias de higiene pública. O papel das crianças na família traz novas regras para as relações entre pais e filhos. Não é apenas uma questão de sorrisos e brincadeiras. A família se ocupa como nunca antes em cuidar da saúde dos filhos. As novas leis morais se concentram na higiene, na amamentação direta pelas mães, na vestimenta cuidada e pulcra, em exercícios físicos para um bom desenvolvimento do corpo, e toda uma série de cuidados afetivos que estreitam os laços entre pais e filhos (KOHAN, 2003, p.92).

Na leitura que Bujes (2002) faz desse período, ela destaca a origem dos estudos de desenvolvimento físico e mental. Conforme a autora, esses saberes acabaram estabelecendo características específicas de um Desenvolvimento Infantil desejável, implicando na normatização dos fenômenos da vida da criança. Os olhares da Pedagogia, da Medicina e da Psicologia, por exemplo, são citados pela autora como três principais campos de saber que, “com suas formas de representar as crianças, com práticas discursivas que se esmeram em falar a verdade sobre elas, que parecem ser aqueles cujos efeitos são os mais disseminados e tomados como autorizados”. (BUJES, 2002, p.41).

É possível perceber a penetrabilidade destes discursos e seus efeitos em documentos redigidos pelo Conselho Escolar do Município do Rio Grande em meados do século XX. Datado de 1947, o documento solicitava ao Prefeito Municipal a restauração de Parques Infantis da cidade. Transcrevo, a seguir, fragmentos deste documento.

O homem contemporâneo, com a mentalidade arejada pelos longos horizontes que a ciência moderna lhe abriu, passou conceder à criança sua máxima preocupação. Instituições de amparo e conforto à infância estão disseminadas por toda a parte, atestando e objetivando essa nova e sã mentalidade. Pelos caminhos traçados à

criança, orienta-se o homem: a quem está ligado o destino das nacionalidades.

A criança precariamente atendida em suas necessidades essenciais e naturais e criada defeituosamente, sem o conhecimento e o respeito aos salutareos princípios da puericultura, no futuro, será adulto inferiorizado, sem a menor expressão na coletividade. Em princípio, uma coletividade em que predomina crianças desse estofo, só pode formar povos e nações inferiores.

Por isso, defender a criança, assegurar-lhe o mais benéfico tratamento da moderna puericultura, resguardar-lhe os meios adequados de desenvolvimento físico e garantir-lhe o progressivo aperfeiçoamento do espírito, envolve a mais sábia e delicada política governamental. E esta defesa conduz a criança legítima posição que logrou á face da nova mentalidade que preside o espírito do homem moderno como dissemos.

Nestes traços largos da defesa que a criança reclama, salienta-se em lugar exponencial a recreação. É a arma eficiente, é muralha intransponível contra as atitudes antissociais e força capaz e poderosa para impedir prejuízos espirituais e físicos lesivos e comprometedores de evolução do ser infantil. Por isso, conhecendo o Conselho Escolar o valor, a nobreza e a utilidade da recreação, dentro das instintivas necessidades orgânicas da criança, do desejo insopitável que tem ela de brincar, nas suas naturais inclinações; reconhecendo, ainda o Conselho, que a recreação é o caminho seguro que conduz a criança a melhor integração no meio social, quer pelo poder do espírito, quer pela vitalidade física, propõe a V. Exa., dentro das finalidades para que foi instituído, a restauração, tão pronto possível do Parque Infantil que, aparelhado, funcionou para encanto e sedução da petizada riograndina, a par da função altamente social e cívica que desempenhava, na Praça Tamandaré (Arquivo Municipal).

É possível perceber também que, nesse contexto, a infância é colocada como alvo de ações governamentais para minimizar os riscos da população. Essa concepção torna-se ainda mais evidente no Regulamento das Unidades de Recreação (s/d):

As Unidades de Recreação são destinadas à utilização das horas de lazer, têm por finalidade promover o bem-estar social e elevar o nível cultural da comunidade.

Têm como objetivos:

- Centralizar crianças e adolescentes residentes na localidade em ambiente favorável e com equipamento adequado à Recreação, suscitando a formação de grupos naturais. [...]
- Desviar da rua a criança sem amparo, diminuindo as causas da mendicância e da delinquência. [...]
- Completar a ação educativa da família, da escola e de outros agentes educacionais.
- Desenvolver o espírito de cidadania

Para ajustar-se aos seus fins, as Unidades de Recreação têm a seguinte organização:

Aparelhos; jogos; esportes em geral; jogos de mesa e de sombra; brinquedos cantados e danças folclóricas; cinema educativo;

bibliotecas; excursões; dramatizações, historietas; festas cívicas; organização de clubes; escotismo; centro de tradições gaúchas; piscina de natação; museu didático-recreativo; e assistência médica e dentária.

Bujes (2002) ajuda-nos perceber que, no contexto da era Moderna, o esforço da sociedade em proteger as crianças é explicado pelas ações desenvolvidas em favor da vida da criança e interessadas no seu governo<sup>26</sup>. Disto, decorre o processo de secularização das instituições sociais que, segundo a autora, se insere nesse “conjunto de tecnologias políticas que vão investir na regulação das populações, através de processos de controle e de normalização”. (BUJES, 2002, p. 36).

Nesse contexto, percebe-se o papel preponderante de instituições que se encarregavam de suprir as necessidades e carências da criança, a fim de torná-la completa para o convívio social. Bujes (2002), argumenta que é na esfera destas mudanças e impelidas pelas reconfigurações da sociedade e da família que se consolidaram as instituições educacionais modernas, entre elas aquelas incumbidas de atender as crianças pequenas, desde a mais tenra idade.

É válido ressaltar que a configuração inicial desse atendimento à pequena infância no Brasil esteve atrelada à caridade e, posteriormente, à filantropia higiênica, como veremos mais à frente. A respeito disso, Bujes (2002) destaca que esse atendimento surgiu com um caráter assistencial para atender uma população infantil marcada, principalmente, por dois fenômenos: as mortes (ligadas às precárias condições de higiene, nutrição, moradia, etc.) e o infanticídio. A instituição de atendimento surgiu, portanto, como medida para minimizar problemas de ordem social e para combater os ricos que essa população trazia ao equilíbrio social. “Se atentarmos para o que nos diz Foucault, nasceu de um movimento em prol da vida, ou para utilizar suas palavras, para “fazer viver”. (BUJES, 2002, p. 59).

Meu propósito na apresentação desta seção foi mostrar que, mesmo no período em que a infância passava por uma aparente invisibilidade, já se anunciava uma preocupação com a criança. Assim, a preocupação com a morte das crianças pode ser um dos fatores que possibilitou a entrada em cena de instituições extradomiciliares destinadas ao cuidado e a educação das crianças pequenas no Município do Rio Grande. Discorrer sobre a constituição histórica das práticas de

---

<sup>26</sup> Utilizo a palavra *governo* no sentido que Foucault atribui a esse termo quando diz que se trata de “uma atividade dirigida a produzir sujeitos, a moldar, a guiar ou a afetar a conduta das pessoas de maneira que elas se tornem pessoas de um certo tipo (FOUCAULT, 1995, p. 244).

atendimento às crianças de zero a três anos no interior dessas instituições passa a ser o foco das próximas seções.

### **3.1.1 O atendimento à infância rio-grandina como prática de caridade e meio para a salvação das almas**

As instituições pré-escolares (escolas maternais, berçários e jardins de infância) voltadas às crianças pequenas, começaram a ser organizadas em Rio Grande somente a partir do século XX. Por esse motivo, tomando como base o recorte temporal trazido no Quadro 4, passarei a discorrer acerca da Roda dos Expostos, que foi uma das primeiras iniciativas de atendimento aos bebês e às crianças bem pequenas neste Município. Logo, em seguida, mencionarei outras instituições que foram surgindo em complemento e em substituição à Roda dos Expostos, bem como as concepções que possibilitaram a instalação dessas propostas na cidade.

#### *3.1.1.1 Roda dos Expostos (1843 – 1897)*

Conforme foi mencionado no capítulo 2, as primeiras instituições de atendimento à infância no Brasil inspiraram-se nos abrigos e asilos que, desde o período Medieval, recolhiam as crianças abandonadas. Nesse contexto, o surgimento dessas instituições foi fortemente marcado pelo propósito de conceder “assistência” e “amparo” aos desvalidos.

Lockmann e Mota (2013, p.92), ao discorrerem sobre as políticas de assistência à infância, trazem contribuições importantes sobre as primeiras formas de atendimento às crianças no Brasil. Segundo as autoras, as primeiras práticas de assistência à infância brasileira se desenvolveram por meio de ações de caridade realizadas pelas igrejas e conventos, no período colonial. Tais práticas são entendidas pelas autoras como “uma espécie de filantropia caritativa e ato de benemerência ao próximo”, que objetivam conduzir as condutas dos sujeitos por meio das verdades religiosas que circulavam naquele contexto histórico.

Assim, a primeira forma de atendimento à infância brasileira que se têm conhecimento foi a Roda dos Expostos, instalada pela primeira vez em 1726, no estado da Bahia. Na Região Sul, essa iniciativa chegou à capital do estado em 1837 e seis anos depois estabeleceu-se no Hospital Santa Casa do Rio Grande. Antes dessa data, há indícios de que a Câmara Municipal já se encarregava deste serviço,

tal como está registrado no jornal *O Noticiador*, primeiro jornal da Vila do Rio Grande de São Pedro:

Nesta Villa se tem edificado muito boas casas de sobrado, e outras se estão construindo com elegância e grandeza: alem disso, tem uma regular Aula Nacional de ensino mutuo, em um edificio proprio: tem uma escola particular de Meninas; [...] **uma casa própria da Camara Municipal com sua competente Roda para Expostos...** (*O Noticiador*, 8/10/1832) [grifo meu].

No ano seguinte, porém, outra nota foi emitida:

Roda de Expostos: A Camara Municipal desta Villa faz saber: que fallecendo lhe os meios para criação dos Expostos, por não ter rendimentos que possam fazer face ás despesas de pagamento das Amas, e outros indispensáveis: resolveu em Sessão de hoje, mandar pregar a roda, e não aceitar mais Expostos – E para que chegue ao conhecimento de todos, se mandou publicar, e affixar o presente nos lugares mais públicos. Anacleto José de Medeiros, presidente; Francisco José das Neves, secretario interino (*O Noticiador*, 8/10/1833).

Marcílio (2003) esclarece que, antes da roda, as crianças abandonadas deveriam ser, supostamente, atendidas pelas câmaras municipais. No entanto, as municipalidades frequentemente alegavam faltas de recursos e eximiam-se da responsabilidade pelos pequenos abandonados, serviço este que dava muito trabalho.

Os dados da pesquisa sugerem que, após uma determinação da Câmara Municipal do Rio Grande, em 22 de dezembro de 1842, a Roda dos Expostos passa a ser administrada pela irmandade do Hospital Santa Casa do Rio Grande. Naquela época, as práticas de assistência à infância estavam vinculadas aos atos de boa vontade, e associavam-se à compaixão de nobres, religiosos e de instituições, como paróquias e hospitais, que se dedicavam a realizar ações caritativas em favor da criança abandonada.

A coluna “Memória e História” do caderno *O Peixeiro*<sup>27</sup>, de 07 de novembro de 2003, traz excertos do relatório das atividades da irmandade da Santa Casa de Misericórdia do Rio Grande, redigido pelo Irmão Provedor da Santa Casa Porfirio

---

<sup>27</sup> O Jornal *O Peixeiro* começou a ser publicado em 1962 pela imprensa que atualmente é responsável pela publicação local do *Jornal Agora*. Desde 1975, *O Peixeiro* passou a ser editado como encarte cultural do *Jornal Agora*, com publicações semanais. Uma das colunas do caderno é “Memória & História”, que traz publicações do Professor e Doutor em história. Luiz Henrique Torres.

Ferreira Nunes, em 1861. A citação é um pouco extensa, mas oferece um panorama da situação dos Expostos nesta cidade:

[...] O nosso estabelecimento de expostos teve princípio em julho de 1843. A Câmara Municipal era quem até então se encarregava deste serviço, que passou à Santa Casa por proposta da presidência da Província, de 22 de dezembro de 1842, e recebeu da Câmara duas meninas que continuaram a ser socorridas e um prédio sito à rua da Praia que produz anualmente 480\$000 réis de aluguel, único patrimônio que esta repartição possui. Desde que a Santa Casa tomou a seu cargo curar dos expostos, até 30 de junho de 1860, vieram à roda 139 crianças, 11 com aquelas duas que recebeu da Câmara, e mais 11 que a roda recebeu neste último ano compromissal, fazem o número de 152; sendo 78 do sexo feminino e 74 do masculino; 121 brancos, 23 pardos e 8 pretos. Foram reclamados por seus parentes 9, ficaram maiores e a cargo das pessoas que os criaram 36, faleceram 81, existindo agora 26. Destes últimos, 15 são do sexo feminino e 11 do masculino; 23 brancos e 3 pardos. Destes, 9 percebem a mensalidade de 16\$000 réis e 17 a de 12\$000 réis, na forma estatuída. Nesta cidade criam-se em casas particulares 15, e fora delas 11. Pela estatística que vos apresento, tereis, como eu, de lastimar a extraordinária mortalidade destas infelizes criaturas, já este ramo de serviço havia ocupado a atenção de meus predecessores, que não puderam atingir o alvo que tanto desejavam, nem encontrar um remédio a tantas desgraças. [...]. Consola-nos poder reconhecer que temos alcançado salvar, em proporção guardada, maior número de expostos, dos quais nunca sobreviveram na Europa 40%. Geralmente os expostos a cargo da Santa Casa são bem tratados e entregues a amas escolhidas. [...]. A Santa Casa, aceitando o convite que lhe fez a Presidência da Província em 1842, cumpriu um dever, contribuiu poderosamente para o bem-estar dos infelizes expostos e disso deve gloriar-se; porém, sendo diminuta a subvenção concedida pela Assembléia, priva a pobreza de uma quantia anual, que lhe é indispensável, diminui os seus recursos e lesa realmente os interesses da Santa Casa. (Relatório da Santa Casa de Misericórdia do Rio Grande, apud *O Peixeiro*, 7/11/2003).

Para compreendermos o surgimento dessa instituição na cidade do Rio Grande, é pertinente reiterar o contexto histórico vivido pelo país, na época. Sobre isso, Venâncio (1997) destaca que, desde o período colonial, o abandono de bebês e crianças bem pequenas era uma prática frequente no Brasil. Os pequenos eram deixados nas ruas, lixeiras, terrenos baldios ou portas de igrejas, sendo submetidos à fome, ao frio, entre outros fatores que os levavam a óbito, caso não fossem encontradas, a tempo, por pessoas caridosas que os recolhessem. Naquela época, muitas mulheres viam-se “diante da necessidade de abandonar os próprios filhos”. (VENÂNCIO, 1997, p. 189). As condições miseráveis de vida da época não era a única causa, inclusive, “mulheres de boa estirpe, também enjeitavam os filhos.

Nesses casos, o gesto resultava da condenação moral e familiar frente aos amores proibidos”. (VENÂNCIO, 1997, p. 192).

Neste contexto, o sistema de rodas de expostos seria “um meio encontrado para garantir o anonimato do expositor e assim estimulá-lo a levar o bebê que não desejava para a roda”. (MARCÍLIO, 2003, p.52). No relatório sobre a Casa da Roda de Rio Grande, temos um panorama geral da época e do propósito da instalação da roda no hospital Santa Casa:

[...] que falar dos Expostos, daquelas inocentes criaturas, que antes e depois de nascidas, bebem a longos sorvos na taça da desgraça, e talvez do crime que lhes propina o veneno, para ocultar uma vergonha antes desconhecida, onde os prazeres, as paixões, ou talvez o interesse encubram com flores os espinhos agudos, que deviam rasgar o véu de um falso pudor ou a venda com que se procura mascarar os resultados de um passo errado. Tudo é lícito supor da parte dos entes desalmados que abandonam à caridade pública seus inocentes filhos, frutos de amores ilícitos, da devassidão e da preguiça. Um crime prende sempre outro crime, e os prejuízos, que tanta influência têm na sociedade, aconselham muitas vezes um atentado oculto, para impedir a fronte de corar e conservar-se altiva, embora a consciência reprove pretensões, honras e respeitos unicamente devidos a virtude! A mortalidade em todas as partes onde existem estabelecimentos para a infância abandonada induz a crer que é devida a tentativas feitas antes de nascerem para delas verem-se livres as mães desalmadas que as geraram. Infanticídios estes, que não são provados porque os filhos mal manipulados, ou as doses despropositadas não preencheram os desejos e impediram a realização completa do crime: algumas horas de uma existência dúbia é bastante para lançar na roda os infelizes, salvar as aparências condenatórias e aumentar nos anais da Santa Casa o rol dos óbitos, atribuídos a falta de cuidados, ou vigilância dos empregados desta, quando a maior parte das criaturas beberam com a vida venenos lentos ou sofreram suplícios a que não eram condenadas, porque não pediram a existência aos entes bárbaros que lhes deram sem quererem conservá-la. É fora de dúvida que a mortalidade dos recém-nascidos, lançados na roda da Santa Casa, não pode ser atribuída a outras causas, que não sejam os maus tratamentos, a privação de alimentos necessários, ou os cálculos de evitar algumas despesas para os últimos deveres, pois que muitas destas criaturas têm expirado poucas horas depois de haverem sido recolhidas na roda. [...]. Com todo o desvelo me ocupei de prevenir a perda de tantas vidas; estudei todos os meios; observei as causas; consultei pessoas habilitadas e tenho de confessar que não pude atribuí-la a outros motivos senão aos que aponto no princípio do relatório. Busquei até o estímulo no interesse, estabelecendo gratificações às amas durante os dois primeiros anos dos expostos, visitei-os e cuidei que não lhes faltasse, e pouco consegui; porque a substância principal falta aos recém-nascidos: os carinhos maternos, aqueles cuidados que o coração inspira e que por uma espécie de influência magnética se infiltram nas tenras criaturas, não podem ser supridos por amas de empréstimo e assalariadas. No entanto,

devemos confessar que todos os nossos esforços não têm sido infrutíferos, atentas as dificuldades de meios e nosso atraso de conhecimento em tais materiais.(Relatório da Santa Casa de Misericórdia do Rio Grande, apud *O Peixeiro*, 7/11/2003).

Nesse excerto torna-se evidente o propósito da roda em funcionar como um mecanismo caritativo, que possibilitava às mães outra alternativa, que não fosse o aborto, o infanticídio nem o *abandono selvagem*<sup>28</sup>. Assim, “a roda de expostos, como assistência caritativa, era, pois, missionária. A primeira preocupação do sistema para com a criança nela deixada era de providenciar o batismo”. (MARCÍLIO, 2003, p. 54). Essa motivação de caráter religioso repercutiu intensamente por todo o período Imperial dando sustentabilidade às práticas de assistência caridosa para com as crianças atendidas nessa instituição.

Estando, assim, arraigada aos costumes e ensinamentos católico-cristãos, a roda configurou-se como prática de caridade e meio para a salvação das almas. A fim de ampliar as reflexões, trago as contribuições de Lockmann (2013). Ao estudar as articulações entre assistência e educação, a autora pontua que essas primeiras práticas de assistência eram guiadas pelo princípio da salvação divina alcançada por meio do batismo e da obediência aos doutrinamentos espirituais. Ela destaca que, na concepção da época, essas práticas pretendiam salvar não somente os necessitados (salvando suas almas e suprimindo suas necessidades básicas terrenas), mas também salvar (terrena e eternamente) aquele que prestava o auxílio. Tal concepção é nitidamente percebida na publicação do jornal *A Imprensa*, de 1858, conforme o texto descrito abaixo:

Em janeiro deste anno falleceu no Porto, Joaquim Ferreira Brandão, negociante que foi de ferragens nesta cidade, e em seu testamento se lê as seguintes verbas: Deixo a Santa Casa de Misericórdia da cidade do Rio Grande do Sul do Imperio do Brasil, a quantia de 4:000\$ em moeda do mesmo Imperio. [...] Declaro que fui padrinho de baptismo de uma engeitada da roda da mesma cidade do Rio Grande do Sul, cujo nome ignoro, mas que há de constar dos livros e assentos da mesma roda, e **a essa engeitada, minha afilhada, deixo 1:000\$** e se ella fôr morta, reverterá esta quantia á Santa Casa do Rio Grande. **Estas deliberações do honrado finado é o testemunho mais nobre da alma pura e generosa** de Brandão que ainda mesmo longe e há muito retirado do Rio Grande, não se esqueceo da terra onde fez a sua fortuna. Consta-nos que a Mesa da

---

<sup>28</sup> Venâncio (1997, p. 190) utiliza essa expressão para referir-se àquelas práticas de abandono de “meninos e meninas com dias ou meses de vida, deixados em calçadas, praias e terrenos baldios, conhecendo por berço os monturos, as lixeiras, e tendo por companhia cães, porcos e ratos que perambulavam pelas ruas”.



Santa Casa **grata a esta generosa oferta deliberou que se celebrasse uma missa pela alma do honrado** Joaquim Ferreira Brandão. [*Grifos meus*]

Esta prática era comum na realidade brasileira da época, principalmente por ser um país fortemente influenciado pelo catolicismo e apregoar a caridade como fundamento da fé cristã. Por isso, “homens proprietários, preocupados com a salvação de suas almas, deixavam em seus testamentos legados e esmolas para a misericórdia, muitos designando-os expressamente para ajuda na criação dos expostos”. (MARCÍLIO, 2001, p. 67).

Lockmann (2013) complementa essa concepção, pontuando que:

[...] participar das ordens religiosas nessa época, tais como as Misericórdias, por exemplo, significava, por um lado, usufruir de benefícios terrenos que melhoravam as possibilidades de fazer bons negócios e obter vantagens junto ao Governo; por outro, viver essa vida de acordo com os princípios religiosos, exercendo o bem, ajudando os necessitados, garantiria a salvação das almas dos benfeitores, encaminhando-os à vida eterna (LOCKMANN, 2013, p.187-188).

Esse aspecto relacionado à filantropia caritativa pode ser articulado à metáfora do pastor de ovelhas, utilizada por Foucault (1987). Na análise do autor, o pastoreio hebraico exercia um poder sobre o seu rebanho, conduzindo-o, alimentando-o, zelando por sua segurança e salvação. Para ele, “é esse tipo de poder que foi introduzido no Ocidente pelo cristianismo e que tomou uma forma institucional no pastoreio eclesiástico: o governo das almas se constitui na Igreja cristã como uma atividade central e doutra, indispensável à salvação de todos e de cada um”. (FOUCAULT, 1987, p. 82).

É interessante atentar como esse poder pastoral foi tomando seus primeiros contornos e como foi se modificando e se intensificando no decorrer da história do cristianismo ocidental. Para os hebreus, o pastor era aquele que zelava pelas ovelhas, sendo sempre cuidadoso, vigilante e amoroso. Os hebreus associavam essas características do pastoreio à provisão divina, conforme consta no Salmo 23, cuja autoria atribui-se à Davi, monarca de Israel: “O Senhor é o meu pastor; nada me faltará. Deitar-me faz em verdes pastos, guia-me mansamente a águas tranquilas”. Para os cristãos, textos do Novo Testamento bíblico aplicam essas características à Cristo. Um exemplo disso é a parábola do *Bom Pastor*, proferida por Jesus: “Eu sou o bom Pastor; o bom Pastor dá a sua vida pelas ovelhas. Mas o

mercenário, que não é pastor, de quem não são as ovelhas, vê vir o lobo, e deixa as ovelhas, e foge; e o lobo as arrebatou e dispersa. Ora, o mercenário foge, porque é mercenário e não tem cuidado das ovelhas. Eu sou o bom Pastor, e conheço as minhas ovelhas, e das minhas sou conhecido”. (João 10,11-14).

Essas características descritivas do pastoreio foram observadas por Foucault e a partir delas o filósofo tematizou sobre a forma como a Igreja ocidental passou a conduzir as condutas dos sujeitos através da pastoral das almas. Segundo o autor:

O pastor está a serviço do rebanho, deve servir de intermediário entre ele e os pastos, a alimentação, a salvação, o que implica que o poder pastoral, em si, é sempre um bem. Todas as dimensões de terror e de força ou de violência temível, todos esses poderes inquietantes que fazem os homens tremer diante dos poderes dos reis e dos deuses, pois bem, tudo isso se apaga quando se trata do pastor... (FOUCAULT, 2008, p.172).

Assim, partindo da perspectiva foucaultiana, entendo esse tipo de poder como uma forma de dirigir a conduta dos sujeitos a partir da condução da consciência, da condução da alma. Para usar as palavras do autor, trata-se de “um tipo de poder bem específico que se dá por objeto a conduta dos homens – quero dizer, por instrumento os métodos que permitem conduzi-los e por alvo, a maneira como eles se conduzem, como eles se comportam”. (FOUCAULT, 2008, p. 252). Assim, o poder pastoral se apresenta benevolente, zeloso pelo “bem-fazer” às ovelhas. É por isso que “ele não tem outra razão de ser senão fazer o bem”, visto que “o objetivo essencial, para o poder pastoral, é a salvação do rebanho”. (FOUCAULT, 2008, p.170).

Com base nos escritos do filósofo, podemos perceber, por volta do século XVI, uma “intensificação do pastorado religioso em suas dimensões espirituais e em suas extensões temporais (FOUCAULT, 2008, p. 308). A partir desse momento, o poder pastoral passou a ser significativamente intervencionista, influenciando a vida material, cotidiana e temporal dos indivíduos. Esse momento caracterizou-se por uma “assunção, pelo pastorado, de toda uma série de questões, de problemas referentes à vida material, à higiene, à educação das crianças”. (FOUCAULT, 2008, p.308).

Assim, percebo que uma primeira forma de proveniência das práticas de atendimento à infância – tanto em âmbito nacional quanto local – apresenta-se atrelada à caridade e a doutrinas religiosas, que fundamentadas em dogmas espirituais e transcendentais, pretendem conduzir a conduta dos homens nesse

mundo. Como exemplo disso, posso citar uma nota publicada, em 1859, no jornal *Diário do Rio Grande*, na qual está evidenciada com clareza a concepção de ação caritativa concernente aos expostos:

É certamente muito satisfatório para um paiz civilizado ter sociedades destinadas á alliviar ás dôres dos desgraçados que faltos de meios vêm-se privados de auxílios; para essas sociedades todas as classes são iguaes e as distinções são comuns; e os necessitados são attendidos com desvelos e carinhos. Na cidade do Rio Grande, temos preparado os alicerces de nova instituição benéfica, o que nós simpathisando altamente com as sociedades de caridade e beneficência publica, lhes agradecemos em nome dos que acharão nelas um allívio as penalidades do mundo, e como filho deste torrão nos congratulamos de ter no nosso seio corações desinteressados que praticam a verdadeira religião cuidando dos desvalidos.

Como menciona Foucault (2010, p. 58), a crença na salvação eterna viabiliza o exercício desse poder, pois:

Na medida em que os homens estão mais preocupados com a sua salvação no outro mudo do que com isso que se passa aqui em baixo, na medida em que querem verdadeiramente serem salvos, eles permanecem tranquilos e é mais fácil governá-los. Quanto mais os homens estão preocupados com a sua salvação no além, mais é fácil aqui embaixo governá-los.

Para complementar essa análise, trago as ações de uma das criadeiras de expostos como exemplo de caridade e benemerência ao próximo, publicada no jornal *Rio Grande*:

Ignacia Rodrigues Ramos parteira desde recuardos anos, viu o desapontar de muitas gerações que não de eternamente bendizer-lhe o nome [...]. Criava expostos da Santa Casa [...] e nessa árdua missão consumiu a maior parte de sua existência, constituindo-se uma benemérita do povo rio-grandense (*Rio Grande*, 24/03/1900).

O relatório de 1854 do ex-provedor da Santa Casa José Cosme dos Reis também menciona outros exemplos de ações caritativas desenvolvidas em favor dos expostos:

Tendo-me requerido Rita Maria de Oliveira, residente na Villa de S. José do Norte, a concessão de uma exposta que tivesse de 2 para 3 annos de idade, não para crial-a á custa da Misericórdia, mas sim gratuitamente por voto que fizeram por accasião de moléstia, submetti seu requerimento á consideração da mesa, que deliberou deferir-lhe favoravelmente, e em consequência disto lhe foi entregue a exposta n. 36 de nome Avelina, de 4 ½ annos de idade, a qual, não o recebia tratamento a que tinha direito sob a proteção da pessoa a quem estava confiada. Hoje tenho o prazer de anunciar-vos que esta orphan é cuidadosa e desvaladamente educada. Sorte igual, senão ainda melhor coube á exposta n. 6 de nome Amelia, que em 12 de

agosto de 1844 foi tirada da roda por uma família respeitável, que a tomou debaixo da sua tutela desde os primeiros dias de sua existência. Tem sido criada sem os auxílios da Santa Casa, e actualmente se acha no Rio de Janeiro em um collegio, onde recebe brilhante educação que lhe promete ainda mais prospero futuro.

Para compreendermos um pouco das práticas que envolviam o atendimento aos expostos dentro desta lógica, destaco a seguir alguns excertos do Regimento da Roda dos Expostos da Santa Casa do Rio Grande (1850). Dentre os aspectos trazidos nesse documento está o papel da administração da repartição dos expostos e dos empregados envolvidos na criação dos enjeitados<sup>29</sup> até completarem seis anos de idade.

A administração do sistema assistencial para as crianças expostas na Roda encarregava-se pela gestão econômica e dos funcionários responsáveis pela criação, educação e assistência médica dos expostos. O artigo 2º do Regimento especifica essa função:

Art. 2º. A estes administradores compete o governo administrativo e econômico dos negócios relativos aos expostos, obrando cada um per si nos casos de sua privativa competência ao diante declarados, e propondo de commum accôrdo ao provedor, para este levar ao conhecimento da mesa quando não lhe compita decidir definitivamente, tudo o que julgarem conveniente sobre o melhor modo de dirigir os mesmos negócios, em benefício do melhoramento e prosperidade da condição dos expostos.

O governo administrativo e econômico da roda era exercido pelo irmão mordomo. Cabia a ele inspecionar e velar pela criação e educação dos expostos entregues à Santa Casa. Ao tratar dos deveres e atribuições do irmão mordomo, o Regimento registra a preocupação em batizar as crianças expostas, que não possuíam declaração de já o estarem, antes que saíssem da Roda.

Contudo, fazendo uma leitura atenta de todo o documento, veremos que, embora a grande motivação para o atendimento às crianças na roda tenha sido a salvação da alma dos recém-nascidos, buscava-se, também, salvar-lhes a vida, como se pode depreender no artigo citado a seguir:

Art. 10º, II, VIII. Compete e é do dever do irmão mordomo dos expostos:[...] Entregar as crianças ás amas externas, á vista dos despachos do provedor, verificando a identidade das pessoas a

---

<sup>29</sup> "No Brasil, desde a colônia até a crise do império, no final do século XIX, a criança abandonada era tratada pelos termos "expostos" e "enjeitados". Esses termos correspondiam ao tipo de abandono mais comum para o período, qual seja, o de recém-nascidos, e se consubstanciavam nas práticas de enjeitar as crianças expondo-as em locais onde seriam, muito provavelmente, recolhidas." (TRINDADE, 1999, p. 3).

quem os referidos despachos iacumbirem a criação dos expostos [...] tendo sempre todo o cuidado para que estes sejam bem tratados, tanto por parte das amas no seu aleitamento, como pelo que diz respeito ao vestuário, curativo e asseio; e que o edifício, móveis e utensílios se conservem constantemente no melhor estado de limpeza, as camas enxutas e decentes e as roupas bem lavadas.

O atendimento médico existente na roda também evidenciava essa preocupação. Aos médicos cabia:

Art. 23. [...] visitar o estabelecimento, ao menos uma vez por dia, no caso de haver algum exposto enfermo, e mais de uma vez, quando moléstias graves o exigirem; determinar o curativo dos expostos enfermos; dirigir o tratamento ordinário dos expostos no estado de saúde, indicando à regente e às criadeiras externas os alimentos que lhes forem mais convenientes, e a aplicação dos meios que a higiene aconselha para que se criem os expostos com saúde e robustez; inscrever os números e nomes dos expostos que adoecerem, em um livro que haverá na Santa Casa para esse fim, com designação das moléstias que padecerem e de que falecerem; acrescentando as observações que julgarem convenientes, e que possam servir para a estatística higiênica das moléstias dominantes nos expostos; vacinar os expostos, logo que por sua idade e saúde se achem em circunstâncias de poder receber a vacina.

Assim, podemos compreender que as práticas de atendimento difundidas nessa instituição visavam a salvação do necessitado, oferecendo ajuda material como: alimento, roupas e medicamentos (salvação do corpo); e o batismo (salvação da alma).

No decorrer do documento, é possível perceber a organização de três momentos distintos no atendimento às crianças expostas: o primeiro, compreendendo os bebês, aleitados pelas amas-de-leite; o segundo, envolvendo as meninas de até seis anos e os meninos de até sete anos de idade, entregues às criadeiras; e o terceiro, abrangendo as crianças que completavam seis e sete anos, que passavam a ser educadas por pessoas que se dispunham a encarregar-se gratuitamente. Podemos observar essa organização nos artigos a seguir:

Art. 30. Todos os expostos, sempre que seu estado o permitir, serão tratados na casa da roda, além do leite natural que puderem receber das amas, com amamentação artificial, e seguidamente com alimentos que se costumão dar às crianças em taes idades.

Art. 35. Os expostos serão tratados na casa da roda enquanto não aparecerem pessoas com a necessária capacidade, que queirão encarregar-se de sua criação, recebendo porisso a gratificação de dezesseis mil réis mensais até aos dezoito mezes de idade; e findos estes, a de doze mil réis por mez, até completarem a idade de seis anos as meninas e sete os varões.

Art. 46. Logo que as expostas tiverem completado seis anos de idade, e os varões sete, as pessoas encarregadas de sua criação devem declarar ao irmão mordomo se lhes convem ou não tel-os d'essa época em diante a seu cargo gratuitamente, com a condição de os educar da maneira que lhes fôr indicada pela administração dos expostos.

Nos jornais locais, eram publicados anúncios sobre a procura por amas-de-leite:

Santa Casa de Misericórdia. Procura-se uma ama de leite, para ser encarregada da criação de um exposto que se acha na casa da roda. O mordomo A. J. Soares Viana (*Rio Grande*, 18/5/1866).

O mordomo Antonio José Viana pela imprensa pede uma ama que esteja em boas condições para se encarregar da criação de um exposto recém nascido (*Rio Grande*, 19/9/1866).

Também eram emitidas notas sobre as crianças deixadas na Roda, bem como as indicações aos interessados em criar algum dos expostos.

A Santa Casa anuncia que na Casa dos Expostos existe uma creança para criar que será dada á pessoa que para isso se achar habilitada. O interessado deve dirigir-se a residência do Mordomo á rua da Praia 146 (*Rio Grande*, 4/1/1848).

Existe na Santa Casa uma exposta branca para se dar a crear; quem a pretender procure o mordomo das mesmas na rua da Praia 146, 1º andar (*Rio Grande*, 4/2/1848).

Existe na Santa Casa uma exposta recém-nascida para se dar a crear; quem a pretender dirija-se ao mordomo dos expostos, rua da Praia 146 (*Rio Grande*, 25/5/1848).

É pertinente observar que, com base nessa separação etária, a concepção de educação que aparece no Regimento dirigia-se às crianças maiores de seis anos e consistia em ensinar a ler, escrever e contar. O artigo 5º aborda, com clareza, essa compreensão de educação:

Art. 5º. V. Proporcionar meios de educação aos expostos, logo que estes tenham chegado à idade de seis annos as meninas, e de sete os varões –, debaixo das seguintes bases: Sendo varão, tratar-se-á de entregal-o à pessoa que o criou, se for capaz, obrigando-se esta, por termo que assignara perante a administração dos expostos, a mandal-o ensinar a ler, escrever e contar em alguma aula publica, e a prender qualquer officio ou indústria [...]. Sendo menina, tratar-se-á de deixal-a com a pessoa que a tiver criado, sendo honesta e capaz, e obrigando-se da maneira acima a mandal-a ensinar a ler, escrever e contar, coser, lavar e engommar.

É válido salientar, também, que desde esse momento começava-se a atribuir uma polaridade entre assistência e educação no atendimento à infância. Acreditava-se que o cuidado se vinculava ao atendimento às crianças de até seis anos e a educação às maiores. Outro fato relevante é que a maioria das crianças expostas tinha de zero a três anos. Esse dado demonstra a carência de outras instituições que atendessem a essa faixa etária, bem como a inexistência de políticas públicas para atender a essa demanda.

É importante mencionar, ainda, que durante os 54 anos de sua existência, a Roda dos Expostos instalada na cidade do Rio Grande recebeu centenas de crianças, porém mais da metade dos enjeitados morria dias após serem postos na Roda. Conforme Rodrigues (1985), as condições que conduziram a esse elevado índice de mortalidade eram: o estado de saúde debilitado com que a maioria chegava à roda; a falta de cuidado de algumas ama-de-leite; e a terrível epidemia da cólera, que também não poupava os pequenos. Os que sobreviviam a esse quadro eram criados na própria Santa Casa até chegarem à maioridade ou serem abrigados em casas de famílias.

Esses elevados índices de mortalidade dentro desta e de outras casas de expostos instaladas no país desencadearam, no final do século XIX, um movimento que visava a extinção das rodas dos expostos. Médicos e higienistas mobilizaram-se em campanhas que apregoavam o seu fechamento. Mais à frente, apresentarei detalhes desse movimento, ao abordar sobre o atendimento à infância rio-grandina como medida de segurança à população da cidade.

Devido à precariedade dos cuidados no atendimento aos expostos e considerando que a maioria das crianças expostas eram do sexo feminino, em 1861, foi instalado na cidade do Rio Grande um asilo voltado ao atendimento de meninas órfãs e desvalidas. Esta instituição foi planejada para auxiliar, complementar e,

posteriormente, substituir o atendimento prestado na roda. Passo a discorrer sobre ela, a seguir.

### 3.1.1.2 Asilo de Órfãs Coração de Maria (1861)

Como vimos anteriormente, a primeira alternativa criada em Rio Grande para o acolhimento de crianças foi a implementação da Roda dos Expostos, que abrigava crianças recém-nascidas. Contudo, mesmo com a criação dessa instituição, os problemas com as crianças abandonadas e com a mortalidade infantil na cidade permaneciam crescentes. Essa situação implicou na necessidade de criação de outras instituições responsáveis pela sobrevivência dos enjeitados. Em decorrência disso, foi inaugurado na cidade do Rio Grande, em 15 de agosto de 1861, o Asilo de Órfãs desvalidas Coração de Maria<sup>30</sup>.

Com o propósito de acolher meninas desde recém-nascidas, esta instituição foi idealizada por alguns membros da comunidade rio-grandina, tendo como um de seus principais colaboradores o coronel Miguel Tito de Sá, que atuou como presidente e diretor da Câmara do Comércio da Cidade do Rio Grande, da Companhia União Fabril e da Santa Casa.

Um dos objetivos iniciais da criação desse Asilo de meninas era dar continuidade às ações da Casa dos Expostos. Inicialmente, funcionava em uma casa situada no entorno da Praça 7 de setembro, conforme a seguinte nota publicada no jornal *Diário do Rio Grande* (1861):

Para o Asylo das Orphans Desvalidas, cuja instituição pretende-se crear em breve n'esta cidade, efectuou-se hontem a compra da propriedade de José Luiz da Silva, sita á praça Sete de Sete de Setembro.

Na década de 1950, porém, a casa foi atingida por um incêndio, deixando aproximadamente cinquenta crianças desabrigadas. Esse acontecimento fez com que as obras da nova sede, na Avenida Presidente Vargas, fossem aceleradas. Essa construção foi fortemente influenciada por médicos do município, como o “benemérito médico Dr. Laveira Maino Laurino”<sup>31</sup>.

---

<sup>30</sup> A instituição, atualmente denominada Educandário Coração de Maria, funciona em formato de semi-internato, no período da manhã até o final da tarde, atendendo turmas desde a Educação Infantil ao 4º ano do Ensino Fundamental

<sup>31</sup> Jornal Agora, Rio Grande, 11/08/2011.



Naquele momento, inclusive, foi sancionada uma Lei Municipal concedendo um auxílio extraordinário de duzentos mil cruzeiros ao Asilo de Órfãs Coração de Maria, evidenciado a importância atribuída à permanência da instituição no município.

MIGUEL DE CASTRO MOREIRA, Prefeito Municipal de Rio Grande, usando da atribuição que me confere o art. 62º, inciso II da Lei Orgânica, FAÇO SABER que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Artigo 1º - É concedido um auxílio extraordinário de Cr\$ 200.000,00 (duzentos mil cruzeiros) ao Asilo de Órfãs Coração de Maria, estimado às obras de construção de sua nova sede

Artigo 2º - O auxílio de que trata o artigo 1º, supra, será coberto com uma operação de crédito, mediante entrega de apólices ao par do empréstimo denominado "Unificação".

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO GRANDE, 9 de dezembro de 1950 (Lei nº 194 de 09 de dezembro de 1950)<sup>32</sup>.

Desde seu surgimento, as práticas realizadas no interior da instituição visavam amparar, educar e formar meninas órfãs da cidade, a partir das virtudes cristãs. Este fato reitera a perspectiva de atendimento à infância rio-grandina como prática de caridade e meio para a salvação das almas. As rotinas do Asilo ilustravam esse propósito. Eram organizadas de forma a oportunizar às recém-nascidas o aleitamento, o batismo e os cuidados com o corpo, já às internas maiores, aulas de catequese, costura e bordado, práticas educativas, conhecimentos culinários, entre outras atividades. Quanto a isso, uma das dirigentes do Educandário, a irmã Marilze Carbonera, que trabalhou na instituição há mais de quatro décadas, enfatizou que a intenção do Asilo “foi sempre preparar as meninas para que saíssem prontas para a vida, tornando-se mulheres feitas, assumindo a postura de ótimas donas de casa, para que pudessem viver dignamente”<sup>33</sup>.

A fim de situar com mais precisão os movimentos iniciais desta instituição de atendimento à pequena infância no Município do Rio Grande, recorro às publicações trazidas em jornais locais da época.

O *Diário do Rio Grande*, de 10 de agosto de 1861, noticia:

Comunicado – Um pensamento humanitário apareceu n’esta cidade e achou eco na sua filantrópica população – qual seja um asylo para orphans desassistidas d’este município. Este pensamento, verdadeira inspiração emanação do céu, vai em breve ser realizado pelos esforços e dedicação de alguns varões estimáveis, intérpretes

<sup>32</sup> Fonte: <http://camara-municipal-de-rio-grande.jusbrasil.com.br/legislacao/536980/lei-194-50>

<sup>33</sup> Jornal Agora, Rio Grande, 14/08/2011.

da Providencia, para quem o próprio impossível e' nada, quando se trata de um acto benemérito, com o concurso piedoso de todos, e sob o protetorado do nosso virtuoso prelado, Bispo d'esta provincia. Todos devem contribuir para tão santo fim [...] Santa Casa de Misericórdia creada para socorro dos míseros enfermos e amparos dos inocentes abandonados deve confraternizar-se. Lá educará suas expostas que também são orphans...

Esse noticiário foi publicado cinco dias antes da inauguração do Asilo e ressalta o caráter caritativo da instituição, bem como evidencia o propósito de atender às meninas expostas na Roda, instalada no hospital Santa Casa.

Nos dias que antecederam a inauguração do Asilo, o referido jornal emitiu o seguinte comunicado:

Asylo de Orphans Coração de Maria – Roga-se a todas as pessoas que se dignaram inscrever como benfeitoras do asylo para orphans desassistidas d'este município, de comparecerem, quinta-feira, 15 do corrente, às 10 horas da manhã no salão da Sociedade Euterpina, para proceder á eleição da respectiva directoria. Rio Grande, 12 de agosto de 1861. Miguel Tito de Sá”. (Republicado nos dias 13, 14 e 15 de agosto de 1861)

O *Diário do Rio Grande* continua evidenciando a importância do Asilo Coração de Maria para as meninas órfãs e desassistidas da cidade, na edição de 15 de agosto de 1861. E, no dia seguinte detalha os atos de sua fundação e lista os nomes da primeira administração eleita:

Presidente – Miguel Tito de Sá; Vice-Presidente – Dr. Pio Ângelo da Silva; Secretário – Joaquim Ribeiro da Silva Santos; Tesoureiro – Zeferino Alves Azambuja. Mordomos: Dr. Cândido Neves Pereira, Comendador José Victorino de Rezende, Antônio José de Azevedo Machado, Leopoldino José da Cunha, Comendador José Joaquim Cândido de Macedo, José Bernardino Teixeira Barbosa, Capitão-de-Fragata Antônio Caetano Ferraz, Comendador Thomaz José de Campos, Antônio José Viana, Comendador Antonio Teixeira de Magalhães, Antônio Teixeira Palhares.

Na semana seguinte, o jornal publica um convite da diretoria para a realização de um baile como iniciativa de arrecadar recursos para a instituição:

Sociedade Euterpina – O baile de beneficência em favor do Asylo Coração de Maria para Orphans terá lugar domingo 25 do corrente. As pessoas que se dignarem contribuir para tão humanitário fim, terão a bondade de exhibirem seus cartões de entrada. Começará às 8 horas da noite. Miguel Tito de Sá – Presidente (Anuncio publicado nas edições de 20 a 25 de agosto de 1861).

Anos mais tarde, o jornal *A Imprensa* noticia as comemorações de aniversário como, por exemplo, na edição de 26 de agosto de 1866: “O Asylo Coração de Maria comemora o 6º aniversário de sua instalação, **cujos resultados são fruto da caridade de seus benfeitores** e do desvelo de seu presidente Miguel Tito Sá”.  
[Grifo meu]

Naquele mesmo ano, foi publicado no *Diário do Rio Grande* o relatório da diretoria, segundo o qual: as asiladas que “eram em número de 17 recebiam a educação moral e literária que convém a futuros membros uteis da sociedade. E o colégio do asilo era frequentado por 40 alunas”. (*Diário do Rio Grande*, 15/09/1866).

Um aspecto importante de ser destacado são as diversas recorrências de anúncios que mencionam as obras caritativas empreendidas naquele estabelecimento e em favor das crianças asiladas. A seguir alguns excertos:

A função concedida por Albano Pereira em benefício do Asylo Coração de Maria esteve esplendida. As asiladas daquele pio estabelecimento assistiram á função. Trajavam ellas as vestes da inocência. Creanças arrojadas aos tufões do mundo, o que dellas seria, se não encontrassem para recebê-las aquele pio estabelecimento. O filantrópico e distinto artista Albano Pereira deve estar satisfeito, porque gravou em sua gloriosa carreira artística mais um monumento á caridade (*Diário do Rio Grande*, 1876).

O Asylo das Orphans desvalidas do Coração de Maria desta cidade, que com tantos embaraços tem lutado por falta de renda suficiente para acudir suas despesas [...] reanima-se agora graças á boa vontade do caridoso cidadão que na qualidade de presidente, comquanto interino, há dous annos tomou a si a louvável e trabalhosa tarefa de erguer aquele pio estabelecimento. E de facto! Socorrido apenas pelo óbulo público, e ultimamente como produto de uma loteria, o déficit, desappareceu do asylo, e as pobrezinhas asiladas acham-se mais satisfeitas, enroupadas e no goso de notáveis comodidades que se lhes tem proporcionado com os melhoramentos que tem recebido o estabelecimento, de que muito carecia. Agora está ali fazendo se um espaçoso jardim com carramanchão, que também era de mister, não só pelo bemestar hygienico que as flores oferecem a um estabelecimento ocupado por tão crescido numero de pessoas, como para passatempo e recreio daquelas pobres creanças nas horas do dia que ellas poderem dispor (*A Imprensa*, 1877).

No contexto desta instituição, destacam-se, assim, práticas de atendimento à infância vinculadas às ordens religiosas e à caridade da comunidade cristã rio-grandina. Desse modo, podemos dizer que as práticas dessa instituição também se configuraram como uma forma de governo, baseada em princípios transcendentais e divinos. Constituem-se em práticas de auxílio às desvalidas a

partir da noção de caridade e benemerência. Esses valores fundamentavam-se na concepção fortemente difundida na época, de que a vida terrena era transitória, mas que o socorro prestado aos necessitados seria uma forma de superá-la e de alcançar o caminho para a salvação eterna, conforme foi abordado anteriormente.

Assim, a partir das análises realizadas até o momento, pode-se compreender que, em Rio Grande, as práticas de atendimento às crianças pequenas apresentavam-se, em suas primeiras formas, como atos de beneficência ao próximo. Tais atos eram desenvolvidos por organizações religiosas, que prestavam assistência material, moral e espiritual às crianças que estavam sob os seus cuidados. Ao mesmo tempo em que se constituíam enquanto meio para a salvação das almas, essas práticas possibilitavam conduzir as condutas dos sujeitos através de verdades religiosas, que aplicavam os ensinamentos cristãos como mecanismos para intervir sobre a vida da população rio-grandina, determinando a maneira como essa deveria se conduzir aqui na Terra.

Nesse primeiro recorte histórico, é possível perceber que esse princípio norteador do pensamento da época possibilitava exercer um poder sobre a conduta dos rio-grandinos, com base na crença de uma vida após a morte. Apregoava-se à população rio-grandina a promessa da salvação, portanto, cabia aos interessados empenharem-se em serem suficientemente bondosos e solidários para alcançá-la, na eternidade. Dessa forma, por meio do discurso religioso, que instituíra verdades sobre a população, era possível exercer o governo dos rio-grandinos. Tanto o atendimento realizado no Asilo Coração de Maria quanto o prestado na Roda dos Expostos podem ser compreendidos como práticas, através das quais a verdade religiosa se manifesta. Sendo assim, as práticas de caridade e benemerência, que caracterizavam o atendimento à pequena infância naquele período, podem ser compreendidas dentro de uma conjuntura de regras e valores preponderantes que normatizavam a conduta dos rio-grandinos. Essa verdade instituíra e delimitava padrões morais de conduta para aqueles que visavam a salvação eterna. É pertinente ressaltar que essa salvação tem também uma implicação terrena, na medida em que aparece como possibilidade para qualificar a vida do rio-grandino na Terra. Por esse motivo, podemos assim compreender que, em Rio Grande, as primeiras formas de atendimento aos bebês e as crianças bem pequenas operavam por meio da caridade e benignidade ao próximo com o propósito de salvar, aqui e no além, tanto o necessitado quanto o que presta o auxílio.

No que se refere à salvação da criança, cabe inferir ainda algumas análises. Para isso, trago as contribuições de Corazza (2000). Em seu estudo, intitulado *E os pequeninos, Senhor?*, a autora analisa o discurso ocidental acerca do infantil, a partir de dois eixos: o de sua inocência e o da culpa efetiva. Corazza (2000) examina alguns deslocamentos desses dois eixos no Sacramento do Batismo e na Pastoral Educativa, considerados pela autora como práticas de governo da infância ou, em suas palavras, “governo dos infantis”.

Para o catolicismo romano, toda criança tinha uma mente a ser desenvolvida e uma alma a ser salva. “As crianças eram concebidas como socialmente marginais e como sujeitos aprisionados ao Pecado Original: naturalmente orientados ao mal, e necessitados de correção controle e formação”. (CORAZZA, 2000, 79). Sendo assim, o sacramento do batismo operava – e ainda opera – como possibilidade de libertação do pecado, purificação e salvação. Ao ser batizada, as crianças culpadas, passavam a ser lavadas do pecado, sepultando sua velha natureza pecaminosa, tornando-se finalmente inocentes. Desse modo,

Pelo batismo, as crianças nasciam de novo, não mais da família natural, e sim da família espiritual, cuja acolhida era imprescindível, porque as crianças não eram inocentes, haja vista a quantidade de sofrimentos que padecem [...] só o batismo abria "o caminho da salvação (CORAZZA, 2000, p. 81).

Considerando, assim, a análise empreendida pela autora, compreendo que o segundo eixo, o da "culpa", foi articulador das primeiras práticas de atendimento à infância rio-grandina. Esse eixo oportunizou “o exercício recorrente das relações do poder adulto com uma infância faltosa e carente”. (CORAZZA, 2000, p. 69). Nesse contexto, segundo a autora, a vida da criança, seu corpo e sua alma são capturadas pelas instruções catequistas, pelo exame e pela condução contínua da consciência, instrumentos apropriados pelo cristianismo.

O estudo realizado por Senna (2002) oferece elementos que sustentam essa compreensão. Nele, a autora analisa as concepções de infância e criança que aparecem no *Almanak Litterario e Estatístico do Rio Grande do Sul*, no período de 1889 a 1899. Esse almanaque era uma publicação desta cidade e frequentemente apresentava exposições sobre a infância. Analisando os primeiros dez anos de publicação, Senna (2002) percebe que algumas narrativas apontavam a natureza má das ações infantis. Dentre as histórias apresentadas pela autora está “A invejosa”. (1890) e “Crueldade infantil”. (1893):

Ao destacar o sentimento da inveja, o rio-grandino A. S. Pires, autor do texto, nos narra a história de uma menina com inveja [...] que fica furiosa e incorre em novos delitos. Segundo o autor por conta da “inveja” é que a menina piorou sua condição inicial e acredita ele “de quantos males não é ela a causa neste mundo! “. (SENNA, 2012, p.192).

O tema da crueldade infantil é relatado na proeza de uma menina que, às escondidas da mãe, abriu a gaiola do canário para ver a reação deste diante do gato que o espreita. A menina ainda é descrita como sanguinária e raivosa, uma vez que os ataques contra as pobres bonecas são sempre lastimáveis (SENNA, 2012, p.192).

Mais tarde, essa “culpa infantil” começa a fazer parte do pensamento ocidental que passa a ver a criança com as lentes da cientificidade. Tal concepção abre caminho para as práticas educacionais na instituição escolar. No caso do Asilo Coração de Maria, hoje denominado Educandário Coração de Maria, podemos visualizar as diversas modificações que passou ao longo do tempo. Suas rotinas foram se firmando e, gradualmente, o que era um lugar de abrigo e amparo para as crianças órfãs e desvalidas, foi, ao longo do tempo, assumindo a condição de uma instituição educacional.

Sobre as práticas de atendimento à pequena infância operada nessa nova racionalidade é que a próxima subseção se debruça. Nela a infância passa a ser produzida não mais tanto pelo discurso religioso, mas principalmente pelos discursos científicos, como veremos a seguir.

### **3.1.2 O atendimento à infância rio-grandina como medida de segurança à população da cidade**

Com o fim do período Colonial e do período Imperial, a última década do século XIX e os primeiros anos do século XX marcaram um novo período na história do Brasil. Caracterizada por mudanças significativas nas formas de vida da população brasileira, a Primeira República também trouxe implicações decisivas para a população rio-grandina.

Como foi possível perceber, até meados do século XIX, o atendimento à infância na cidade do Rio Grande caracterizou-se por uma fase caritativa. Esta permeou as práticas de assistência realizadas na época também em âmbito nacional. Conforme Marcilio (1998, p.134) o que norteava essas práticas era o “sentimento da fraternidade humana, de conteúdo paternalista, sem pretensão a mudanças sociais”. Já a partir do final da década de 1890, o assistencialismo é

caracterizado por uma outra fase, denominada por Marcilio (1998), de filantrópica. Não se tratava mais de uma ação caritativa, mas de uma “filantropia [que] tinha por escopo preparar o homem higiênico (capaz de viver bem nas grandes cidades, em boa forma e com boa saúde), formar o bom trabalhador, estruturar o cidadão normatizado e disciplinado”. (MARCILIO, 1998, p. 207).

Precisamos atentar para o fato de que que essa transição não se deu de forma imediata, mas gradualmente. Segundo Marcilio (2006, p. 78), “a caridade, confrontada com uma nova realidade econômica e social, foi absorvendo objetivos e táticas da filantropia”, enquanto que “a filantropia, por sua vez, não abandonou inteiramente os preceitos religiosos”.

Considerando isso, o propósito desta subseção é evidenciar essa passagem da caridade para a filantropia, bem como a inserção gradativa do higienismo nas práticas de atendimento às crianças de zero a três anos em Rio Grande, entre o final do século XIX e início do XX.

### 3.1.2.1 *Casa das Órfãs e desvalidas São Benedito (1900)*

Na virada do século XIX para o XX, a cidade do Rio Grande tornou-se um local “privilegiado de análise por ser um dos principais núcleos urbanos do Estado, único porto marítimo do Rio Grande do Sul e, por esse motivo, foi porta aberta aos imigrantes, com seus mais variados costumes e culturas, como também com suas moléstias características”. (CRUZ, 1998, p. 2).

De acordo com Cruz (1998), a falta de infraestrutura do Município para atender à crescente demanda populacional propiciou a proliferação de doenças epidemiológicas. Estas doenças, em especial a febre amarela e a varíola, desencadearam uma grave crise nas esferas econômica, política e social desta cidade.

Jornais locais publicados naquela época oferecem um panorama das condições de vida da população, ao noticiarem o caos enfrentado pela cidade:

[...] A epidemia existente na cidade do Rio Grande apresenta-se com o caráter de uma moléstia infecciosa [...] foi se propagando vagarosa, mas invasora, de porta em porta, de casa em casa, de tal sorte que só a rua Francisco Marques oferecia nos meses de abril e maio, uma letalidade de perto de 14 pessoas, dando-se em algumas casas mais de um. [...] O quadro mórbido que vos acabo de expor, só tem um equivalente em nosologia médica, o da febre amarela. Qualquer que seja, porém, o diagnóstico que se lhe queira dar, não resta a menor dúvida de que se trata de uma enfermidade infecciosa, epidêmica, de prognóstico sério, pois que se calcula de 25 a 50% o número de

casos fatais e contra a qual acho prudente que nos acautelemos se não a quisermos ter amanhã dentro dos muros desta cidade. 9 de junho de 1900 (*Diário do Rio Grande*, 22/06/1900).

Com o elevado índice de mortalidade existente naquela época, muitas crianças ficaram órfãs. O jornal *Echo do Sul* anuncia essa calamidade, ao noticiar óbitos de pais e mães e conchamar à comunidade rio-grandina que se compadecesse das crianças que ficavam à mercê da orfandade:

Victimada pela varíola sucumbiu esta madrugada, sendo pela manhã dada á sepultura, D. Rosária Gadanha, de nacionalidade italiana, moradora á rua Benjammin Constant n. 58. Aquela senhora era casada e deixa 8 filhos menores, entregues á miséria, pois seu marido vive da venda de bilhetes, luctando contra mil dificuldades [...] (*Echo do Sul*, 29/08/1904).

[...] Theodoro Alves, a vítima infeliz da varíola que a morte arrebatou, deixando seis desgraçadas creanças no mais horrível abandono e atacada do mesmo terrorífico mal [...]. Jamais se reuniram tão estreitamente, em convívio horripilante, como agora, as três origens do infortúnio: miséria, doença e orfandade! (*Echo do Sul*, 13/09/1904)

Frente a essa situação, como medida provisória, foi instalada na cidade do Rio Grande a Casa das Órfãs e desvalidas São Benedito para acolher as crianças que estavam ficando desamparadas. Considerando que há três anos a Roda de Expostos da cidade havia sido extinta, pensou-se então em outra alternativa para atender essas crianças. Assim, “Inaugura-se o Asylo de Órphãs denominado São Benedito. O estabelecimento pio funciona à rua Yatahy 64 e conta já com doze creanças recolhidas é directora Maria Faustina Viana”. (*Echo do Sul*, 26/01/1900)

É importante atentar para o fato de que, a partir do momento em que as crianças passam a ser concebidas como parcela de uma população – “a infantil” -, outras relações de governmentação vão sendo configuradas. Como menciona Corazza (2000, p.71), inaugura-se uma nova forma política que incorpora a antiga tecnologia de poder pastoral, originada no Oriente, mas que a amplia por todo o corpo social, “encontrando apoio não mais em uma instituição religiosa, mas numa multiplicidade institucional, do qual fará derivar sua tática individualizante, a um só tempo pastoral e política”.

Um relatório de 8 de outubro de 1901<sup>34</sup>, contido no acervo do Arquivo Municipal traz detalhes sobre essa instituição e pode oferecer elementos

---

<sup>34</sup> “Casa das Orphãs e Desvalidas de S. Benedito”, na cidade do Rio-Grande, em 8 de Outubro de 1901. Directora ad.hoc: Maria Faustina da Silva Viana.



importantes para a compreensão dessa nova racionalidade política que se inicia. Passarei a descrevê-lo a seguir.

A denominação efetivamente adaptada foi a de “Casa das Orphãs e Desvalidas de S. Benedito”, porque, realmente, pretendia-se e pretende-se estabelecer com modos proporcionados e separados, onde tenhamos abrigo as orphãs que não têm amparo paterno e as desvalidas que estão privadas de decorros mais immediatos. A actual casa é, porém de proporções muito exígua e necessário se torna obter recursos para amplial-a.

A denominação pela qual o pequeno estabelecimento é geralmente conhecido de “Asylo de S. Benedito” não altera, no entretanto, os fins em projecto e em andamento de “Casa das Orphãs e Desvalidas”, porquanto a realização dos maiores benefícios for-se-ha tão logo como as circunstancias mais prosperas a permittam.

Naquela ocasião, já constavam na instituição quinze meninas com idades entre zero e quinze anos, conforme o relato abaixo:

Assim é que consta actualmente n'este “Asylo” 15 orphãs de menor idade de 15 annos; tendo já encaminhado 3 para serem educadas em outros estabelecimentos de maiores recursos, mas ainda por conta d'este Asylo, e mais 2, maiores, empregados em casas de família.

– Entre as actuais consiste uma de 12 annos, que entrou tão doente e rachitica, que mal podia caminhar e falar: hoje. Mercê de Deos, o seu estado physico é muito outro e já trabalha e estuda , porque, n'esta humilde casa apprende-se tudo quanto é possível aprender-se, em primeiras letras e em serviços domésticos.

Uma outra de 6 annos de idade, aleijadinha e paralytica das pernas, já ‘vai’ melhorando e já apprende alguma coisa, sendo, como é intelligente.

No decorrer do relatório, a ênfase recai sobre o atendimento às crianças menores de três anos.

Uma de 3 annos há poucos dias entrada, foi trazida pela própria mãe, quase cadáver, dizendo que pedia a sua admissão para não ver morrer a filha. O seu estado é tão crítico de desfallecimento completo, que ainda não fala nem caminha. A´ esta infeliz criaturinha só a Divina Providência, com a sua Misericórdia poderá dar vida!...

Uma outra inocente de um anno, muito doentinha, foi aceita, apesar de não ser orphã porque os seus pobres pais não a podem manter regularmente.

E, finalmente, a uma outra de 6 mezes, também doentinha, não era possível negar a caridade, nas tristes circunstancias em que foi apresentada.

Neste relatório, a diretora salienta que era impossível atender à crescente demanda das meninas que apareciam à casa, principalmente devido às carências do prédio em que funcionava.

De bom agrado, receberia a diretora *ad. hoc*<sup>35</sup> um maior numero de órfãs e desvalidas, se o acanhado prédio em que funciona e os fracos recursos financeiros permitissem.

Uma mudança para prédio mais proporcionado traria reais vantagens mas maiores despesas, quando se para a manutenção do actual pobre estabelecimento lucta-se com grandes dificuldades, tanto peor sendo o Asylo de maiores proporções e com maior numero de asyladas.

Na sequência do documento, é feito menção a uma ajuda de custo oferecida pela Intendência Municipal e que foi aplicada aos gastos com medicamentos.

A subvenção que o Asylo tem de receber d'essa digníssima Intendencia, da importância de 500.000 réis, vai ter uma applicação justificada: servirá para ser amortizada a pezada divida que o estabelecimento já tem, de remédios para tantas infelizes, e divida que já monta a maior valor, em mais de uma pharmacia.

É importante reiterar que no contexto social da época, inaugurava-se um cruzamento do discurso religioso com o discurso científico, que naquele momento avançava significativamente, com “o progresso da física e da química, e da própria bacteriologia, iniciada por Pasteur e Koch, modificando até mesmo as concepções das doenças -, quando se procura combater os miasmas e os microorganismos, medicar e sanar”. (CRUZ, 2001, p.92).

Nesse entrecruzar de discursos e concepções, as práticas caritativas e de benemerência às crianças asiladas ainda assumiam destaque, como registra o relatório da Casa das Órfãs e Desvalidas de São Benedito:

O “Asylo”, tem sobre o seu pobre tecto, uma boa comapanheira de trabalhos, preta, de 40 e tantos anos de idade, que entrou desvalida, doente, sem recursos, e que hoje não se pode considerar tal, porque já tem prestado e está prestando bons desinteressados serviços ao estabelecimento: o que me e grato communicar. [...] Occórre, ainda, que o Asylo, segundo se vê pela circular inclusa, não se limita a manutenção propriamente das asyladas, que ao mesmo tempo recebem uma modesta instrucção intelectual e domestica como também soccorro, quanto possível, segundo as fracas forças de que dispõe, as pobres externas, inclusive a chamada pobreza envergonhada, em seus tristes anceios de miséria. E esta, infelizmente, e bem conhecida por todos quantos, nas vagas dos seus trabalhos sociais, têm o coração piedoso instigando-os a visita dos albergues das desvalidas, para lá conhecerem quanto dóe, moral e physicamente, a necessidade, a fome, o frio e a doença, dór, enfim, do corpo e da alma! A infrascripta leva mais longe de que deveria estas considerações, porque sabe que falla á um coração já provado na caridade com que tem se dignado proteger o nobel Asylo.

---

<sup>35</sup> Trata-se de uma expressão latina cuja tradução equivale a "para fim específico" ou "para esta finalidade".

Os jornais da época também reforçavam essas práticas, ao conclamar à sociedade rio-grandina que prestasse auxílio às crianças órfãs:

Quem dá aos pobres empresta a Deus; e vós, que possuis pais, irmãos ou filhos; vós, que sabeis compreender a profundidade da desgraça e avaliais quanto é doloroso a miséria de um lar onde falta o chefe; vós que fostes educados nos santos princípios da moral cristã e que estremeceis de dor ao ouvirdes a narração de uma história triste, escutai a voz da consciência, que nesta desoladora circunstância nos convida a estender a mão aos desgraçados órfãos sem amparo. Dai, dai-lhes uma esmola! (*Echo do Sul*, 13/09/1904).

Frequentemente, o jornal *Echo do Sul* emitia notas que elucidavam críticas à Intendência Municipal, quanto às condições de vida da população desta cidade. Ao referir-se ao contexto da época, o referido jornal destaca:

Quando se esperava o declínio espontâneo das epidemias que balanceiam a alma rio-grandense, eis que os elementos de destruição recrudescem assustadoramente, à sombra da revoltante indiferença de todos quantos tem a obrigação imperiosa de zelar pela saúde pública! É tétrico, horrível e inenarrável o que se passa! Enquanto traçamos estas linhas, por entre as comoções que a piedade nos desperta, quantas lágrimas, quantos suspiros doloríssimos, quantas dores, quanto luto vai por esse Rio Grande desolado! (*Echo do Sul*, 12/06/1905).

Esse jornal é incisivo ao relatar que as condições precárias de higiene, os cortiços aglomerados e insalubres, e a ausência de intervenções saneadoras foram condições facilitadoras para a proliferação da varíola nesta cidade, tal como ilustra a publicação a seguir:

As carroças que fazem o serviço de remoção escolheram atualmente para despejo do lixo um lodaçal existente no fim da rua Zalony, além da antiga praça das carretas. Os resultados dessa imprudência far-se-ão sentir inevitavelmente no futuro. Condenada pela ciência a prática de aterrar ruas com lixo, ela não devia ser mantida, máximo numa situação sanitária deplorável como a que atravessamos (*Echo do Sul*, 07/05/1905).

Ao mesmo tempo em que apontava para as ações sanitárias como solução para a cidade, esse mesmo jornal também incentivava os rio-grandinos a buscarem a intervenção divina:

Haverá na próxima sexta-feira uma procissão de preces para que a Misericórdia Divina se compadeça desta população flagelada pela varíola, que tem ceifado tantas vidas preciosas e enlutado inúmeras famílias. O préstito religioso se deslocará da igreja Matriz, às 5 horas da tarde, figurando neles os andores do Coração de Jesus e de N.S.

do Rosário, este carregado pelos respectivos irmãos e aqueles pelas zeladoras do Apostolado da Oração (*Echo do Sul*, 31/01/1905).

Podemos perceber aqui, um desejo de evitar a morte na cidade, porém as causas das doenças recém estavam começando a ser descobertas, assim como as práticas de prevenção necessárias e as medidas para combatê-las. Por esse motivo, as instituições sanitárias aparecem nesse contexto muito mais como fonte de fiscalização do que de cura.

O contexto da época nos ajuda a compreender que as práticas de atendimento às crianças na Casa das Órfãs e Desvalidas de São Benedito, em Rio Grande, combinavam *caridade* e *filantropia*. Com isso percebemos que não se trata, portanto, de um processo de substituição de uma pela outra. Afinal, práticas caritativas continuam existindo ainda hoje em instituições de atendimento à pequena infância. Esse fato evidencia que há continuidades históricas e, ao mesmo tempo, ênfases diferentes sobre essas práticas, de acordo com as verdades de cada época. Por isso, no período de virada do século XIX para o XX, vemos que verdades religiosas continuaram norteando as práticas de atendimento às crianças nessa cidade, mas também outras verdades começaram a circular – como as instituídas pela ciência médica e sanitária –, conduzindo os costumes e as atitudes da população em geral, trazendo implicações específicas sobre a população infantil.

De acordo com os registros encontrados, a Casa das Órfãs e Desvalidas de São Benedito foi inaugurada do ano de 1900, sendo possivelmente a primeira instituição de atendimento à infância criada em Rio Grande após a Proclamação da República. Essa nova forma de regência do país entendia que era preciso definir uma política de saúde pública, já que as cidades estavam se expandindo desordenadamente e as doenças se proliferando por toda a parte. Nesse momento, em Rio Grande, “instituem-se normas de intervenção para atuar sobre o espaço urbano. Lançando mão do Código de Posturas e da legislação estadual, a Intendência Municipal do Rio Grande busca ordenar e higienizar a cidade, com o objetivo de evitar o caos” ainda maior (CRUZ, 1998, p. 7).

Segundo Pedroso (2008), nesse contexto de ideias de saneamento atrelado ao progresso, a Intendência Municipal buscou o apoio do engenheiro sanitário Saturnino de Brito para a construção de um plano de saneamento para essa cidade. O projeto partia do seguinte lema “sanear para atingir o progresso” e apresentava

soluções para a resolução do problema de abastecimento de água e rede de esgotos na cidade, mas também previa “mudanças nos hábitos da população, acostumada até então com uma cidade fétida, imunda, doentia e carente”. (PEDROSO, 2008, p. 56).

Contudo, como apresentei no Quadro 4, trazido no início deste capítulo, apesar deste momento ter sido de intensos movimentos de higienização em prol da vida, sustentado pela produção de saberes científicos, em 1918, o nível de mortalidade no Município superou o de natalidade. De acordo com Torres (2009, p. 85), naquele momento se registrava “altíssima mortalidade infantil: 670 foi o número de crianças mortas abaixo de 2 anos, ou seja, 48,24% dos nascimentos”. No final daquele ano,

O índice de mortalidade infantil era dos mais altos do mundo para aquele período, pois cerca de 50% das crianças que nasciam acabavam falecendo até os dois anos de idade, em consequência das precárias condições de higiene e da desnutrição. Alimentos impróprios para o consumo, como o leite deteriorado em virtude da falta de refrigeração ou mesmo adulterado, agravavam o problema. Daí que a maior causa de morte infantil era o aparelho digestivo. As precárias condições de informação e escolaridade da população adulta favoreciam as péssimas condições higiênicas nos cuidados das crianças (TORRES, 2009, p. 80).

Ao olhar para esses dados, percebo a relação de imanência entre os acontecimentos. Baseada no pensamento foucaultiano, posso dizer que não se trata aqui de uma relação de causa e consequência, nem de uma sucessão ligando práticas separadas. Pelo contrário, percebo aqui a simultaneidade, a coincidência, a presença mútua de acontecimentos que compõem essa história. Isso implica na “história dos percursos acidentais, do disparate”. (RESENDE, 2005, p. 3), onde não se encontra a identidade inédita e preservada das coisas, “mas o seu disparate, os seus desvios acidentais, a sua desavença”. (RESENDE, 2005, p. 2). Esse fato reafirma o que pontuei no primeiro capítulo desta Dissertação, acerca da história não ser algo calmo que se dê de forma linear onde um acontecimento apareça após o outro, estabelecendo uma grande continuidade. Longe disso, “a história se dá num embate de forças e tensões, nos conflitos, nos acidentes, nos desvios, na proliferação, confusão e dispersão dos acontecimentos”. (LOKMANN, 2014, p. 5).

Compreendendo isso, passarei a abordar sobre o momento histórico em que a ênfase sobre as práticas de atendimento à pequena infância, em Rio Grande, baseadas na filantropia higiênica adquiriu uma visibilidade ainda maior. Nesse

contexto veremos que o saber estatístico, por exemplo, foi colocado em funcionamento como uma potente tecnologia para o gerenciamento dos riscos sociais. “O efeito do saber-poder das estatísticas possibilitou mapear zonas vulneráveis ao risco o que permitiu intervir no local para modificá-lo”. (TRAVERSINI e BELLO, 2009, p. 145). Um exemplo disso, foi o mapeamento realizado na cidade do Rio Grande na década de 1930, que conduziu à criação de um dispensário infantil no bairro Cidade Nova para intervir nessa zona considerada, na época, como de risco à população desta cidade.

### 3.1.2.2 *Dispensário infantil Augusto Duprat (1932)*

Como vimos, desde o final do século XIX, a ação sanitária do Estado mobilizou-se a combater as epidemias na cidade do Rio Grande. Sendo um dos principais núcleos urbanos do Estado que recebia um número elevado de imigrantes, o Município encontrava-se vulnerável a uma série de doenças, pestes e epidemias. Em decorrência disso, médicos sanitaristas, influenciados pelos conhecimentos da bacteriologia e da teoria miasmática, desenvolveram campanhas de higienização da cidade. Dentre as ações empreendidas estavam: o isolamento hospitalar dos doentes e as desinfecções; e ações de melhoria da salubridade do município (CRUZ, 2001).

Nesse outro momento histórico, o corpo da criança passa a ser percebido como “necessário para as novas relações comerciais, para a riqueza econômica, para o novo sistema de crédito, para as possibilidades culturais e artísticas, para a urbanidade, a civilidade, as boas maneiras”. (CORAZZA, 2000, p. 70). E, para a produção desses corpos infantis:

[...] é preciso conhecê-los, em suas mais ínfimas particularidades e idiosincrasias, para os classificar, dentro da massificação populacional. Somente as ciências – as denominadas “humanas” – sistematizarão os saberes e os poderes necessários para normalizar esse novo “infantil”. A partir delas, nunca mais as palavras e as coisas de infância serão enunciadas apenas pelo poder espiritual [...] mas disciplinadas, e dispostas como peças, na complexa construção estratégica da governamentalidade moderna: para aquém e muito além dos eixos enunciativos da inocência e da culpa (CORAZZA, 2000, p. 70).

Os médicos-higienistas passaram a desenvolver estudos acerca da epidemiologia e indicavam o que deveria ser feito, em termos de higiene, para combater o proliferamento das doenças na infância. Além disso, a puericultura era

considerada como uma forma privilegiada de divulgação de normas racionais de cuidados à infância. (KUHLMANN JR., 2011). Essa concepção influenciou as instituições de atendimento à criança pequena até as últimas décadas do século XX, principalmente, no que tange às criações das creches.

Uma das instituições de atendimento à infância criada no município do Rio Grande com traços dessa nova concepção foi o Dispensário Infantil Dr. Augusto Duprat<sup>36</sup>, fundado em 1932.

Figura 1 - Dispensário Infantil Dr. Augusto Duprat (Vista exterior)<sup>37</sup>



Estando à cargo da Santa Casa do Rio Grande, o Dispensário Infantil Dr. Augusto Duprat constituiu-se em “uma Instituição de assistência sanitária, de proteção á saúde da criança e de amparo á maternidade”. (Certidão nº3/1946).

Rodrigues (1985, p. 74) aponta que o fundador desse Dispensário, o Doutor Augusto Duprat, foi:

[...] cientista que por mais de 40 anos se dedicou à Santa Casa como verdadeiro apóstolo [A ele] deve-se em grande parte a evolução do hospital. ‘A nossa Santa Casa, escrevia ele, há muito deixou de ser um mísero albergue onde se dava um lençol, um bocado de pão ao faminto e uma oração à alma do que pedia, à caridade um enxerga onde morrer para se tornar no mais elevado expoente dos nossos foros de povo civilizado

<sup>36</sup> Atual “Casa da Criança Dr. Augusto Duprat Semi-Internato Eng. Ernesto de Otero”, situada na rua Bento Gonçalves, 179 – bairro Cidade Nova.

<sup>37</sup> Foto disponibilizada pela atual diretora da instituição, Oscarina Mendes Freitas, às acadêmicas de Pedagogia da FURG: Helena Ramos, Jiane Morales e Roberta Barcellos.

Com a citação que acabo de expor, quero chamar a atenção do leitor não para a figura do médico como fundamental para o progresso deste hospital, mas para um movimento mais amplo, onde essa instituição deixa de ser um lugar onde se vai para morrer e começa a se constituir como um espaço de cura.

É possível estabelecer uma relação desse movimento com os escritos de Foucault (1979, p. 101).

[...] até o século XVIII, não é o doente que é preciso curar, mas o pobre que está morrendo. E alguém que deve ser assistido material e espiritualmente, alguém a quem se deve dar os últimos cuidados e o último sacramento. Esta é a função essencial do hospital. Dizia-se correntemente, nesta época, que o hospital era um morredouro, um lugar onde morrer. E o pessoal hospitalar não era fundamentalmente destinado a realizar a cura do doente, mas a conseguir sua própria salvação.

A partir dessa época, conforme Foucault, outro quadro começa a se delinear na história dos hospitais. Passa-se de uma instituição aonde se vai para morrer, para uma instituição que cuida da saúde, promovendo a cura através do cuidado com o corpo. Esse outro contexto relaciona-se às descobertas científicas da época.

Assim, ao estabelecer essas conexões com a análise realizada por Foucault, posso dizer que o surgimento do Dispensário Infantil se constitui em uma iniciativa que carrega em si a ideia de uma “intervenção científica”. Em relatório apresentado pela diretoria da Sociedade Mantenedora do Dispensário, relativo à gestão de 1945, fica claro que a criação desta instituição foi baseada em uma iniciativa do Governo Federal, tal como está expresso a seguir:

[...] O caráter nacional desta instituição que sob feliz inspiração do governo federal foi creada para alívio das necessidades mais vitais das nossas populações pobres, veio trazer á iniciativa particular até então quasi isolada no seu mister, o concurso poderoso do governo á tarefa da assistencia social (*Relatório da Gestão*, 1945).

Trata-se de uma estratégia nacional de gerenciamento dos riscos de vida e de governamento da população infantil brasileira (temos aqui uma espécie de *biopoder* operando, como veremos mais à frente). Essa medida busca gerir a vida e o corpo dos indivíduos, utilizando “procedimentos de poder e de saber que tentam controlá-los e modificá-los. [...] O fato de viver cai, em parte, no campo de controle do saber e de intervenção do poder”. (FOUCAULT, 1988, p. 134). Nesse contexto, a criança,



seu corpo e sua vida se configuraram como um alvo de variados campos do saber. Dentre eles, o da Estatística.

O quadro abaixo, por exemplo, consiste em uma compilação dos dados estatísticos contidos no relatório da gestão. Evidencia o número de crianças, por idades, ingresso na instituição em 1945, bem como o número de crianças atendidas no ano.

Quadro 5 - Estatística de 1945

Sociedade Mantenedora do Dispensário Infantil "Dr. Augusto Duprat"							
Estatística de 1945							
Consulentes Ingressados por Idades				Consulentes Atendidos durante o ano			
Idades	Sexos		Total	Idades	Sexos		Total
	Masculino	Feminino			Masculino	Feminino	
0 a 1 ano	156	139	295	0 a 1 ano	97	298	395
1 a 2 anos	52	48	100	1 a 2 anos	36	41	77
2 a 3 anos	34	29	63	2 a 3 anos	133	116	249
3 a 4 anos	22	23	45	3 a 4 anos	111	108	219
4 a 5 anos	23	25	48	4 a 5 anos	90	98	188
5 a 6 anos	19	16	35	5 a 6 anos	62	73	135
6 a 7 anos	13	16	29	6 a 7 anos	55	82	137
7 a 8 anos	21	18	39	7 a 8 anos	47	75	122
8 a 9 anos	13	16	29	8 a 9 anos	58	63	121
9 a 10 anos	12	18	30	9 a 10 anos	79	93	172
Acima de 10	61	74	135	Acima de 10	181	275	456
<b>TOTAL</b>	<b>433</b>	<b>415</b>	<b>848</b>	<b>TOTAL</b>	<b>1.049</b>	<b>1.222</b>	<b>2.271</b>

Fonte: Relatório da Gestão, Rio Grande, 1945

Vale ressaltar aqui que o saber da Estatística se constituiu, a partir da Modernidade, como um campo produtivo para o governo das populações. Por meio dela, foi possível numerar, quantificar, analisar, categorizar, agrupar, para melhor intervir e controlar. Ela se configurou, de fato, como um saber operante da racionalidade da época, como se pode depreender neste relato, presente no boletim de informações do Ministério da Educação e Saúde Pública, de 1946, localizado no Arquivo Municipal desta cidade:

O pensamento moderno é notavelmente quantitativo, tanto em procedimento como em resultados. Já não podemos contar com as formas de pensamento que serviram à humanidade desde Aristóteles até Huxley – baseada nas categorias dialéticas e silogismos. Possuímos uma lógica diferente da dos nossos antepassados – uma lógica baseada nos números (*Boletim de Informações*, 1946, p. 1).

O Quadro 5 é um exemplo de uma descrição estatística da época que, por meio de cálculos quantitativos, expressa a situação do atendimento à infância naquela instituição. Esses cálculos servem para apresentar um panorama do atendimento naquele ano como, por exemplo, que a maior parte (54%) das crianças que ingressou naquela instituição tinha entre zero e três anos.

Podemos perceber também que a partir desses cálculos, que permitiram observar o perfil etário das crianças ingressas, foram planejadas estratégias para atender à população dessa faixa etária de zero a três anos. O Relatório da Gestão de 1945 registra os esforços empreendidos para acrescentar ao Dispensário um posto de puericultura, lactário e berçário. Contando com o apoio da Legião Brasileira de Assistência (LBA), este projeto foi incluído no plano geral estabelecido pelo *Departamento Nacional da Criança*.

Para manter-se em funcionamento, a instituição contava com doações voluntárias e do apoio de indústrias instaladas no município. O excerto seguinte menciona algumas das doações recebidas:

Por ato da Benemerita diretoria do Banco do Brasil, recebemos um donativo de cr\$ 10.000.00. Registramos com satisfação também o recebimento do valioso donativo de cr\$ 30.000.00 de parte da família do saudoso conterrâneo Dr. Ernesto Otero, grande amigo de Rio Grande e contemporâneo do nosso patrono Dr. Duprat. Este gesto espontâneo de filantropia da família daquele distinto engenheiro, enche-nos de conforto e gratidão. [...]. Para a instalação do gabinete de Oto-rino-laringologia, recebemos dos nossos benfeitores Industriais de Rennidas Leal Santos S/A, um donativo de cr\$ 7.000.00 (*Relatório da Gestão, 1945*).

Inclusive a distribuição de mamadeiras era proveniente de doações, como as do Observador Naval Norte-americano, Comandante Jess Draper. Outro serviço de mesma relevância era a distribuição da “Sopa Infantil”, que naquele ano, conforme o relatório, “funcionou normalmente, distribuindo-se 42.000 sopas. Estes serviços foram mantidos graças ao apoio de diversas firmas”.

Figura 2 - O preparo da Sopa Infantil<sup>38</sup>



<sup>38</sup> Foto disponibilizada pela atual diretora da instituição, Oscarina Mendes Freitas, às acadêmicas de Pedagogia da FURG: Helena Ramos, Jiane Morales e Roberta Barcellos.

Figura 3 - Espera Geral e Distribuição de sopa



Aqui podemos ver claramente a filantropia “como modelo assistencial, fundamentada na ciência”. (MARCILIO, 2006, p.78). Atribui-se a ela “a tarefa de organizar a assistência dentro das novas exigências sociais, políticas econômicas e morais, que nascem com o início do século XX no Brasil”. (MARCILIO, 2006, p.78). Tal como afirma Kuhlmann Jr. (2011, p.61) não se trata de “uma prática dominada pela emoção, por sentimentos de simpatia e piedade”, mas de uma “organização racional da assistência”.

Posso dizer que esse momento histórico exigiu, então, um deslocamento nas práticas de atendimento à infância em Rio Grande. Haver instituições que acolhessem as crianças, batizassem e as conduzissem para a salvação eterna não era mais o suficiente. Para atender a esse novo contexto político que se instalava na cidade (e no país), necessitava-se de instituições que pudessem cuidar, curar, prevenir e promover a vida dessas crianças.

Sendo assim, posso estabelecer aqui uma articulação com o que Foucault (1988) chamou de *biopoder*. O cenário que passamos a ter é marcado pela preocupação com a vida biológica (e não mais tanto com a espiritual). O corpo da criança, por exemplo, passa a ser visto como instrumento produtivo de governo, tanto no aspecto individual quanto nos riscos que ele pode trazer para a população.

“Agora é sobre a vida e ao longo de todo o seu desenrolar que o poder estabelece seus pontos de fixação”. (FOUCAULT, 1988, p. 130).

Tratando-se do Dispensário Infantil Dr. Augusto Duprat, os serviços prestados nessa instituição centravam-se nos cuidados básicos canalizados às crianças, filhas de mulheres trabalhadoras das fábricas ou de casas de famílias (domésticas e faxineiras). As práticas focalizavam a guarda das crianças, o cuidado com a higiene e alimentação. Priorizava-se também os cuidados com a saúde da criança, oferecendo atendimento médico, odontológico, entre outros.

Através dessas práticas, constantemente, o corpo das crianças era examinado, bem como seus hábitos de higiene e suas atitudes. Acontecia tal como o relato de Lockmann e Mota (2013, p. 104):

Seus dentes, olhos, ouvidos, garganta, unhas, a forma como se vestiam, a aparência e limpeza da roupa, dos cabelos, tudo era examinado com minúcia. Após esse exame médico-pedagógico, as crianças eram ensinadas e educadas a cuidar do seu corpo e da sua higiene a fim de que não representassem um mal nem para si, nem para os outros.

Encontramos aqui uma espécie de valorização da vida e do corpo biológico. O poder que antes operava pela morte (FOUCAULT, 1988), se exerce agora sobre a vida. Desse modo, há nesta instituição um investimento sobre a vida das crianças, através dos seus corpos, como uma possibilidade de operar as mudanças desejadas na população rio-grandina. Cabe dizer que,

[...] esse fim só é atingido na medida em que o governo (através de um poder que lhe é característico: o biopoder) se inscreve nos corpos individuais, produzindo sujeitos, moldando-os, guiando e afetando a conduta das crianças (e de seus familiares) de maneira que elas se tornem indivíduos de um certo tipo (ideal, saudável) (SANTOS, 2004, p. 36).

Nesse contexto, aparece o papel preponderante da disciplina associada à biopolítica nessa instituição, com a intenção de “fazer viver” os corpos infantis. Vale salientar que, segundo Foucault (1999, p. 288), essa tecnologia do biopoder “não exclui a técnica disciplinar, mas a embute, a integra, a modifica parcialmente e, sobretudo, vai utilizá-la implantando-se de certo modo nela, e incrustando-se efetivamente graças a essa técnica disciplinar prévia”. Partindo disso, o Dispensário Infantil encarregava-se (e encarrega-se ainda) da saúde, alimentação e educação dos bebês e das crianças bem pequenas, intervindo para fazê-los viver. Pode-se

pensar, portanto, que “foi com o entrecruzamento da ciência das populações, higiene pública e também da pedagogia”. (SANTOS, 2004, p. 95) que se buscou racionalizar os problemas vividos pela população rio-grandina no que tange à saúde, higiene, natalidade, entre outros aspectos.

Cabe tecer, aqui, alguns apontamentos sobre a perspectiva foucaultiana acerca do poder disciplinar. Segundo Foucault (1979, p. 105), “os mecanismos disciplinares [...] são antigos mas existiam em estado isolado, fragmentado, até os séculos XVII e XVIII, quando o poder disciplinar foi aperfeiçoado como uma nova técnica de gestão dos homens”. Estando associada à biopolítica, a disciplina incide sobre o corpo individual e, simultaneamente, sobre a população. Em relação ao atendimento aos bebês e crianças bem pequenas, temos como exemplo os efeitos disciplinares da Medicina que, por meio de uma mentalidade higiênica, objetiva conduzir as condutas das famílias, das crianças e da comunidade.

Assim, a partir do exposto, posso compreender que uma segunda forma de proveniência das práticas de atendimento à pequena infância no Município do Rio Grande pode ser encontrada nesse outro recorte histórico (com maior ênfase nas primeiras três décadas do século XX). Nessa época, as práticas de assistência à infância passaram a ser fundamentadas nos princípios racionais das ciências. Essa influência dos saberes científicos sobre a criança foi tão interiorizada que continua se perpetuando nas práticas contemporâneas de forma que não conseguimos ver as práticas educacionais dissociadas dessas bases.

Nos próximos parágrafos, tematizarei sobre as práticas de atendimento à pequena infância em Rio Grande considerando como recorte histórico o período de 1930 a 1964. Nesse contexto social e político, o atendimento à infância ainda não era tido como um direito das famílias nem das crianças, mas como uma boa ação dos proprietários das fábricas, que estariam livrando os filhos dos operários de se tornarem delinquentes.

### *3.1.2.3 Creche da Rheingantz (1940)*

Podemos dizer que o ano de 1930 foi um divisor de águas na história do Brasil. A partir dessa data, houve aceleração das mudanças sociais e políticas. A mudança mais significativa verificou-se no avanço dos direitos sociais. “Uma das primeiras medidas do governo revolucionário foi criar um Ministério do Trabalho,

Indústria e Comércio. A seguir, veio vasta legislação trabalhista e previdenciária, completada em 1943 com a Consolidação das Leis do Trabalho”. (CARVALHO, 2002, p. 87). Esse cenário configurou-se em um terreno fértil para a emergência das creches no país.

Pereira (2013), ao discorrer sobre as políticas de atendimento à pequena infância no Brasil a partir da década de 1930, oferece-nos elementos importantes que nos ajudam a compreender as novas configurações no atendimento às crianças pequenas no país. A autora menciona que, nessa época, novas definições legais sobre a assistência e a educação de crianças pequenas começaram a ser introduzidas no cenário nacional. Como exemplo disso, a autora cita que:

A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), no seu artigo 396, no seu artigo 396, obriga os estabelecimentos, nos quais trabalhem, pelo menos, trinta mulheres, com mais de dezesseis anos de idade, a oferecerem local apropriado para seus filhos no período da amamentação. Além disso, também prevê a possibilidade de as empresas estabelecerem convênios com outras creches para o atendimento dos filhos das mães trabalhadoras. (PEREIRA, 2013, p. 61).

O atendimento às crianças na cidade do Rio Grande também se encontrou no quadro dessas modificações nacionais. Conforme mencionado anteriormente, o processo industrial no Estado do Rio Grande do Sul iniciou pelo Município do Rio Grande quando, em 1873, foi instalada a primeira indústria na região: a Fábrica Rheingantz<sup>39</sup>. Por tratar-se de uma indústria de tecelagem e acreditar-se que a mão-de-obra feminina seria mais adequada, a classe operária dessa fábrica contou com a presença significativa de mulheres (TORRES, 2009).

Seguindo a racionalidade política da época, o complexo industrial urbano criado na Rheingantz objetivava a produção e o disciplinamento da mão-de-obra dos trabalhadores de forma que garantisse o trabalho em grande escala. Concernente a isso, Torres (2013) aponta que:

A disposição espacial das casas dos trabalhadores (casas-em-fita), dos engenheiros e técnicos (edificadas conforme o estilo

---

<sup>39</sup> Segundo Ferreira (2013, p. 74), a Fábrica Rheingantz destacou-se muito no campo das iniciativas sociais, “criando dispositivos de implantação e regulamentação de benefícios, como a Sociedade Mutualidade, mantida por contribuições dos empregados da empresa e atuando no atendimento médico, na concessão do auxílio pecuniário aos sócios temporariamente impedidos de trabalhar e no auxílio-funeral. O surgimento do ‘Fundo de Auxílios Carlos G. Rheingantz’ foi responsável pela implantação de benefícios, como aqueles concedidos em razão da viuvez feminina, do amparo concedido aos filhos menores, da invalidez resultante de algum acidente na fábrica e do casamento de operárias”.

arquitetônico de seus países de origem), mostra um plano urbano racionalizado que aproxima o operário de um ambiente permanente de convívio com a fábrica e a produção. As casas foram construídas a partir de 1885, sendo alugadas por baixos valores pela empresa aos operários no sentido de buscar uma disciplina permanente dos trabalhadores. [...] A empresa também se voltou à assistência social através da criação de caixas de socorros, assistência médica, creches para os filhos de operários e surgimento de sociedades beneficentes. Esta série de medidas, buscavam também afastar o operário dos movimentos sindicais de caráter socialista e anarquista, que proliferaram a partir da década de 1890 até a década de 1920.

Desde o primeiro ano de sua fundação, a Fábrica Nacional de tecidos de lan de Rheingantz & Vater, como também era chamada, já anunciava em jornais locais a necessidade de mão-de-obra feminina: “Na Fábrica Nacional de tecidos de lan de Rheingantz & Vater, precisa-se de mulheres desde a idade de 16 anos para o serviço de tecelagem”. (*Jornal Rio Grande*, 16/03/1874).

De acordo com Alvarez (2014, p. 10), “o emprego da mão de obra feminina justifica a preocupação da direção da fábrica pela construção de creches e escola no seu entorno”. Dessa forma, “garantia uma mão-de-obra mais barata, e evitava eventuais faltas ao trabalho por não ter quem tomasse conta dos filhos durante suas jornadas de trabalho”.

Nos registros locais e documentos institucionais pesquisados, informações sobre a creche do complexo Rheingantz parecem inexistentes. Não foi possível localizar notas em jornais nem nos Relatórios da Companhia União Fabril – CUF, cujas edições revisitadas compreenderam entre 1884 a 1955. Apenas um relatório da CUF faz referência ao investimento financeiro empreendido à construção e instalação da creche, na década de 1940. Neste documento, consta um quadro com a conta de lucros e perdas da fábrica, referentes ao ano social de 1º de setembro de 1944 a 31 de agosto de 1945. Conforme os dados, Cr\$ 100,000,00 foi a verba destinada para a construção da Creche.

De acordo com Silva (2012a), a Creche situava-se na Vila Operária e estava a cargo das Irmãs de São José, que prestavam assistência alimentar, higiênica, médica e educacional às crianças pequenas, filhos das operárias da fábrica. Compreende-se, porém, que o atendimento nessa instituição não era considerado como um direito da mulher trabalhadora e de seus filhos, mas como uma dádiva dos proprietários da fábrica.

Percebo a relação dessas práticas com as palavras de Foucault (1979, p. 151), ao dizer que “existe, de fato, um mosaico bastante variado de todos estes ‘trabalhadores sociais’ a partir de uma matriz confusa como a filantropia... O interessante não é ver que projeto está na base de tudo isto, mas em termos de estratégia, como as peças foram dispostas”.

Foucault (1979) ressalta que a prática da filantropia legitimou a intervenção de pessoas que passaram a se ocupar da vida dos outros, de sua saúde, de sua moradia e alimentação. Mais à frente, essas funções se constituíram em instituições e saberes, propagando-se algumas categorias de trabalhadores sociais. O autor complementa essa análise, pontuando que:

Depois, as experiências se generalizam, graças a uma rede de instituições, de sociedades que propõem, conscientemente, programas de moralização da classe operária. Aí se vai enxertar o problema do trabalho feminino, da escolarização das crianças e da relação entre eles. Entre a escolarização das crianças, que é uma medida central, tomada a nível parlamentar, e esta ou aquela forma de iniciativa totalmente local tomada a respeito, por exemplo, do alojamento dos operários, podem-se encontrar todos os tipos de mecanismos de apoio (sindicatos patronais, câmaras de comércio, etc.) que inventam, modificam, reajustam, segundo as circunstâncias do momento e do lugar, a ponto de se obter uma estratégia global, coerente, racional (FOUCAULT, 1979, p. 252).

Estabelecendo articulações com o pensamento foucaultiano, percebo a Creche da Rheingantz como mais uma estratégia de *biopoder* operando na população rio-grandina. A Creche foi estrategicamente construída de forma adjacente à fábrica, nas proximidades da vila operária. Tal iniciativa pode ser entendida como mecanismo de intervenção, baseada numa nova forma de controlar os espaços, o tempo e os corpos dos operários. Essa forma específica de conduzir as condutas dos funcionários da fábrica evidencia um tipo de racionalidade que gerencia, em nome do bem-estar coletivo, a vida dos trabalhadores.

Contudo, não se pode negar que o período de 1930 a 1945, no Brasil, foi marcado por conquistas sociais. “Nele foi implantado o grosso da legislação trabalhista e previdenciária. O que veio depois foi aperfeiçoamento, racionalização e extensão a um número maior de trabalhadores”. (CARVALHO, 2002, p. 123).

Após esse período, inicia-se no país o regime democrático, compreendido entre 1945 e 1964. Segundo Carvalho (2002), esse regime caracterizou-se pela



crescente ampliação dos direitos políticos, mas pela paralização ou avanço muito lento nos direitos sociais.

Em Rio Grande, durante esse período, muitas empresas faliram como as do grupo Luiz Loréa, do Frigorífico Swift e da Fábrica Rheingantz. Segundo Ferreira (2013), o fechamento da Creche Rheingantz em 1962 e a desativação da Sociedade de Mutualidade<sup>40</sup> em 1967 foram os dois maiores golpes na comunidade fabril.

Embora o crescimento industrial tenha atraído muitos trabalhadores para Rio Grande, foi também motivador para uma série de problemas sociais quando as indústrias faliram. Em contrapartida, nesse contexto, surgiram investimentos na área da pesca, dando início à instalação de empresas pesqueiras que, de 1960 a 1980, empregaram cerca de 20 mil trabalhadores (MARTINS, 2006).

Nesse novo cenário social do Município, foi criada a creche do Centro Educacional Fraternidade, para atender crianças filhas de mulheres que trabalhavam nas fábricas de pescados.

#### *3.1.2.4 Centro Educacional Fraternidade (1962) e outras creches no Município (1980)*

O Centro Educacional Fraternidade foi criado em 1962, para atender à demanda do bairro Getúlio Vargas, que naquele momento era considerado o mais carente do Município. Esse Centro constitui-se, assim, como uma entidade assistencial, em regime de semi-internato, para minimizar os riscos sociais causados pelo aumento da criminalidade.

O Centro Educacional Fraternidade surgiu a partir de uma iniciativa da Escola Normal Santa Joana d'Arc. De acordo com o levantamento estatístico daquela época, estimava-se que o bairro Getúlio Vargas fosse o mais pobre de Rio Grande e, por esse motivo, foi escolhido como local para a realização do trabalho (OLIVEIRA, 1990).

Tecendo aproximações com os estudos foucaultianos, cabe tecer aqui algumas reflexões sobre as formas como a pobreza foi entendida no decorrer do tempo até chegar à concepção também presente no discurso dessa instituição. De acordo com Foucault (1979, p. 94), “foi somente no segundo terço do século XIX,

---

<sup>40</sup> A Sociedade Mutualidade dos operários da Companhia União Fabril (CUF) foi fundada em 10 de março de 1881 e tinha, dentre suas atribuições, gerir fundos de auxílio aos trabalhadores. A partir dos anos 1950, passou a funcionar também como cooperativa, na qual os funcionários da empresa podiam adquirir produtos como botijões de gás, tecidos, calçados, etc. Todas as compras eram repassadas ao setor de departamento pessoal da empresa para que fosse feito o devido desconto na folha de pagamento do trabalhador (FERREIRA, 2013, p. 70).

que o pobre aparece como perigo”. Antes disso, a existência da pobreza não era questionada nem vista como um problema social. Pelo contrário, por meio da dor e do sofrimento, ela era concebida como um meio de salvação eterna (FOUCAULT, 2010). Pode-se dizer, então, que foi com a emergência dos discursos sanitaristas que o pobre e sua condição de vida foram tidos como prejudiciais à sociedade. Nesse momento, pelo discurso médico higienista, diagnosticou-se a pobreza como foco de doenças e, pelo discurso jurista, também como proliferadora dos desajustes sociais e da criminalidade.

Seguindo essas ideias preponderantes na época, a partir de uma reunião realizada em 10 de agosto de 1962, fundou-se em Rio Grande o “Centro Educacional Santa Joana d’Arc”. Quatro anos mais tarde, foi doado pela Prefeitura do Município um terreno no bairro Getúlio Vargas, situado ao lado da escola Alcides Barcelos. Nessa ocasião foi inaugurada a sede própria da instituição, passando a chamar-se de “Centro Educacional Fraternidade”.

Nos primeiros anos de funcionamento, o trabalho desenvolvido na instituição teve como público-alvo moças e mães residentes no bairro. O Relatório da Diretoria de 1970 relata como foi essa proposta inicial:

O Centro Educacional Fraternidade, de início atendida principalmente moças e mães de família que aprendiam, através de cursos de corte e costura, arte culinária, remendos e cerzidos e também flores, enfim tudo que fosse útil para se promoverem na sociedade [...]. (*Relatório da Diretoria*, 1970)

Sendo uma proposta característica dos “tempos modernos”, essas primeiras práticas que nortearam a instituição sugeriam “um ensino *científico e racional* para a *perfeita* dona de casa. O domínio de um saber-fazer doméstico, fundamentado em processos científicos, tornaria essas mulheres preparadas para assumir, com competência, os papéis que lhes eram reservados na sociedade: esposa e mãe”. (ARRUDA, 2011, p. 127). Mais tarde, quando o Centro Educacional passou a atender crianças e adolescentes, esse princípio continuou permeando as práticas educativas direcionadas às meninas, como veremos mais à diante.

Depois de contextualizar o propósito inicial do Centro, o mesmo Relatório da Diretoria evidencia a nova diretriz que passou a nortear o trabalho, priorizando agora o atendimento específico ao menor<sup>41</sup>: “O objetivo do Centro Educacional

---

<sup>41</sup> Escolhi utilizar o termo “menor” para fazer referência à concepção presente na época. Entretanto, é importante ressaltar que, após a Constituição Federal (1988) e o Estatuto da Criança e do

Fraternidade é promover e atender os necessitados do bairro, recuperando-os social, cultural e economicamente, por meio do trabalho de autoajuda”. (*Relatório da Diretoria*, 1970)

Em uma primeira análise, a proposta desta instituição parece estar vinculada à prática de caridade e benemerência ao próximo. Contudo, ainda que possamos encontrar algumas proximidades com os princípios religiosos norteadores da filantropia caritativa, a proposta agora faz parte de uma outra lógica. Como pontuei anteriormente, trata-se de um contexto que emerge de uma racionalidade política que busca gerenciar os riscos da população, nesse caso, a criminalidade.

Tomando a pobreza como fonte de risco à população, a filantropia aparece nesse contexto pelo viés da assistência científica, conforme Kuhlmann Jr (2011). Seguindo essa análise, o autor aponta três eixos dessa organização racional da assistência, os quais descrevo a seguir:

[...] a desobrigação do Estado paralelamente ao fortalecimento das entidades privadas, defendendo um atendimento fracionado em múltiplas instituições, atribuindo ao Estado um papel de supervisão e subsídio às entidades; a proposição de um ‘método’ para arbitrar quais seriam os contemplados com os atendimentos [...]; e a caracterização preconceituosa da população pobre, atribuindo um papel educativo à assistência, a fim de evitar as lutas de classes (KUHLMANN JR., 2011, p.24).

Estabelecendo algumas aproximações com esses eixos elencados pelo autor, percebo que, embora a intenção inicial do Centro Educacional Fraternidade tenha sido manter-se do trabalho voluntário de estudantes da escola Joana d’Arc, em seguida passou a depender das verbas públicas para o seu sustento. Naquele contexto o atendimento à infância ainda não era considerado como um dever do Estado e, dessa forma, este ocupava-se em conceder subsídios a entidades privadas, desobrigando-se dessa incumbência. De acordo com Oliveira (1990, p. 6), o Centro Educacional Fraternidade recebeu o “certificado para fins filantrópicos e para Título de Utilidade Pública Federal”. Tal fato reitera o que Kuhlmann Jr. (2011) destacou como um dos eixos da assistência científica.

O segundo eixo da assistência científica, “a proposição de um ‘método’ para arbitrar quais seriam os contemplados com os atendimentos (KUHLMANN JR., 2011, p.24), pode ser localizado no decorrer do Estatuto de 1979. O documento pontua

---

Adolescente (1990), esse termo foi substituído pelas palavras “criança e adolescente”, reconhecendo a criança e o adolescente como sujeitos de direitos.

que o atendimento passou a ser oferecido àqueles encaminhados pelo Juizado. Concernente a isso, é pertinente destacar que, naquela ocasião havia sido promulgado o segundo Código de Menores (BRASIL, 1979). Com essa legislação “o problema da infância e da adolescência era simplificado em menor pobre, abandonado, delinquente, situação irregular, assistencialismo e controle estatal, representado, este, pela figura do todo-poderoso Juiz de Menores”. (KAMINSKI, 2001, p. 6)

Nessa conjuntura, a proposta de trabalho do Centro Educacional Fraternidade passou a encarregar-se da educação de crianças e adolescentes, ensinando-lhes a reconhecer as regras, os limites, sobretudo à obediência, visando a formação de um sujeito moral. Essa proposta é parte integrante da racionalidade da época, que visava à civilidade e o progresso. Por esse motivo, eram desenvolvidas atividades profissionalizantes, tais como: “trabalhos em corda e tricô à máquina” além dos já mencionados anteriormente, para as meninas. Já para os meninos cursos de “restauração de bicicletas”; “conserto em aparelhos eletrodomésticos; conserto em sapatos e confecção de tamancos”. (OLIVEIRA, 1990, p. 6 e 12). Para ambos, havia cursos de “confecção de bolsas e sacolas em fio de nylon; confecção de redes de nylon para pesca; confecção de capacho de corda e tapetes; fabricação de vassouras de palha e piaçava”. (OLIVEIRA, 1990, p. 11). Essa proposta de ensinar uma profissão, de certo modo, reafirma o que Kuhlmann Jr (2011, p. 24) destacou como terceiro eixo da assistência científica: “a caracterização preconceituosa da população pobre, atribuindo um papel educativo à assistência, a fim de evitar as lutas de classes”.

Com base nessa nova proposta de trabalho, o Estatuto de 1979 passou a definir o Centro Educacional Fraternidade da seguinte forma: “é de caráter educativo, beneficente, profissional e de assistência social. Tendo por finalidade a formação integral do menor carenciado, ministrando cursos de iniciação profissional, a fim de impedir a sua marginalização”.

Como proposta anunciada no Estatuto, houve nova ampliação do atendimento com a instalação de uma creche, em 1980. Naquela ocasião, a creche iniciou atendendo a faixa etária de dois a seis anos. E, em 1981, passou a incluir o berçário, atendendo também a faixa etária de zero a dois anos. Um excerto do Relatório da Diretoria de 1980 evidencia com clareza esse propósito da instituição:

Dando maior ênfase neste trabalho de promoção humana, foi resolvido pela Diretoria, estender o atendimento às crianças de menor idade, com a implantação de uma creche, dada a necessidade devidamente constatada, de que muitas mães que trabalham nas fábricas (principalmente de pescado, porque é o maior mercado de trabalho do Município) ou em casas de família não tenham onde deixar os filhos, pois um número bem expressivo de menores ficam em casa fechados, sendo cuidados pelos mais velhos, na maioria das vezes, com cinco ou seis anos (*Relatório da Diretoria*, 1980).

Observando essa ampliação do atendimento, entendo que a construção da creche pode ser considerada como uma estratégia de intervenção para agir sobre possíveis causas do problema da marginalização no bairro Getúlio Vargas. Percebeu-se que o investimento apenas com a recuperação de crianças e adolescentes não era o suficiente. Era necessário agir antes que fossem totalmente abandonados, antes que tivessem total carência material, afetiva, intelectual, antes que chegassem à marginalização (OLIVEIRA, 1990). Daí a necessidade de atendimento começando com os bebês e as crianças bem pequenas nas creches, pois nesse contexto “a infância considerada em perigo e perigosa ganha visibilidade política e econômica, como o futuro da Nação”. (LEMOS, 2012, p. 55).

A partir dessa iniciativa de criação da creche, e em parceria com a Fundação de Bem-Estar do Menor (FEBEM), o Centro Educacional Fraternidade de Rio Grande estendeu-se em mais seis núcleos de CEBEM (Centro de Bem-Estar do Menor), atendendo à demanda de outras zonas periféricas e carentes da cidade. Com isso, foi instalada também uma creche no Centro Social Urbano da Hidráulica e outra no núcleo da CEBEM no Cassino, ambas criadas para atender crianças desde recém-nascidas até os seis anos de idade (OLIVEIRA, 1990).

Esse projeto de atendimento mais amplo, abrangendo o Município como um todo, vinculava a proposta da instituição mais uma vez à noção de progresso e produtividade da cidade. Embora, inicialmente, as ações tenham sido delimitadas ao bairro Getúlio Vargas, percebe-se um investimento em atividades que pudessem atingir a comunidade rio-grandina e seus problemas como um todo, atendendo carências de ordem cultural, econômica e social. Segundo Oliveira (1990), para contemplar as carências culturais, foi proposto um curso de alfabetização de adultos, creche e jardim-de-infância para as crianças. Para as carências econômicas, foram propostos cursos que contribuíssem com a economia do lar, tais como: corte e

costura, tricô e bordado; e para os problemas de saúde, existia uma secretaria de enfermagem.

As ações citadas a cima expressam uma tentativa de intervenção sobre a população para promover a vida. Revelam também que, para alcançar esse propósito, agir sobre a infância rio-grandina tornava-se fundamental. A respeito disso, posso estabelecer aproximações com o pensamento de Bujes (2002, p.77), ao pontuar que:

A preocupação com a infância está associada à sua crescente visibilidade, como parte da população. Para entender como ela passa a ser o alvo de uma série de projetos de governo, é importante apontar para o fato de que tanto o governo formal quanto inúmeras agências e instituições se organizam com o propósito de governá-la. A medicina, a religião, a educação e outros mecanismos passam a se preocupar com o número, a sanidade, a educação e a produtividade dos indivíduos e das organizações que agregados formam a população.

Assim, percebo que as estratégias de atuação do Centro Educacional Fraternidade foram se modificando no decorrer do tempo, com base nas concepções de infância que foram sendo dispostas. Como pontuei a instituição partiu de uma concepção ampla de atender “os necessitados do bairro”. (p. 106), para uma perspectiva delimitada, “o menor delinquente”. (p. 107), para posteriormente, “o menor como futuro da nação”. (p. 108). Tais concepções demonstram como as práticas de atendimento à infância nessa instituição foram engendradas pela visibilidade política e econômica dadas às crianças.

Portanto, feito esse recuo ao passado dessa e de outras instituições de atendimento, que desenvolveram práticas voltadas aos bebês e crianças bem pequenas no Município do Rio Grande, direciono-me, enfim, a lançar problematizações para o presente. Para isso, coloco-me em um exercício de pensamento para compreender como, na atualidade, determinadas práticas de cuidado e educação foram sendo configuradas e como elas ensejam formas específicas de controle em nome da vida.

### 3.1.3 O atendimento à infância rio-grandina como direito das crianças e dever do Estado

Com o intuito de direcionar o olhar para práticas de atendimento às crianças de zero a três anos na atualidade, considero pertinente reiterar as condições históricas do país que possibilitaram a emergência das práticas de

cuidado/educação contemporâneas. Em primeira instância, é importante demarcar o recorte histórico a que me refiro. Trato, aqui, da década de 1980 até o presente.

A metade da década de 1980 foi marcada por mudanças significativas na história do país. Com o fim da Ditadura Militar, em 1985, o processo de reconstrução da democracia ganhou mais força. Esse processo repercutiu nas concepções de infância e nas práticas de atendimento às crianças. Como exemplo das diversas mobilizações que marcaram esse período, Campos, Fullgraf e Wiggers (2006, p.88) mencionam:

[...] a extensão do direito à educação para as crianças pequenas; movimentos de bairro e sindicatos nas grandes cidades lutavam por acesso a creches; grupos de profissionais e especialistas da educação mobilizavam-se no sentido de propor novas diretrizes legais; prefeituras procuravam dar resposta à demanda crescente por creches e pré-escolas, criando e/ou ampliando o atendimento.

Esse contexto de lutas sociais possibilitou a promulgação da Constituição Federal de 1988, “um longo e minucioso documento em que a garantia dos direitos do cidadão era preocupação central”. (CARVALHO, 2002, p. 200). A partir dessa legislação constitucional, o atendimento às crianças de zero a três anos, em creches públicas e gratuitas, tornou-se dever do Estado, bem como um direito de todas as crianças brasileiras.

Outro documento legal que possibilitou a garantia das crianças a esse atendimento foi o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), promulgado em 1990. No artigo 54, inciso IV consta que “É dever do Estado assegurar à criança [...] atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade”. (BRASIL, 1990).

A partir desses marcos na legislação brasileira, muitos são os documentos e orientações legais que vêm enfatizando a luta pelo respeito aos direitos das crianças pequenas. Focalizando o olhar em meados da década de 1990 até o final da década de 2000, encontro significativos debates e discussões sobre a temática.

Entre 1994 e 1996, através da Coordenação Geral de Educação Infantil (COEDI), foi publicado pelo MEC um conjunto de cadernos, cujas capas tiveram como marca as “carinhas”, representando crianças de diferentes aspectos físicos. Esses documentos buscavam refletir as especificidades da Educação Infantil e, por isso, tornaram-se referência para o fazer pedagógico das profissionais e das instituições de atendimento à infância.

Essa época foi marcada por intensas discussões realizadas em seminários pela COEDI/MEC, cuja pauta era a articulação entre as políticas educacionais e a educação da pequena infância. Em 1994, por exemplo, o MEC promoveu debates, incentivou assessorias e realizou diferentes publicações, que buscavam “a superação da dicotomia da educação/assistência incentivando estratégias de articulação de diversos setores e ou instituições comprometidas com a Educação Infantil”. (PALHARES; MARTINEZ, 1999, p.6).

Nesta mesma década, foi promulgada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Esta reafirmou os princípios da Constituição Federal e situou a educação das crianças de zero a cinco anos como primeira etapa da Educação Básica. A partir dessa legislação, a Educação Infantil ficou composta em: creches, para a faixa etária de zero a três anos; e pré-escola, para as crianças de quatro e cinco anos. Esta Lei também estabeleceu que as creches teriam o prazo de três anos para serem integradas ao sistema de ensino dos municípios. Nesse viés, o atendimento às crianças de zero a três anos, que até então estava vinculado à área da assistência social, teve deslocamento para o âmbito da educação.

Todas essas modificações nacionais trouxeram implicações para o atendimento à pequena infância em Rio Grande. Nas duas últimas décadas do século XX, inaugurou-se o processo de transição das creches que deram origem às Escolas Infantis do Município do Rio Grande. Esse processo ocorreu de modo individual, sendo a maioria na década de 1990, após a LDB (SMEd, 2014).

Alguns excertos dos históricos das instituições contidos nas Propostas Pedagógicas das Escolas Municipais de Educação Infantil de Rio Grande ressaltam essas implicações no atendimento às crianças:

A escola a princípio tratava-se de uma instituição filantrópica que atendia crianças de seis meses a seis anos tendo no seu quadro de funcionários alguns professores cedidos pelo município. Em 30 de setembro de 1999 com o decreto de criação número 7355 passou a denominar-se Escola Infantil Municipal Vereador Oscar Ferreiro de Campos Moraes, sendo totalmente mantida pela prefeitura municipal da cidade do Rio Grande (*PPP - EMEI Oscar Moraes*)

Fundada em 23/02/1986, sendo o prédio construído pelo Lyons Clube Rio Grande – Cassino [...]. Em seu período inicial a instituição atendia às crianças em turno integral, ou seja, as mesmas recebiam alimentação e apoio pedagógico durante todo o dia. [...]. Com o passar do tempo, a Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social (SMSAS) repassou a instituição à Secretaria Municipal de Educação e Cultura (SMEC). (*PPP – EMEI Lyons Club*)



Em Rio Grande, o Sistema Municipal de Educação foi criado em 1999. Desde então, a SMEd passou a desempenhar a função de órgão gestor; o Conselho Municipal de Educação, a função de órgão normativo e fiscalizador; e as escolas tornam-se as responsáveis pelas atividades pedagógicas (SMEd, 2014). Todas essas concepções e mudanças repercutiram nas práticas contemporâneas de atendimento à infância rio-grandina, como apresentarei mais pontualmente no final deste capítulo.

Dando continuidade às orientações legais que nortearam as práticas de atendimento das creches na virada do XX para o XXI, tivemos a promulgação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (Resolução CNE/CEB nº 1/1999). Estas Diretrizes tiveram por finalidade regulamentar os programas de cuidado e educação, além de orientar as propostas curriculares e os projetos pedagógicos desenvolvidos nas instituições de creches e pré-escolas.

De acordo com o parecer CNE/CEB nº 22/1998, viu-se a necessidade de se estabelecer diretrizes curriculares nacionais para a Educação Infantil, visto que o tratamento dedicado à Educação Infantil na LDB/96 foi considerado muito sucinto e genérico. Assim, planejou-se em determinar essas Diretrizes, devido à ausência de uma política nacional, que se remetesse “à indispensável integração do Estado e da sociedade civil, como coparticipantes das famílias no cuidado e educação de seus filhos entre 0 e 6 anos”. (CNE/CEB nº 22, 1998, p. 481).

De 1999 a 2009 muitas foram as transformações ocorridas em todas as esferas do país (social, política, econômica), inclusive na esfera educacional. Em se tratando da Educação Infantil, ocorreram intensos processos de revisão “de concepções sobre a educação de crianças em espaços coletivos, e de seleção e fortalecimento de práticas pedagógicas mediadoras de aprendizagens e do desenvolvimento das crianças”. (CNE/CEB nº 20, 2009, p.2). Além disso, intensificaram-se “as discussões sobre como orientar o trabalho junto às crianças de até três anos em creches”. (CNE/CEB nº 20, 2009, p.2).

Desse modo, os princípios colocados na Resolução CNE/CEB nº 1/1999 continuaram cada vez mais necessários. No entanto, percebeu-se a necessidade de reformulação e atualização dessas Diretrizes, uma vez que algumas questões diminuiriam seu espaço no debate atual, enquanto que outras foram colocadas como novos desafios para a Educação Infantil.

Nesse contexto, passou a ser instituída a Resolução CNE/CEB nº 5/2009, que fixou as novas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Em linhas gerais, essas Diretrizes estabelecem que as práticas desenvolvidas nas instituições de Educação Infantil devem garantir a educação das crianças em sua integralidade, entendendo o cuidado como algo indissociável ao processo educativo e tendo as interações e a brincadeira como eixos norteadores de seu cotidiano (BRASIL, 2009). Tais concepções foram incorporadas nas Propostas Pedagógicas das EMEI's de Rio Grande, como ilustram os excertos abaixo:

A escola tem como princípios norteadores de suas atividades a criatividade, o respeito, a ética, o amor, a interação, a ação, a cooperação, e a amizade, através do lúdico, do brincar e do prazer (*PPP – EMEI Castelo Branco*)

E, assim, a história desta instituição vai sendo escrita, pensando sempre no pleno desenvolvimento da criança, entrelaçando o “cuidar” e o “educar” em uma prática pedagógica que atenda às necessidades do aluno (*PPP – EMEI Oscar Moraes*).

Diante do exposto até aqui, procurei evidenciar como o atendimento à infância rio-grandina foi se configurando na atualidade enquanto direito das crianças e dever do Estado. Contudo, considero pertinente tecer algumas problematizações acerca dessa concepção. Para isso, aproximo-me da expressão *in/exclusão*<sup>42</sup>, porque percebo que as práticas contemporâneas de atendimento à infância vêm se desenvolvendo muito mais por meio de uma lógica de in/exclusão do que de garantia de direito às crianças.

Veiga-Neto e Lopes (2011, p. 130) ajudam-me a refletir mais sobre isso. Segundo os autores:

[...] a in/exclusão aponta para o fato de que as atuais formas de inclusão e de exclusão caracterizam um modo contemporâneo de operação que não opõe a inclusão à exclusão, mas as articulam de tal forma que uma só opera na relação com a outra e por meio do sujeito, de sua subjetividade

Posso perceber algumas dessas práticas de in/exclusão, ao retornar aos dados sobre o atendimento à infância em Rio Grande atualmente, os quais apresentei na seção 2.3 deste trabalho. Conforme destaquei, no total das 14 escolas

---

<sup>42</sup> Conforme Lockmann (2013, p. 117), essa expressão é utilizada “para definir a situação permanente que vivem todos os sujeitos contemporâneos que apresentam determinados níveis de participação social, educacional, econômica e que ora estão incluídos em determinadas práticas e espaços, ora se encontram excluídos destes”.

municipais que ofertam turmas de creches, menos de 6% de crianças estão sendo atendidas em Rio Grande. Diante disso, questiono-me de que forma esse direito das crianças é efetivado na atualidade e como o Estado vem, de fato, cumprindo o seu dever na oferta da Educação Infantil.

Olhando para esse acontecimento a partir das lentes foucaultianas, entendo que o reconhecimento da criança como sujeito de direitos, na forma de legislação, pode ser considerado como uma estratégia de governo das famílias. Nas palavras de Foucault (1979, p 284), o “governo não se trata de impor uma lei aos homens, mas de dispor as coisas, isto é, utilizar mais táticas do que leis, ou utilizar ao máximo as leis como táticas. Assim, o propósito do governo está nas coisas que ele dirige”.

Podemos evidenciar uma série desses investimentos sobre a população infantil, sendo materializada na crescente proliferação de documentos que tentam regulamentar as práticas de cuidado e educação das crianças pequenas. Dentre eles, cabe citar: *Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil* (BRASIL, 2006); *Indicadores da Qualidade na Educação Infantil* (BRASIL, 2009a); *Critérios para um Atendimento em Creches que Respeite os Direitos Fundamentais das Crianças* (BRASIL, 2009b); e *Brinquedos e Brincadeiras de Creches: manual de orientação pedagógica* (BRASIL, 2012).

Além desses investimentos, também cabe referenciar a obrigatoriedade de educação para as crianças a partir dos quatro anos de idade como estratégia de governo. A Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013, alterou algumas determinações da LDB/96, dentre elas, tornou obrigatório o atendimento de pré-escola para as crianças de quatro anos. Percebo que essa modificação também pode ser relacionada com os processos de in/exclusão, que abordei nos parágrafos anteriores, tendo em vista que para atender a faixa etária de quatro e cinco anos de forma obrigatória, efeitos podem ser percebidos no atendimento aos bebês e crianças bem pequenas. Trata-se de um processo semelhante ao que mencionei na seção 2.3, pois, para atender a faixa etária de quatro e cinco anos, as secretarias de muitos municípios brasileiros e da região sul, optaram por oferecer o atendimento apenas em turno parcial, deixando de oferecer o atendimento em creches em turno integral. Essa é uma questão para pensarmos... Afinal, ainda que a ênfase dessa política seja narrada como um movimento de universalização da Educação Básica, podemos perceber uma ênfase na forma de governo da população.

Sendo assim, percebo essas iniciativas como parte da lógica neoliberal que, conforme Bujes (2002, p. 265), “toma a seu cargo uma série de aparatos reguladores”. Nesse sentido, entendo que essa proliferação de documentos se constitui em um dos mecanismos e táticas de atuação estatal, de uma forma talvez mais sutil, mas completamente operante.

Desse modo, percebo que o conjunto das práticas que norteiam o cotidiano das creches na contemporaneidade é orientado por princípios da racionalidade governamental da nossa época. Essas práticas estão interligadas à mecanismos do *biopoder*, como nos mostra Foucault. Tratam-se de estratégias de gerenciamento da vida em prol da produtividade econômica do país.

Esses apontamentos nos possibilitam perceber como as políticas públicas propostas para a Educação Infantil brasileira na Contemporaneidade estão sendo gestadas de forma imbricada com a razão governamental neoliberal. Mota (2010, p. p. 106) ajuda-me a pensar sobre isso, ao tecer uma consideração importante acerca das características dessa razão governamental presentes nas políticas públicas da educação nacional. De acordo com a autora, um dos aspectos que podemos perceber em grande parte das políticas públicas educacionais contemporâneas é a ênfase na gestão de resultados e na lógica empresarial:

Assegurar o acesso, a participação e a permanência de todos na escola é responsabilidade não só do Estado, mas de todos. Nesse caso, cabe ao Estado gerenciar a educação, transformando-o numa grande empresa. E, seguindo a lógica da empresa, o Estado passa a se ocupar somente das atividades essenciais, como por exemplo, a saúde e a educação.

Nessa lógica, percebe-se a necessidade de investimentos no cuidado e educação das crianças pequenas, pois quanto mais cedo se empreender esse investimento, mais produtivos serão os resultados. Conforme salienta Veiga-Neto (1999), a implementação de políticas públicas que visam “empresariar” a escola e expandir o acesso a ela, assim como aumentar a permanência da criança nela, são iniciativas que podemos associar às demandas da lógica neoliberal.

A respeito disso, é pertinente citar Gadelha (2009, p. 181), quando afirma que uma nova discursividade tem se disseminado no campo da educação. Tal discursividade:

[...] busca fazer dos indivíduos-microempresas verdadeiros empreendedores. Esses são caracterizados pelos seguintes traços: são proativos, inovadores, inventivos, flexíveis, com senso de

oportunidade, com notável capacidade de provocar mudanças, etc. Migrando do mercado – das novas teorias econômicas, de administração e das grandes corporações empresariais (*ethos empresarial*) – para toda a sociedade, essa nova discursividade chega à educação.

O estudo de Carvalho (2014) ajuda-me a tecer algumas reflexões a respeito disso. O autor analisa os modos como as crianças estão sendo significadas em documentos produzidos por analistas econômicos, que têm servido como referência para a proposição de políticas de atendimento à infância, na Contemporaneidade. Segundo o autor, todos esses investimentos sobre a criança situam a população infantil como um centro produtivo de intervenção. Nessa lógica,

[...] fica evidente que a população infantil pobre se torna o centro das ações de governo, implicando investimentos que buscam priorizar esforços em direção a racionalidades de governamento da conduta das crianças e das pessoas envolvidas com seu cuidado e educação. Nessas bases, a tarefa do governo, prescrita pelos economistas, é estruturar estratégias que potencializem o desenvolvimento das habilidades das crianças e de cada família em seu papel na sociedade, que se reduzam os riscos e que se realize uma gestão mais eficiente (CARVALHO, 2014, p. 6).

Seguindo essa perspectiva, essa forma de governamentalidade investe nas crianças, nos seus modos de ser, interagir, pensar, visando aumentar a qualidade de vida da população para garantir a produtividade da cidade, o que implica em efeitos positivos na economia do país. Eis aí a operação da racionalidade governamentalizada do Estado. Eis aí a necessidade de se pensar o que nos acontece no presente.

Assim, escolho encerrar essa seção lançando alguns questionamentos que nos mobilizam a pensar sobre os paradoxos das práticas contemporâneas de atendimento à infância no interior de uma racionalidade neoliberal. Quantos por cento das crianças são atendidas hoje na Educação Infantil em Rio Grande? Para quem é garantido a Educação Infantil como direito? Como o Estado vem cumprindo ou não isso que dizemos ser o seu dever? Que efeitos a obrigatoriedade do atendimento às crianças de quatro e cinco anos têm para o atendimento das crianças de zero a três?

Ao tecer esses questionamentos, percebo que com as atuais práticas mantêm-se as desigualdades na oferta e no atendimento à infância rio-grandina. A

manutenção dessas desigualdades está diretamente relacionada com a lógica neoliberal, pois esta funciona por meio das desigualdades e não da igualdade.

#### 4. PARA PROBLEMATIZAR O PRESENTE, MAS NÃO COMO ÚLTIMAS PALAVRAS...

*O que constitui o interesse principal da vida e do trabalho é que eles lhe permitem tornar-se diferente do que você era no início. Se, ao começar a escrever um livro, você soubesse o que irá dizer no final, acredita que teria coragem de escrevê-lo?*  
(FOUCAULT, 2004, p.294)

Quando iniciei a escrita desta Dissertação, não imaginava as possibilidades de análises que o tema poderia suscitar, principalmente, devido à dificuldade para encontrar os materiais que comporiam o *corpus* da pesquisa. No decorrer do percurso, porém, a pesquisa foi me suscitando diversas possibilidades de olhares, sobre as quais precisei realizar algumas escolhas. Disto, compreendo que inúmeras outras coisas poderiam ter sido ditas, mas que as deixo em aberto para dar continuidade aos estudos, leituras e releituras dos materiais. E, quem sabe, até mesmo motivar o leitor a olhar e pensar de outras formas sobre esse tema que foi se naturalizado e que é central no campo da Educação Infantil Contemporânea: as práticas de cuidado/educação no atendimento às crianças de zero a três anos.

Partindo dessa concepção de que as práticas de cuidado e educação não são naturais, mas algo construído, é que direcionei meu olhar para a constituição histórica do atendimento à pequena infância no Brasil e, mais especificamente, no Município do Rio Grande. Para isso, inicialmente, teci algumas reflexões teórico-metodológicas para situar o leitor sobre as lentes (foucaultianas) que conduziram teórica e metodologicamente a realização desta pesquisa.

Ao olhar para os documentos e jornais, produzidos em campo, procurei me aproximar dos estudos da genealogia, buscando, na difusão dos acontecimentos, as diversas possibilidades de começo das práticas de atendimento à pequena infância em Rio Grande. Com isso, não procurei encontrar um ponto gênese que marcaria seu único começo possível, mas busquei apresentar e discutir as diversas condições que possibilitaram a “entrada em cena” das creches no Município, enquanto espaços pedagógicos, educadores, formadores de condutas e subjetividades infantis.

No decorrer do estudo, procurei evidenciar a relação de imanência da constituição das práticas de atendimento aos bebês e crianças bem pequenas em Rio Grande com a história desse atendimento no país. Como mencionei, as práticas realizadas no interior das primeiras instituições estavam ligadas à assistência, à

caridade e à filantropia, não estando, portanto, deslocada da história da Educação Infantil no cenário nacional.

Para situar o *lócus* da pesquisa e introduzir as categorias de análise, procurei, ainda que brevemente, trazer um apanhado da história da infância neste Município, que está materializada em documentos e jornais produzidos em diferentes épocas e momentos históricos. Com isso, procurei evidenciar como a infância foi sendo (re)significada ao longo dos tempos, passando de uma certa invisibilidade para a condição de um instrumento potente de investimento no jogo de interesses políticos, sociais e econômicos do Estado dentro de um projeto civilizatório.

Nesse sentido, a partir de uma imersão detalhada nos materiais agrupados no decorrer da pesquisa a campo, escolhi desenvolver três eixos temáticos como categorias de análise do atendimento à infância rio-grandina: o atendimento como prática de caridade e meio para a salvação das almas; como medida de segurança à população; e como direito das crianças e dever do Estado.

Direcionando o olhar para o primeiro eixo, centralizei a análise nas instituições de atendimento instaladas em Rio Grande no período do Império brasileiro (1822 a 1889). Nesse contexto, destaquei a Roda dos Expostos, como uma das primeiras iniciativas de atendimento aos bebês e às crianças bem pequenas neste Município. Apontei, também, o Asilo de Órfãos Desvalidas Coração de Maria, instituição planejada para subsidiar, e mais tarde, substituir o atendimento prestado na Casa da Roda. No decorrer desse eixo de análise, apontei a preocupação com a morte das crianças como um dos possíveis fatores que contribuiu para a entrada em cena dessas primeiras instituições destinadas ao amparo e assistência às crianças de zero a três anos. Evidenciei, também, que as práticas desenvolvidas no interior dessas instituições partiam de uma concepção eminentemente religiosa, baseada em princípios que situavam esse atendimento como forma de caridade e benemerência ao próximo com vistas à salvação eterna da alma. Aqui foi possível identificar uma forma de conduzir a conduta dos homens com base em verdades transcendentais. Assim, nesse primeiro recorte histórico, foi possível perceber que esse princípio norteador do pensamento da época possibilitava exercer um poder que disciplinava a conduta dos rio-grandinos, por meio de uma forma de governo que se apresentava benevolente e zelosa pelo “bem-fazer” dos indivíduos, um poder pastoral, tal como ensinou Foucault.



Como fio condutor dessas primeiras práticas de atendimento à infância rio-grandina, destaquei a “culpa do infantil”, baseada em Corazza (2000). Esse modo de perceber a criança permitia capturar seu corpo e sua vida pelas instruções catequizadoras e promulgadoras da boa conduta cristã. Essa noção de “culpa”, vista por ora a partir da ótica religiosa que instituía o batismo como prática urgente nessas instituições, começa a ceder lugar ao pensamento ocidental que passa a ver a criança como um sujeito que precisa ser moldado para possibilitar o progresso de uma outra sociedade que se estabelecia. Essa nova concepção, como procurei demonstrar no decorrer do texto, começou a se firmar após a Proclamação da República, momento em que o país vivia a instauração de um novo período histórico: a Primeira República (1889 a 1930).

Partindo desse segundo recorte histórico é que analisei um certo deslocamento nas formas de atendimento à infância na cidade do Rio Grande. É possível perceber, nesse contexto, uma transição da fase caritativa do atendimento para uma fase de assistencialismo filantrópico. Nesse período começavam a se instalar no país campanhas que visavam a extinção da roda dos expostos. Fundamentadas na fé no progresso e na fé na ciência, essas mobilizações viam esse estabelecimento como uma ameaça aos interesses do Estado, pois vidas úteis estavam sendo desperdiçadas (MARCÍLIO, 1998). Partindo disso, é possível perceber um processo de enfraquecimento das Rodas dos Expostos instaladas no país, como que no intuito de preservar a vida daquelas crianças, de fazê-las viver, evidenciando uma nova forma de exercício de poder, um biopoder, como mencionou Foucault.

Contudo, apesar deste momento ter sido de intensos movimentos de higienização em prol da vida no país, em geral, e no Município do Rio Grande, em particular, os acontecimentos demonstram que a história não acontece de forma linear e contínua, nem mesmo em uma relação de causa e consequência. Procurando evidenciar o disparate da história, em seus conflitos e confusões, foi que destaquei que, mesmo se tratando de um período sustentado pelos avanços da ciência em termos de saúde e condições de vida, a taxa de mortalidade superou a de natalidade no Município. Este é um dos eventos que ilustram a dispersão dos acontecimentos e a não linearidade da história.

Por outro lado, estando influenciadas pelos novos saberes apregoados naquela época, as instituições de atendimento à infância rio-grandina também foram

pouco a pouco incorporando concepções higiênicas em suas práticas. Para evidenciar esse processo de transição, coloquei em ênfase o atendimento prestado na Casa das Órfãs e desvalidas São Benedito, procurando destacar que as práticas de atendimento às crianças nessa instituição combinavam *caridade* e *filantropia*, engendradas pelas verdades religiosas que permaneciam e as verdades científicas que começavam a circular.

O terceiro recorte histórico destacado no estudo, que compreende o período da Segunda República (1930 a 1964), evidencia o momento em que o atendimento à infância rio-grandina como medida de segurança à população ganhou força. No início desse período, a ação sanitária do Estado, que se mobilizava a combater as epidemias na cidade do Rio Grande, intensificou suas práticas no que tange ao atendimento às crianças pequenas. Como procurei evidenciar no decorrer da análise, uma das instituições de atendimento à infância criada no Município do Rio Grande com traços dessa nova concepção foi o Dispensário Infantil Dr. Augusto Duprat. Nesse contexto, essa instituição de atendimento à infância aparece como lugar de cuidado, higiene e cura, enfatizando uma preocupação com a criança enquanto ser biológico. Assim, pude encontrar aqui uma segunda forma de proveniência das práticas de atendimento à pequena infância na cidade do Rio Grande, agora caracterizada como uma medida de intervenção para minimizar os riscos da população por meio de uma filantropia racional e científica.

Nesse entrecruzar de acontecimentos e práticas, acompanhando a racionalidade política do país, pude evidenciar que a década de 1940 se consolidou como uma porta aberta para a emergência das creches em Rio Grande. Sendo pioneiro no processo industrial do estado e também da inserção das mulheres no trabalho fabril, o cenário instaurado na cidade configurou condições de possibilidade para a entrada em cena das creches no Município. Nessa conjuntura, as práticas de atendimento na Creche da Rheingantz foram citadas neste trabalho como mais uma estratégia de governo operando na população rio-grandina, criada agora como uma nova medida de controlar os espaços, o tempo e os corpos dos operários.

Durante o Período Militar, porém, Rio Grande sofreu intensas modificações nesse cenário industrial. Com o fechamento de muitas fábricas, a população rio-grandina viu nas atividades de pesca uma fonte potente para a economia do Município. Assim, nesse novo cenário social que se instalava nesta cidade e, visando atender, prioritariamente, os filhos de mulheres que trabalhavam nas

fábricas de pescados, foi criada a creche do Centro Educacional Fraternidade, potencializando a abertura de outras creches em diferentes localidades desta cidade.

Por fim, no último recorte histórico, que compreende a década de 1980 até os dias atuais, procurei focalizar a análise do atendimento à infância no contexto contemporâneo. Assim, ao analisar a consolidação desse atendimento como direito da criança e dever do Estado, elenquei elementos da racionalidade governamental da nossa época, que interligados à mecanismos do *biopoder*, configuram as práticas de cuidado/educação às crianças de zero a três anos como estratégias de gerenciamento da vida em prol da produtividade econômica do Brasil. Em Rio Grande, podemos evidenciar esse quadro no processo de transição das creches para a Secretaria Municipal de Educação, dando origem às Escolas Municipais de Educação Infantil. Desse modo, ao direcionar o olhar para o atendimento na Contemporaneidade, percebo que a forma como agimos e como pensamos sobre as práticas de atendimento às crianças de zero a três anos hoje atua em conexão com a governamentalidade da nossa época. Nesta lógica, o Estado organiza uma nova maneira de conduzir a conduta das crianças e de suas famílias, assumindo o caráter de economia empresarial. Diante disso, assim como Bujes (2000, p. 7), “creio que se poderia dizer que a Educação Infantil, tal como a conhecemos hoje, é o efeito de uma aliança estratégica entre os aparelhos administrativo, médico, jurídico e educacional devidamente assessorados pelo saber científico, que tem por finalidade o governo da infância, a fabricação do sujeito infantil”.

A partir do exposto, considero importante expressar o que sinto ao escrever essa última parte do trabalho. Na medida em que faço esse retorno aos aspectos abordados no decorrer desta pesquisa, percebo o quanto o percurso trilhado foi se modificando desde o Exame de Qualificação do Projeto, em setembro de 2014. Embora o propósito de estabelecer aproximações com o pensamento foucaultiano tenha se mantido, houve um processo de delimitação de ideias e ampliação de possibilidades que foram sendo delineadas no decorrer do percurso. Desse modo, algumas intenções iniciais foram deixadas à parte e deram lugar àquelas que pareciam mais interessantes. Assim, no caminho trilhado nesse estudo, procurei olhar mais amplamente para as formas de atendimento aos bebês e crianças bem pequenas, de modo que outras práticas, anteriores às creches, também fossem tematizadas.

É nesse sentido que as palavras de Foucault escolhidas para compor a epígrafe dessa última parte dizem muito sobre a experiência que foi para mim a realização desta pesquisa, pois sem dúvida alguma, tornei-me diferente do que era no início. Posso dizer que a realização deste trabalho mobilizou meus próprios pensamentos enquanto professora e pesquisadora, possibilitando-me pensar de outras formas. Assim, inspirando-me no questionamento feito pelo autor – *Se, ao começar a escrever um livro, você soubesse o que irá dizer no final, acredita que teria coragem de escrevê-lo?* –, percebo que esses resultados das análises, expressos na escrita desta Dissertação, devem ser considerados como *experimentos descritivos* voltados a problematizar as proeminências do presente.

Muito mais do que olhar para a história simplesmente pelo passado, esta pesquisa se movimentou como um exercício de pensar o presente. Sobre isso, quero aqui lançar alguns questionamentos como forma de problematizações para o presente: Por que, numa época como a nossa, podemos visualizar práticas de atendimento à infância associadas ainda ao assistencialismo? De que forma, as novas práticas de cuidado/educação como ações indissociáveis estão evidenciadas nos documentos nacionais que visam regulamentar o atendimento às crianças de zero a três anos? Que efeitos a proliferação desses documentos produzem sobre a vida das populações infantis? Como esses investimentos, materializados nos documentos nacionais, tem trazido implicações no cotidiano das Escolas de Educação Infantil na cidade do Rio Grande?

Com essas indagações não estou estabelecendo juízos de valores entre certo e errado. O que quero é demonstrar que as práticas que são desenvolvidas no interior das instituições de atendimento às crianças de zero a três anos são produzidas socialmente e que, por isso podem ser problematizadas e repensadas.

Assim, ao tecer a escrita dessa última parte, procurei elencar algumas considerações acerca dos aspectos analisados no decorrer do estudo, destacando aqueles que nos possibilitam compreender de que forma as práticas de atendimento à pequena infância que se desenvolveram ao longo do tempo foram, pouco a pouco, constituindo possibilidades para a emergência da creche em Rio Grande. Ao mesmo tempo, essa escrita procura elencar algumas questões para a problematização do presente. Portanto, não se tratam de últimas palavras, visto que a discussão não se encerra por aqui.

Por fim, reitero as questões que pontuei na última seção de análise: Quantos por cento das crianças são atendidas hoje na Educação Infantil em Rio Grande? Para quem é garantido a Educação Infantil como direito? Como o Estado vem cumprindo ou não isso que dizemos ser o seu dever?

Tais questões movem-me para outras investigações. E isso, quem sabe, pode ser o prenúncio de um novo trabalho a ser pensado.

## REFERÊNCIAS

ALTMAYER, Flávia de Lima; CARNEIRO, Oscar Décio. Cidade do Rio Grande, 270 anos, a mais antiga do Estado. In: **Cadernos de história**. Memorial do Rio Grande do Sul, 2007.

ALVAREZ, Marilda Senna. **De Bairro Operário à Zona Comercial e Universitária: transformações na paisagem da Av. Rheingantz e de seu complexo Industrial**. 3 Colóquio Ibero Americano. Belo Horizonte, 2014.

ALVES, Francisco das Neves e TORRES, Luiz Henrique. **A cidade do Rio Grande: estudos históricos**. Rio Grande: Universidade do Rio Grande; Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 1995.

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: LCT – Livros Técnicos e Científicos Editora S.A, 1981.

ARRUDA, M. A. **Formar almas, plasmar corações, dirigir vontades: o projeto educacional das Filhas da Caridade da Sociedade São Vicente de Paulo (1898-1905)**. 2011. 252 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

BARUCCI, Elizabeth. **Políticas de atendimento à infância nas creches municipais de São Paulo (1989 a 1992)**. 2007. 90 f. Dissertação (Mestrado em Educação) Programa de Pós-Graduação em Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2007.

BAUMAN, Zygmunt. **Vidas desperdiçadas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2005.

BORGES, Maria do Carmo Gonzalez. **A prática educativa e a proposta de formação acadêmica para as educadoras que trabalham diretamente com crianças em Creches: um estudo sobre a relação cuidar/educar na cidade de Santos**. 2006. 202 f. Dissertação (Mestrado em Educação) Programa de Pós-Graduação em Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2006.

BRASIL. **Estatuto da criança e do adolescente**: Lei federal nº 8069, de 13 de julho de 1990. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 2002.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988

BRASIL. Lei Federal nº 6.697, de 10 de outubro de 1979. **Código de Menores**, 1979.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB**. Brasília, DF, 1996.

BRASIL Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Por uma política de formação do profissional de educação infantil**. MEC/SEF/DPE/COEDI. Brasília, 1994.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Política de Educação Infantil**: pelo direito das crianças de zero a seis anos à Educação. Brasil: MEC, SEB, 2005.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Parâmetros nacionais de qualidade para a educação infantil**. Brasília. DF, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Conselho Nacional de Educação. **Diretrizes curriculares nacionais para a Educação Infantil**; Resolução n. 5, de 17/12/2009, Brasília: MEC, 2009.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. Coedi. **Crêterios para um atendimento em creches que respeite os direitos fundamentais das crianças**. Brasília, 2009a.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Indicadores da Qualidade na Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEB, 2009b.

BRASIL. CNE/CEB. **Parecer 22/1998** discute as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília – DF, 1998.

BRASIL. CNE/CEB. **Parecer 20/2009** discute as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília – DF, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Brinquedos e brincadeiras de creches**: manual de orientação pedagógica. Brasília: MEC/SEB, 2012.

BRASIL. Presidência da República. **Lei n. 12.796, de 04 de abril de 2013**. Altera a Lei n 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 05 abr. 2013.

BUJES, Maria Isabel Edelweiss. Educação Infantil: Pra que te quero? In: CRAIDY, Maria e KAERCHER, Gladis. **Educação Infantil**: pra que te quero. Porto Alegre: Artmed Editora, 2001.

BUJES, Maria Isabel Edelweiss. **Infância e maquinarias**. 1. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

BUJES, Maria Izabel Edelweiss. **Alguns apontamentos sobre as relações infância/poder numa perspectiva foucaultiana**. Poços de Caldas, Minicurso apresentado na 26ª Reunião da ANPED, 2003.

BUJES, Maria Izabel Edelweiss. Descaminhos. In COSTA, Marisa Vorraber. **Caminhos Investigativos II**: outros modos de pensar e fazer pesquisa em educação. Rio de Janeiro: Lamparina editora, 2007.

CAMPOS, Maria Malta; FULLGRAF, Jodete e WIGGERS, Verena. **A qualidade da educação infantil brasileira:** alguns resultados de pesquisa. Cad. Pesqui. [online]. 2006, vol.36, n.127, p. 87-128.

CANDIOTTO, Cesar. **Verdade e diferença no pensamento de Michel Foucault.** Kriterion [online]. 2007, vol.48, n.115, p. 203-217.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil.** O longo Caminho. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CARVALHO, Rodrigo Saballa de. **A educação infantil como investimento em capital humano:** governamentalidade e gestão de riscos como pauta da expertise econômica. ANPEd Sul, 2014.

CERISARA, Ana Beatriz. **Educar e cuidar:** por onde anda a Educação Infantil? In: Perspectiva. v.17, n. Especial. Florianópolis: Santa Catarina, 1999. p. 11-21.

COSTA, Maria Vorraber. Uma agenda para jovens pesquisadores. In COSTA, Marisa Vorraber. **Caminhos Investigativos II:** outros modos de pensar e fazer pesquisa em educação. Rio de Janeiro: Lamparina editora, 2007.

CORAZZA, Sandra Mara. E os pequeninos, Senhor? Inocência e culpa na pastoral educativa. In: **Educação e Realidade.** Porto Alegre: FAGED/UFRGS, v.25, n.1, dez-jan/jul 2000. p. 59-92.

CORDEIRO, Sandro da Silva; COELHO, Maria das Graças Pinto. **Descortinando o conceito de infância na história:** do passado à contemporaneidade. VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação. Uberlândia, MG, 2007. p. 882-889

CRUZ, Gisele Thiel Della. **As misérias da cidade:** população, saúde e doença em Rio Grande no final do século XIX. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Paraná (UFPR), Paraná, 1998.

CRUZ, Gisele Thiel Della. **A Higienização da Cidade:** Rio Grande no final do século XIX. BIBLOS, Rio Grande, 2001. p. 91-104.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **História oral-memória, tempo, identidades.** Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

FERREIRA, Maria Letícia Mazzucchi. **Os fios da memória:** fábrica Rheingantz entre passado, presente e patrimônio. Horizontes antropológicos. v.19, n.39, Porto Alegre, Jan./Jun. 2013

FISCHER, Rosa Maria Bueno. A paixão de trabalhar com Foucault. In: COSTA, Marisa Vorraber (Org.). **Caminhos investigativos:** novos olhares na pesquisa em educação. 2.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 1996. p.37-60.

FONTOURA, Edgar Braga da. **Sinopse da historia do Rio Grande:** 1737/1822. Rio Grande: FURG, 1985.



FOUCAULT, Michel. **História da loucura na Idade Clássica**. São Paulo: Perspectiva, 1972.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade II. O uso dos prazeres**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. 5 ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade: A Vontade de Saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, Hubert e RABINOW, Paul. Michel Foucault. **Uma Trajetória Filosófica: Para Além do Estruturalismo e da Hermenêutica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

FOUCAULT, Michel. Aula de 17 de março de 1976. In: **Em defesa da sociedade**. São Paulo, Martins Fontes, 1999. p. 285-315.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

FOUCAULT, Michel. **Ditos e escritos**. Ética, estratégia, poder-saber. MOTTA, Manoel Barros da (Org.). Tradução de Vera Lúcia Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

FOUCAULT, M. **Do Governo dos Vivos**: curso no Collège de France: 1979-1980: excertos. São Paulo: Centro de Cultura Social; Rio de Janeiro: Achiamé, 2010.

GADELHA, Sylvio. **Governamentalidade neoliberal, teoria do capital humano e empreendedorismo**. Educação e Realidade, Porto Alegre, v. 34, n. 2, ago. 2009.

GUIMARÃES, Erilane de Souza. **A Casa da Criança da cidade de Manaus**: história de uma instituição educativa. 2012. 83 f. Dissertação (Mestrado em Educação) Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de Sorocaba, 2012.

HENNING, Paula Corrêa. LOCKMANN, Kamila. Provocações no campo da História: Nietzsche e Foucault pensadores do presente. In: **Revista Contrapontos – Eletrônica**, vol. 10 - n. 2, 2010. p. 113-120.

KAMINSKI, André Karst. **O Conselho tutelar no estatuto da criança e do adolescente**. Repertório IOB de Jurisprudência. São Paulo: n. 7, Caderno 3, abr. 2001.

KISHIMOTO, T. M. **À pré-escola em São Paulo (1877 a 1940)**. São Paulo: Loyola, 1988.

KOHAN, Walter. **Infância**. Entre educação e filosofia. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

KUHLMANN JR., Moysés. Instituições pré-escolares assistencialistas no Brasil (1899-1922). In: **Cad. Pesqui.** [online]. 1991, n.78, pp. 17-26.

KUHLMANN JR., Moysés. Histórias da Educação Infantil brasileira. In: **Revista Brasileira de Educação**. Mai/jun/jul/ago 2000. n 14. p. 5 – 18.

KUHLMANN JR., Moysés. Educando a infância brasileira. In: LOPES, E.M.T.; FARIA FILHO, L.M.; VEIGA, C.G. (Orgs.). **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000a. p. 469-496.

KUHLMANN JR., Moysés. **Infância e educação Infantil**: uma abordagem histórica. Porto Alegre: Mediação, 2011.

LAGES, Ilma Lemos Pinheiro. **A Educação Infantil em Montes Claros**: Transformações Institucionais e Processos Identitários. 2012. 198 f. Dissertação (Mestrado em Educação) Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, 2012.

LEMOS, Flávia Cristina Silveira. **Práticas de governo das crianças e dos adolescentes propostas pelo UNICEF e pela UNESCO**: inquietações a partir das ferramentas analíticas legadas por Foucault. *Psicologia & Sociedade*, 2012, p. 52-59.

LOCKMANN, Kamila. **A proliferação das políticas de assistência social na educação escolarizada**: estratégias da governamentalidade neoliberal. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Programa de Pós-Graduação em Educação. Porto Alegre, 2013.

LOCKMANN, Kamila; MOTA, Maria Renata Alonso. **Práticas de assistência à infância no Brasil**: uma abordagem histórica. *Revista Linhas*, Florianópolis, v. 14, n. 26, jan./jun. 2013, p. 76 – 111.

LOCKMANN, Kamila. **Parecer Projeto de Dissertação. As creches no Município do Rio Grande: um recuo ao passado para problematizar o presente**. Rio Grande: FURG, 2014.

MARCILIO, Maria Luíza. **A História Social da Criança Abandonada**. São Paulo: Hucitec, 1998.

MARCILIO, Maria Luíza. A Roda dos Expostos e a criança abandonada na História do Brasil.1726-1950. In: Freitas, M. (Org.). **História Social da Infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2006, p. 51-78.

MARTINS, Solismar Fraga. **Cidade do Rio Grande**: industrialização e urbanidade (1873 - 1990). Rio Grande: Ed. da Universidade Federal do Rio Grande, 2006.

MENEZES, Cláudia Celeste Lima Costa. **Educação Infantil**: a interseção entre as políticas públicas, a gestão educacional e a prática pedagógica – um estudo de caso no município de Itabuna – Bahia. 2012. 277 f. Tese (Doutorado em Educação) Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal da Bahia, 2012.

MOTA, Maria Renata Alonso. **As crianças de seis anos no ensino fundamental de nove anos e o governo da infância**. Tese (doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação, 2010, Porto Alegre, BR-RS.

OLIVEIRA, Claudia Dutra de. **Centro educacional fraternidade**: uma proposta. Rio Grande: FURG, 1990.

OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de. Creches no sistema de ensino. In: MACHADO, Maria Lucia de A. (org). **Encontros e desencontros em Educação Infantil**. São Paulo: Cortez, 2002. p. 79-82.

PALHARES, Marina Silveira e MARTINEZ, Cláudia Maria Simões. A Educação Infantil uma questão para o debate. In: FARIA, Ana Lúcia Goulart.; PALHARES, Marina Silveira (Orgs.). **Educação Infantil pós-LDB: rumos e desafios**. Campinas: Autores Associados, 1999.

PEDROSO, Ticiano Duarte. **Saneamento e progresso**: O projeto de saneamento de Rio Grande do plano a implantação (1909-1923). Rio Grande: FURG, 2008.

PEREIRA, Rachel Freitas. As políticas de atendimento à pequena infância no Brasil a partir da década de 1930: Entre avanços e retrocessos. In: VEIGA-NETO, Alfredo José. **Infância(s), educação e governo**. Cadernos Pedagógicos da EaD. Rio Grande: Ed. da FURG, 2013.

PETERS, Michael. **Pós-estruturalismo e filosofia da diferença**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

PAULITSCH, Vivian da Silva. **Rheingantz**: uma vila operária em Rio Grande. Rio Grande: FURG, 2008.

RAGO, Margareth. Libertar a história. In: RAGO, Margareth; ORLANDI, Luis Lacerda e VEIGA-NETO, Alfredo (Orgs). **Imagens de Foucault e Deleuze**: ressonâncias nietzschianas. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

REIS, Maria das Graças Fernandes de Amorim dos. **A gestão das creches municipais de São Carlos na visão das diretoras**: da assistência à educação (1999-2004). 2007. 226 f. Tese (Doutorado em Educação) Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de São Carlos, 2007.

RESENDE, Haroldo de. **A história na perspectiva genealógica de Michel Foucault**. ANPUH – XXIII Simpósio Nacional de História, Londrina, 2005.

RODRIGUES, Sued de Oliveira. **Santa Casa do Rio Grande: a saga da misericórdia**. Rio Grande: FURG, 1985.

RODRIGUES, Marta Bezerra. **Conceitos e práticas educativas nos Regimentos escolares no Rio Grande do Norte (1910 - 1930)**. 2008. 108 f. Dissertação (Mestrado em Educação) Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2008.

ROSE, Nikolas. Governando a alma: a formação do eu privado. In: Silva, Tomaz Tadeuda (org.). **Liberdades reguladas**. Petrópolis: Vozes, 1988, p.30-45

SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de. Michel Foucault e os paradoxos do corpo e da história. In: ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz; VEIGA-NETO, Alfredo; SOUZA FILHO, Alípio de (orgs.). **Cartografias de Foucault**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

SANTOS, Iolanda Universina Montano dos. **Cuidar e curar para governar: as campanhas de saúde na escola**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. Porto Alegre, 2004.

SAYÃO, Déborah. Tomé.; MOTA, Maria. Renata. **A Educação infantil no município de Rio Grande/RS: caracterização das professoras**. Caxambu/MG, 2000. [Trabalho apresentado na 23ª Reunião Anual da ANPEd].

SCAVONE, Darci Terezinha De Luca. **Marcas da História da Creche na cidade de São Paulo: as lutas no cotidiano (1976-1984)**. 2011. 167 f. Dissertação (Mestrado em Educação) Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade São Francisco, 2011.

SCHIFINO, Reny Scifoni. **Direito à Creche: Um estudo das lutas das mulheres operárias no município de Santo André**. 2012. 191 f. Dissertação (Mestrado em Educação) Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Campinas, 2012.

SENNA, Adriana Kivanski de. **Ser criança ou pensar a criança? A infância no "Almanak Litterario e Estatístico do Rio Grande do Sul"**. (1889-1899). Historiæ, Rio Grande, 2012, p.185-199.

SILVA, Tomaz Tadeu da. O adeus às metanarrativas educacionais". In: SILVA, Tomaz Tadeu da. (org.). **O sujeito da educação: estudos foucaultianos**. Petrópolis: Vozes, 1999, p. 247-258.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005, p. 111-124.

SILVA, Zélia Maria Carvalho e. **História e Memória da Educação Infantil em Teresina: Piauí (1968 – 1996)**. 2008. 206 f. Dissertação (Mestrado em Educação) Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Piauí, 2008.

SILVA, Vânia Maria Almeida. **A Trajetória do Núcleo de Educação Infantil Ipê Amarelo na UFSM: 22 anos de história**. 2012. Dissertação (Mestrado em Educação)

Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Maria, 2012.

SILVA, Rogério Piva da. **O valor econômico do patrimônio cultural: o caso da fábrica Rheingantz em Rio Grande – RS.** 2012. 150 f. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural). Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, 2012a.

SOARES, Terezinha Maria Quintela Pinheiro Toledo. **A História das Políticas Públicas de Educação Infantil no Município de Sarandi-PR (1978 a 2006)** 2008 Dissertação (Mestrado em Educação) Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Maringá, 2008.

SUSIN, Maria Otilia Kroeff. **Educação Infantil em Porto Alegre: um estudo das creches comunitárias.** 2005. 248 f. Dissertação (Mestrado em Educação) Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005.

TRAVERSINI, Clarice Salete, BELLO Samuel Edmundo López. **O numerável, o mensurável e o auditável: estatística como tecnologia para governar.** Educ Real. 2009 mar/ago; p. 135-152.

TORRES, Luiz Henrique. **A casa da Roda dos Expostos na cidade do Rio Grande.** Biblos, Rio Grande, 2006, p.103-116.

TORRES, Luiz Henrique. **Rio Grande, 1918: A mortalidade supera a natalidade.** Biblos, Rio Grande, 2009, p.79-90.

TORRES, Luiz Henrique. **A herança histórica de Rio Grande.** Jornal Zero Hora, Porto Alegre: 2013.

TRINDADE, Judite Maria Barboza. O abandono de crianças ou a negação do óbvio. **Rev. bras. Hist.** [online]. 1999, vol.19, n.37, p. 35-58.

VENANCIO, Renato Pinto. Maternidade Negada. In: PRIORE, Mary del (org.). **História das mulheres no Brasil.** São Paulo: Contexto, 1997, p. 189-222.

VEIGA-NETO, Alfredo. Michel Foucault e Educação: há algo de novo sob o sol? In. (Org.). **Crítica pós-estruturalista e educação.** Porto alegre: Sulina, 1995.

VEIGA-NETO, Alfredo. **Educação e governamentalidade neoliberal: novos dispositivos, novas subjetividades.** Colóquio Foucault, realizado na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), 1999.

VEIGA-NETO, Alfredo. Olhares. In: COSTA, Marisa VORRABER (org.). **Caminhos investigativos: novos olhares na pesquisa em educação.** Rio de Janeiro: DP&A, 2002, p. 23-38.

VEIGA-NETO. Alfredo. **Foucault e a Educação.** Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

VEIGA-NETO, Alfredo. Dominação, violência, poder e educação escolar em tempos de Império. In: RAGO, Margareth e VEIGA-NETO, Alfredo (orgs.). **Figuras de Foucault**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

VEIGA-NETO, Alfredo. **Teoria e método em Michel Foucault (im)possibilidades**. Cadernos de Educação. FaE/PPGE/UFPel | Pelotas, p. 83-94, setembro/dezembro, 2009.

VEIGA-NETO, Alfredo; LOPES, Maura Corcini. Há teoria e método em Michel Foucault? Implicações educacionais. In: CLARETO, Sônia Maria; FERRARI, Anderson (org.). **Foucault, Deleuze & Educação**. Juiz de Fora: UFJF, 2010.

VEIGA-NETO Alfredo; LOPES, Maura Corcini. **Inclusão, exclusão, in/exclusão**. Verve, 20. 2011, p.121-135.

VEYNE, Paul. **Como se escreve a história e Foucault revoluciona a história**. 4. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2008.

VINAGRE, Elizabeth da Silva Galastri. **Instituições para a Educação da Infância em Jundiá (1880-1984)**. 2009. 126 f. Dissertação (Mestrado em Educação) Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade São Francisco, 2009.

XAVIER, Ana Paula da Silva. **Processos Educativos da Infância em Cuiabá (1870-1890)**. 2012. 195 f. Tese (Doutorado em Educação) Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, 2012.

## JORNAIS PESQUISADOS

*Diário do Rio Grande* (1859, 1861, 1866, 1874)

*O Noticiador* (1832)

*A Imprensa* (1858, 1866)

*Rio Grande* (1874, 1900)

*Echo do Sul* (1904).

## DOCUMENTOS PESQUISADOS

Regimento da Roda dos Expostos da Santa Casa do Rio Grande (1850)

Relatório da Diretoria da Casa das Orphãs e Desvalidas de S. Benedito (1901)

Relatório da Gestão do Dispensário Infantil Dr. Augusto Duprat (1945)

Certidão nº3/1946 Departamento Estadual de Saúde (1946)

Relatório da Companhia União Fabril (1940)

Relatório da Diretoria do Centro Educacional Fraternidade (1970)

Estatuto do Centro Educacional Fraternidade (1979)

Históricos das Propostas Pedagógicas das EMElS do Rio Grande (2014)

**ACERVOS PESQUISADOS**

Arquivo Municipal da Prefeitura do Rio Grande

Biblioteca Rio-grandense

Centro de Documentação Histórica Professor Hugo Alberto (CDHI/FURG)

Núcleo de Educação Infantil/SMEd